

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

QUERO-QUERO FINANCEIRO

CNPJ nº 07.797.184/0001-01

CÓDIGO ISIN: BRQROQCTF005

Cedente:



Classificação da Standard & Poor's: "brAAAF"

Registro de distribuição na CVM em 13/01/2006

Distribuição de até 51.000 (cinquenta e uma mil) Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Quero-Quero Financeiro (o "**Fundo**"), constituído de acordo com a Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional e a Instrução CVM 356, e administrado pela BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA com sede social na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.066.670/0001-00 ("Administrador"), com valor unitário inicial fixado em R\$ 1.000,00 (mil reais) para cada Cota, perfazendo o montante de:

R\$ 51.000.000,00

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo (o "**Regulamento**"), porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto desse Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo do Fundo e sua política de investimento, bem como para a Seção "Fatores de Risco" desse Prospecto.

O Fundo foi constituído em 09 de janeiro de 2006, por deliberação da diretoria do Administrador, e seu regulamento e respectivo ato de constituição foram registrados no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 12 de janeiro de 2006, sob o nº 199167. A Oferta foi registrada na CVM, em 13 de janeiro de 2006, sob nº CVM/SRE/RFD/2006/003, nos termos da Instrução CVM 356.

Não há compromisso ou garantia por parte do administrador de que o objetivo do Fundo será atingido.

O investimento no Fundo sujeita o Cotista a riscos, incluindo mas não se limitando àqueles descritos na Seção "Fatores de Risco" desse Prospecto (páginas 20 a 22).

Ainda que o gestor da carteira do Fundo mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o Cotista.

O Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus Cotistas.

Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada a fundos similares com prazo inferior.

O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor bem como bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor

O Fundo não conta com garantia de seu administrador, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

A qualquer momento durante a existência do Fundo, a rentabilidade obtida no passado não representará garantia de rentabilidade futura.



"Esse Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para a Indústria de Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou oferta de Cotas desse fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID"), garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de seu administrador e demais instituições prestadoras de serviços."

INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA



ADMINISTRAÇÃO

INSTITUIÇÃO ESTRUTURADORA



DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS E CUSTÓDIA

GESTÃO

BEM DTVM
(EMPRESA DO GRUPO BRADESCO)

AUDITOR



ASSESSORIA LEGAL

MACHADO, MEYER, SENDACZ E OPICE
ADVOCADOS



AGÊNCIA DE RATING



A data desse Prospecto é de 05 de abril de 2006.

ÍNDICE

DEFINIÇÕES E GLOSSÁRIO	3
I CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	8
II CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA DO FUNDO	11
III FATORES DE RISCO	22
IV GERENCIAMENTO DE RISCOS	24
V APRESENTAÇÃO DA CEDENTE	25
VI POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS	26
VII INFORMAÇÕES SOBRE OS SACADOS	27
VIII SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS ENVOLVENDO O FUNDO	28
IX FLUXOGRAMA RESUMIDO DA OPERAÇÃO DE SECURITIZAÇÃO	30
X ATENDIMENTO AOS CLIENTES	31

ANEXOS

1. DELIBERAÇÃO DA ADMINISTRADORA APROVANDO O REGULAMENTO E CÓPIA DO REGULAMENTO
2. RELATÓRIO DE *RATING*
3. RELATÓRIO DE AUDITORIA
4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CEDENTE (EM 31 DE JANEIRO DE 2004 E 30 DE SETEMBRO DE 2005).

DEFINIÇÕES E GLOSSÁRIO

Para fins do presente Prospecto, os termos definidos terão o mesmo significado a eles atribuído na sequência, salvo referência diversa nesse Prospecto.

Administrador	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Amortizações Programadas de Cotas Seniores	Amortizações das Cotas Seniores que serão realizadas após o 18º mês do Início das Atividades, conforme previsto no Artigo 34 do Regulamento.
Amortizações Programadas de Cotas Subordinadas	Amortizações das Cotas Subordinadas que ocorrerão no máximo mensalmente, conforme previsto no Artigo 36 do Regulamento.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Assembleia Geral	Assembleia Geral de Cotistas do Fundo.
Banco Central	Banco Central do Brasil.
<i>Benchmark</i>	Trata-se da meta de retorno a ser alcançada pelo Fundo quando na aplicação de sua política de investimento. Não é garantia de rentabilidade.
BM&F	Bolsa de Mercadorias & Futuros.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo.
BOVESPAFIX	Mercado de títulos de dívida corporativa da BOVESPA.
CCF	Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo do Banco Central.
Cedente	Quero-Quero Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação.
<i>Chinese Wall</i>	Conjunto de procedimentos e políticas internas de determinada instituição que visa estabelecer uma barreira à comunicação entre diferentes indivíduos ou setores, de modo a assegurar a segregação da administração de recursos de terceiros das demais atividades da instituição.
Clientes	Clientes das Lojas Quero-Quero que sejam pessoas naturais e que sejam devedoras dos Direitos Creditórios por força de operações realizadas com a utilização do Verdecard nas Lojas Quero-Quero.
Clientes Inadimplentes	Clientes que estejam inadimplentes com suas obrigações relativas aos Financiamentos.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
<i>Compliance</i>	Sistema de controle interno de determinada instituição, o qual visa o conhecimento das responsabilidades atribuídas aos diversos níveis da organização.
Condições Adicionais	Condições adicionais aos Critérios de Elegibilidade a serem observadas na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo e a serem confirmadas pela Cedente.
Conta Investimento	Conta corrente de depósito para investimento, conforme disposto na Lei nº 10.892, de 1º de outubro de 2004.
Contrato de Cessão	Instrumento Particular de Contrato de Cessão e de Promessa de Cessão e

	Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças firmado entre o Fundo, a Cedente, o Custodiante, a Verde Administradora e as Lojas Quero-Quero como interveniente anuente.
Contrato de Cobrança	Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos celebrado entre o Custodiante, as Lojas Quero-Quero e a Verde Administradora, com interveniência do Fundo, representado por seu Administrador e da Cedente, para a prestação de serviços de cobrança de Direitos Creditórios vencidos e não pagos.
Contrato de Colocação	Contrato de Coordenação e Colocação de Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Quero-Quero Financeiro.
Contrato de Correspondente Bancário	Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente Bancário (e seus aditivos) celebrado entre as Lojas Quero-Quero e o Bradesco, com interveniência e anuência da Verde Administradora e da Cedente, por meio do qual todos os estabelecimentos das Lojas Quero-Quero atuarão como Correspondentes Bancários.
Contrato de Custódia e Controladoria	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios celebrado entre o Custodiante e o Administrador (em nome do Fundo).
Contrato de Emissão	Contratos de Emissão e Utilização de Cartão de Crédito Verdecard celebrados entre a Verde Administradora e cada um dos Clientes para a utilização do Verdecard.
Contrato de Escrituração	Contrato de Escrituração de Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios celebrado entre o Fundo e o Bradesco.
Contrato de Subscrição e Integralização	Contrato de subscrição e integralização de Cotas Subordinadas celebrado pela Cedente e o Fundo.
Contrato de Vinculação	Contrato de Vinculação de Pessoa Jurídica ao Sistema Verdecard celebrado entre as Lojas Quero-Quero e a Verde Administradora.
Convênio de Financiamento	Contrato de Financiamento a Consumidores Mediante Utilização do Cartão Verdecard firmado entre a Verde Administradora e a Cedente, com a interveniência e a anuência das Lojas Quero-Quero, por meio do qual a Cedente concede financiamentos aos Clientes que adquirirem mercadorias a prazo junto às Lojas Quero-Quero mediante utilização do Verdecard, financiamentos estes que são contratados pela Verde Administradora em nome de tais Clientes, conforme procuração que lhe é outorgada nos termos dos Contratos de Emissão.
Coordenador Administrativo	Funcionário da Verde Administradora responsável por acompanhar a concessão de crédito a Clientes.
Correspondente Bancário	Todos os estabelecimentos das Lojas Quero-Quero autorizados a agir como correspondentes bancários Bradesco.
Cotas	As cotas representativas do patrimônio do Fundo, compreendendo as Cotas Seniores e Subordinadas.
Cota Sênior	Cota da classe sênior de emissão do Fundo que é objeto da Oferta.
Cota Subordinada	Cota da classe subordinada de emissão do Fundo, que é subordinada à Cota Sênior para fins de amortização e resgate.
Cotistas	Detentores de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas.
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e

	de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.
<i>Credit Score</i>	Sistema eletrônico de gerenciamento e de aprovação de crédito para pessoa natural, no qual são incorporados vários dados acerca do Cliente e por meio do qual é definida uma classificação que medirá o risco de inadimplência desse Cliente.
Critérios de Elegibilidade	Crítérios a serem observados pelo Custodiante para que os Direitos Creditórios possam ser adquiridos pelo Fundo, nos termos Regulamento e do Contrato de Cessão.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
Custodiante ou Bradesco	Banco Bradesco S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Aquisição e Pagamento	Data em que se formalizar a cessão, nos termos do Contrato de Cessão.
<i>Deposit Receipt</i>	Certificado representativo de ações ou outros valores mobiliários que representem direitos a ações.
Direitos Creditórios	Cada prestação devida pelos Clientes à Cedente, sempre em moeda corrente nacional, oriunda dos Contratos de Financiamento.
Direitos Creditórios Elegíveis	Direitos Creditórios passíveis de serem adquiridos pelo Fundo, por preencherem os Critérios de Elegibilidade e as Condições Adicionais.
Eventos de Avaliação	Eventos que ensejam a suspensão da aquisição de novos Direitos Creditórios e avaliação da carteira do Fundo.
Eventos de Liquidação Antecipada	São eventos que ensejam a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada em Assembléia Geral.
Financiamento	Cada financiamento contratado pela Verde Administradora em nome de Clientes, junto à Cedente, no âmbito do Convênio de Financiamento relativamente ao pagamento do saldo devedor devido pela aquisição de mercadorias, bem como pelo pagamento de prêmio de seguro e do preço de contratação de garantia estendida, conforme tal seguro e/ou garantia venham a ser contratados pelo Cliente quando da aquisição de mercadorias.
FGC	Fundo Garantidor de Créditos.
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Quero-Quero Financeiro.
Gestora ou BRAM	BRAM – Bradesco Asset Management S.A. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Governo Federal	Governo da República Federativa do Brasil.
<i>Hedge</i>	Movimento de proteção ou estratégia para diminuir o nível de risco de uma determinada posição.
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguros ou Relativas a Títulos e Valores Mobiliários.
Início das Atividades	Data em que ocorrer a primeira integralização de Cotas Seniores no Fundo.
Instrução CVM 356	Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM nº 393, de 27 de julho de 2003.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.

Instrução CVM 409	Instrução CVM nº 409, de , de 18 de agosto de 2004, conforme alterada pela Instrução CVM nº 411, de 26 de novembro de 2004, e pela Instrução CVM nº 413, de 30 de dezembro de 2004.
Integral Trust	Integral Trust Serviços Financeiros S/C Ltda.
Investidores Qualificados	Investidores qualificados conforme definidos pela Instrução CVM 409.
IRPJ	Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.
KPMG	KPMG Auditores Independentes.
Lei das Sociedades Anônimas	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei de Falências	Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.
Lojas Quero-Quero	Quero-Quero S.A.
<i>Mark to Market</i>	Contabilização de um instrumento financeiro com base em seu valor de mercado ou de reversão.
Oferta	A presente oferta pública de Cotas Seniores registrada na CVM nos termos da Instrução CVM 356 e da Instrução CVM 400.
PIS	Programa de Integração Social.
Preço de Aquisição	Preço de aquisição de Direitos Creditórios, calculado de acordo com os termos do Contrato de Cessão.
<i>Project Finance</i>	Exame da viabilidade técnica e econômica dos projetos, incluindo identificação de riscos e formas de minimizá-las bem como de fontes de capital interessadas em patrociná-los.
Prospecto	O presente Prospecto do Fundo.
Razão de Garantia	A proporção entre o valor das Cotas Subordinadas e o valor do patrimônio líquido do Fundo, obtida por meio da divisão do primeiro pelo segundo, que não poderá ser inferior a 15% (quinze por cento).
Regulamento	Regulamento do Fundo.
Reserva de Liquidez	Parcela do patrimônio líquido do Fundo não alocada em Direitos Creditórios.
SERASA	SERASA – Centralização dos Serviços de Bancos S.A.
Sistema de Crédito	Sistema eletrônico instalado nas Lojas Quero-Quero e na Verde Administradora, o qual define limites de crédito a serem concedidos a clientes das Lojas Quero-Quero com base em dados cadastrais, parâmetros de inadimplência, risco e renda, bem como outros dados relevantes.
Sobretaxa	1,8% (um vírgula oito décimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis.
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito.
SOMA	Sociedade Operadora do Mercado de Ativos.
SOMAFIX	Mercado de balcão organizado de renda fixa da SOMA.
SRF	Secretaria da Receita Federal.
<i>Standard & Poor's</i>	Standard & Poor's Rating Services.

Taxa CDI	Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de 1 dia, Extra Grupo, calculada e divulgada pela CETIP, e capitalizada em base anual (considerando-se para tanto um ano de 252 dias úteis).
Taxa de Desconto	Taxa de desconto a ser aplicada aos Direitos Creditórios em cada cessão feita ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão.
<i>Taylor Made</i>	Feito sob medida.
TED	Transferência Eletrônica Disponível.
Terminais de Caixa	Terminais de caixa dos pontos de Correspondentes Bancários.
Termo de Cessão	Documento representativo de cada operação de cessão, indicando as condições de negociação de cada uma das operações.
Títulos Públicos	Títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional e registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
<i>Trustee</i>	Agente fiduciário.
<i>Underwriting</i>	Intermediário financeiro contratado, o qual será responsável pela colocação pública de cotas ou obrigações no mercado.
Verde Administradora	Verde Administradora de Cartões de Crédito Ltda.
Verdecard	Cartões de crédito de emissão da Verde Administradora e utilizados pelos Clientes, no âmbito do Contrato de Emissão.

- I -
CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Serão emitidas até 51.000 (cinquenta e uma mil) Cotas Seniores com valor unitário inicial fixado em R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando em R\$ 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de reais) o valor da Oferta. Cada Cota corresponde a uma fração ideal do patrimônio líquido do Fundo.

As Cotas Seniores serão subscritas pelo seu valor nominal e serão distribuídas pelo Bradesco durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data do protocolo dos documentos do Fundo na CVM, sob o regime misto de melhores esforços e de garantia firme de distribuição, garantia esta prestada pelo próprio Bradesco na qualidade de estruturador do Fundo, tudo nos termos do anúncio de início de distribuição pública a ser publicado no jornal “Gazeta Mercantil”. A garantia firme prestada pelo Bradesco será no valor total de R\$ 38.250.000,00 (trinta e oito milhões e duzentos e cinquenta mil reais), correspondente a 38.250 (trinta e oito mil duzentos e vinte e cinco) Cotas Seniores considerando-se, para tanto, o valor inicial das Cotas Seniores, nos termos do Contrato de Colocação. O valor mínimo individual de aplicação por Cotista será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

As Cotas Seniores deverão inicialmente representar 85% (oitenta e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo. Os 15% (quinze por cento) restantes serão representados por até 9.000 (nove mil) Cotas Subordinadas a serem subscritas pela Cedente à medida que as Cotas Seniores forem sendo colocadas, observada a proporção de 85% de Cotas Seniores e 15% de Cotas Subordinadas, nos termos do Contrato de Subscrição e Integralização.

No caso de ser subscrito e integralizado menos que 100% (cem por cento) das Cotas Seniores objeto da Oferta em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de protocolo dos documentos do Fundo na CVM, o saldo das Cotas Seniores não colocado será cancelado e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Cotas subscritas, devendo, necessariamente, ser observada a paridade inicial de 100/85 (total de Cotas/Cotas Seniores). Não há número mínimo de Cotas a serem distribuídas para o funcionamento do Fundo, observada a regulamentação em vigor.

No ato de subscrição de Cotas Seniores do Fundo, o Cotista deverá assinar o termo de adesão e efetuar o pagamento da integralização de suas Cotas Seniores subscritas. Por meio de termo de adesão, o Cotista atestará que recebeu exemplar desse Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da carteira (inclusive quanto à possibilidade de utilização de instrumentos derivativos), da taxa de administração devida ao Administrador, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, bem como de perda do capital, parcial ou total, investido. Em caráter complementar, se for o caso, o Cotista deve assinar termo próprio declarando sua condição de Investidor Qualificado, nos termos e condições estabelecidos no Anexo I da Instrução CVM 409.

A integralização das Cotas Seniores somente poderá ser feita à vista, em moeda corrente nacional, por meio de TED. Somente as Cotas Subordinadas poderão ser integralizadas mediante entrega de Direitos Creditórios Elegíveis, os quais serão contabilizados com base nos critérios de precificação previstos no Contrato de Cessão.

As Cotas Seniores deverão ser registradas, para negociação secundária, na CETIP, BOVESPA FIX e SOMAFIX, cabendo aos intermediários assegurar que as respectivas aquisições sejam feitas somente por Investidores Qualificados. Os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Cotas.

A Oferta foi registrada na CVM nos termos da Instrução CVM 356 e da Instrução CVM 400.

Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta

Desde que devidamente autorizado pelo Bradesco e pela Gestora, o Fundo poderá solicitar à CVM que permita a modificação ou a revogação da Oferta, na hipótese de se verificar alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à Oferta. Será sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da oferta estabelecida pelo Fundo.

A revogação da Oferta torna ineficazes, além da própria Oferta, os atos de aceitação anteriores ou posteriores,

sendo restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Cotas ofertadas, acrescidos da respectiva remuneração incidente desde a data de subscrição até a data da efetiva restituição, utilizando-se os procedimentos adotados pelo Custodiante.

Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, através de correspondência protocolada na sede do Fundo, o interesse em manter a aceitação da oferta, presumida a intenção de sua manutenção na hipótese de silêncio.

Na hipótese de o investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à presente Oferta, terá direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas subscritas, acrescidos da respectiva remuneração incidente desde a data de subscrição até a data da efetiva restituição, utilizando-se os procedimentos adotados pelo Custodiante.

Eventual modificação da Oferta será imediatamente divulgada ao público por meios ao menos iguais aos utilizados para divulgação do Anúncio de Início de Distribuição. Na hipótese de modificação da Oferta, o Administrador se acautelará e se certificará, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o investidor está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições da Oferta.

Cronograma das Etapas da Oferta

Ordem dos Eventos	Eventos	Data prevista ⁽¹⁾
1.	Registro do Prospecto	13/01/2006
2.	Publicação do Anúncio de Início	17/01/2006
3.	Publicação do Anúncio de Encerramento	12/07/2006

⁽¹⁾ Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e adiamentos.

Demonstrativo do Custo da Distribuição

Custos	Montante (em R\$)	% em Relação ao valor total da emissão
Comissão de Coordenação	R\$ 1.023.918,84	2%
Comissão de Colocação	R\$ 205.283,81	0,402517%
Outras Comissões	-	-
Despesas de Registro	R\$ 85.000,00	0,166667%
Outras Despesas	R\$ 226.499,30	0,444116%
Total	R\$ 1.540.701,95	3,020984%

DECLARAÇÕES

- a) O Administrador declara que é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição, nos termos do art. 56 da Instrução CVM 400/03.
- b) O Bradesco, na qualidade de instituição líder da distribuição declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela administradora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta. Ademais, as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

- II -

CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA DO FUNDO

1. Constituição e Base Legal: O Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios e tem como base legal a Resolução CMN nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, e a Instrução CVM 356.

2. Direitos Creditórios: Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são performados e serão originados por meio de financiamentos contratados pela Verde Administradora junto à Cedente em nome de cada cliente das Lojas Quero-Quero que tenha optado por financiar (i) a aquisição de mercadorias efetuada junto às Lojas Quero-Quero mediante utilização do Verdecard, (ii) o pagamento do prêmio de seguro contratado relativamente ao pagamento dos valores devidos em função de tal aquisição e/ou (iii) a contratação de garantia estendida relativamente à mercadoria adquirida.

3. Cedente dos Direitos Creditórios: Quero-Quero Financiadora S.A. Crédito, Financiamento e Investimento.

Rua Tenente Jung, 272, 2º andar, sala 04

CEP 89960-000

Santo Cristo/RS

Tel.: (+55 55) 3541.1778

Fax.: (+55 55) 3541.0508

E-mail: fidcqq@quero-quero.com.br

Para maiores informações acerca da Cedente ver a Seção “Apresentação da Cedente”.

4. Público Alvo: O Fundo é destinado a Investidores Qualificados e a fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” e “Multimercado”, nos termos do inciso II do Artigo 91 da Instrução CVM 409, que sejam habilitados a adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, que busquem, no médio e longo prazos, rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar risco de crédito em suas aplicações.

5. Objetivo: É objetivo do Fundo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, através da aplicação preponderante dos seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios.

O Fundo buscará, mas não garante, atingir rentabilidade (*benchmark*), no médio e longo prazos, equivalente a 100% (cem por cento) da Taxa CDI acrescida da Sobretaxa. O *benchmark* aplica-se às Cotas Seniores, sendo que não há *benchmark* predeterminado para as Cotas Subordinadas.

Em caráter complementar, o objetivo do Fundo também será buscado por meio de aplicação de seus recursos em outros ativos financeiros e modalidades operacionais disponíveis no mercado, de acordo com os critérios de composição e diversificação da carteira admitidos no Regulamento.

6. Política de Investimento: O Fundo aplicará no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seus recursos em Direitos Creditórios.

A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos Creditórios será livremente aplicada em:

- títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- títulos de emissão do Banco Central;
- cotas de fundo de investimento de renda fixa ou de fundo de investimento referenciado ao CDI, cujas carteiras sejam compostas exclusivamente por Títulos Públicos e/ou operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos; e

- operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos.

É facultado ao Fundo, ainda, realizar operações em mercados derivativos desde que com o objetivo único e exclusivo de proteger posições detidas à vista e até o limite dessas.

O Fundo manterá proteção (*hedge*) dos fluxos de recebimento relativamente aos Direitos Creditórios de sua carteira, caso existam instrumentos financeiros disponíveis para tanto.

O Administrador, respeitado o disposto no Regulamento, e tendo em vista que não se encontra em conflito de interesses no exercício de sua função, possuindo plena independência nas atividades de administração e gestão da carteira, poderá contratar livremente quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contrapartes o próprio Administrador, empresas controladoras, controladas, coligadas, outras sociedades sob controle comum e/ou subsidiárias do Administrador ou, ainda, quaisquer carteiras clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados por ele ou pelas demais pessoas acima referidas.

As aplicações no Fundo não contam com garantia: (i) do Administrador; (ii) da Cedente; (iii) da Gestora; (iv) de qualquer mecanismo de seguro; ou (v) do FGC.

7. Composição e Diversificação da Carteira: O Fundo observará os seguintes limites de exposição:

- o Fundo deverá manter no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido aplicado em Direitos Creditórios; e
- relativamente aos ativos da carteira do Fundo, exceto Direitos Creditórios:
 - (i) o total de emissão e/ou co-obrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo fundo de investimento não pode exceder 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e
 - (ii) o total de emissão e/ou co-obrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum pode exceder o percentual referido no item (i) acima, observado o máximo de 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo.

8. Crítérios de Elegibilidade: Todo e qualquer Direito Creditório a ser adquirido pelo Fundo deverá atender, na data da respectiva cessão, cumulativamente aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- não ter prazo a decorrer até o vencimento (a) maior do que 24 (vinte e quatro) meses contados da data de sua cessão ao Fundo; (b) superior ao prazo de duração do Fundo; (c) inferior a 15 (quinze) dias a contar da data da cessão para o Fundo.
- o total de Direitos Creditórios relativos a um mesmo Cliente, não exceder a R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), concentração máxima admitida na carteira, devendo tal valor ser reajustado anualmente com base na Taxa CDI, a partir do Início das Atividades;
- os Clientes não possuírem, na data de aquisição dos Direitos Creditórios, registro no CCF, na SERASA ou SPC ou no Bradesco, relativos a títulos protestados, inadimplência de obrigações ou quaisquer apontamentos de cadastros negativos;
- não se encontrarem os Clientes inadimplentes no cumprimento de suas obrigações nos termos de quaisquer Financiamentos cedidos ao Fundo; e
- não constar nenhum pedido de insolvência civil com relação ao respectivo Cliente.

9. Características da Cessão: A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo será feita de modo revolvante, observada a disponibilidade de caixa do Fundo, asua política de investimento, o Contrato de Cessão bem como a Reserva de Liquidez (nos termos do Artigo 35 do Regulamento), conforme o caso.

Nesse sentido, conforme as Cotas Seniores vierem a ser integralizadas, o Fundo, por intermédio de seus prestadores de serviços, irá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis, os quais serão cedidos em caráter definitivo, sem direito de regresso contra a Cedente, conferindo ao Fundo a plena titularidade de tais Direitos Creditórios;

Na medida em que os Direitos Creditórios forem sendo pagos pelos Clientes, o Fundo adquirirá novos Direitos Creditórios Elegíveis.

Os Direitos Creditórios Elegíveis serão sempre adquiridos com um desconto sobre seu valor de face (principal mais juros das parcelas vincendas dos Contratos), conforme detalhado na Seção VIII desse Prospecto.

9.1. Condições Resolutivas da Cessão: Considerar-se-á resolvida, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação à Cedente, sem qualquer custo para o Fundo, a cessão de todo e qualquer Direito Creditório:

- cujo pagamento, até a respectiva data de vencimento, não venha a ser realizado pelo respectivo Cliente em virtude (a) de rejeição ou devolução do produto cuja venda tiver originado tal Direito Creditório, por força de vícios ou defeitos, ocultos ou aparentes, de qualidade ou de quantidade, e/ou (b) do não recebimento de tal produto;
- que venha a ser reclamado por terceiro comprovadamente titular de direitos sobre tal Direito Creditório previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo;
- sem a constituição apropriada de documentos e/ou títulos para a sua cobrança, administrativa ou judicial; ou, ainda,
- nas hipóteses em que o pagamento de um Direito Creditório venha a se frustrar, por qualquer motivo que seja, desde que a Cedente tenha dado causa a esse fato.

Na hipótese de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, estará a Cedente obrigada a restituir o Fundo, nos termos e prazos do Contrato de Cessão, o montante correspondente ao valor dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida, calculado com base no preço de aquisição ajustado pela mesma taxa de desconto aplicada quando de sua aquisição até a data da restituição integral dos valores devidos pela resolução da cessão.

10. Identificação dos Prestadores de Serviços:

10.1. Administrador:

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara
CEP 06029-900
Osasco/SP
Tel.: (+55 11) 3684.4522
Fax.: (+55 11) 3684.5645

O Administrador pertencia ao Banco do Estado do Maranhão, tendo sido adquirido pelo Bradesco em 12 de fevereiro de 2004, passando, desde então, a contar com o corpo profissional, parque tecnológico e infraestrutura do Bradesco.

O Administrador declara que não se encontra em conflito de interesses com a Gestora e com o Custodiante no exercício de suas funções, bem como manifesta sua independência nas atividades descritas neste regulamento e na eventual cessão de Direitos Creditórios ao FUNDO, uma vez que esse pode conter créditos de sua emissão ou de suas empresas controladas, coligadas e subsidiárias.

10.2. Custodiante, Escriturador, Distribuidor das Cotas e Estruturador:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara
CEP 06029-900
Osasco/SP
Tel.: (+55 11) 3684.4522

Fax.: (+55 11) 3684.5645
www.bradesco.com.br

O Bradesco, por meio do Departamento de Ações e Custódia, está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral como Custódia, Controladoria, Escrituração de Ativos, Banco Mandatário, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, *Trustee*, Agente de Compensação, *brazilian deposit receipts* e *deposit receipts*, há mais de 30 anos.

O Departamento de Ações e Custódia presta serviços somente para recursos de terceiros, tendo estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas do Banco, mantendo assim total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo *compliance* corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por *compliance* específico, que garante a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

Os serviços de Custódia e Controladoria têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2000, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Bradesco também aderiu ao Código de Auto-Regulação da ANBID, para o Serviço de Custódia Qualificada, ratificando assim que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências daquela associação.

Considerado uma das empresas mais modernas do mundo, sempre apontando tendências e antecipando serviços e produtos para seus clientes, o Bradesco prioriza investimentos em tecnologia e informática, sendo que no primeiro semestre de 2004 superou a marca de R\$ 660.000.000,00 (seiscentos e sessenta milhões de reais).

Especificamente para a área de custódia são mantidos os melhores sistemas do mercado, existindo contingência de sistemas e ambiente físico, o que garante a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Fundo de Recebíveis

O Bradesco oferece ao mercado os serviços de custódia, controladoria e administração para os fundos de investimento em direitos creditórios.

O serviço abrange a recepção e a análise dos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios, bem como a validação desses direitos em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo regulamento e a realização da liquidação física e financeira evidenciada pelo contrato de cessão.

Além disso, é efetuada a custódia, a administração, a cobrança e/ou a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

Toda essa atividade realizada está à disposição dos órgãos reguladores, agências de *rating* e auditoria independente, de acordo com a legislação vigente.

Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento

O sistema Bradesco de Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento foi desenvolvido para atender às necessidades dos administradores, nas atividades relativas à administração desses fundos e na escrituração de suas Cotas, possibilitando o acesso às suas posições, aos dados cadastrais dos Cotistas e permitindo a emissão de relatórios.

O Sistema Escritural Bradesco elimina a complexidade do sistema convencional, o que facilita o trabalho das corretoras de valores nas negociações e possibilita a conquista de novos Cotistas em qualquer parte do país, uma vez que o sistema é de abrangência nacional.

Esse serviço compreende o registro da titularidade das Cotas, o controle das movimentações, o processamento dos pagamentos de rendimentos e outros eventos deliberados pelos fundos. Além disso, o Bradesco oferece aos seus Cotistas atendimento personalizado por meio da rede de agências.

10.3 Gestora:

BRAM – Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida Paulista, nº 1450, 6º andar
CEP 01310-917]
São Paulo/SP
Tel.: (+55 11) 2178.6600
Fax.: (+55 11) 2178.6800
www.bradesco.com.br

A BRAM - BRAM – Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição devidamente registrada na CVM, conta com estrutura especializada e dedicada à gestão de recursos de terceiros. Atende aos mais variados segmentos de mercado: varejo, varejo alta renda (Bradesco *Prime*), *private, middle* (Bradesco Empresas), *corporate* e investidores institucionais. Sua atuação é desenvolvida por uma equipe de profissionais focados no atendimento das demandas específicas de cada perfil de investidor. Com base em uma criteriosa metodologia, a Moody's atribuiu à BRAM o *rating* "MQ1" de qualidade de gestão, a maior na escala definida pela agência a nível mundial. Assim como a Fundação Vanzolini concedeu à BRAM o certificado ISO 9001/2000 na Gestão de Recursos de Terceiros (Fundos e Carteiras) nas categorias Varejo e Exclusivo.

10.4. Estruturador:

Integral – Trust Serviços Financeiros S/C Ltda.
Avenida Cidade Jardim, 400 - 20º andar
CEP 01454-000
São Paulo/SP
Tel.: (+ 55 11) 3818.0802
Fax.: (+ 55 11) 3818.0899
www.integraltrust.com.br

A Integral Trust Serviços Financeiros S/C Ltda. é uma empresa de consultoria especializada em assessoria de inteligência financeira para bancos e empresas de grande porte, possuindo competência e qualificação comprovada em Finanças Corporativas e Gestão de Riscos Financeiros, com foco em securitização e seu complemento, fundo de investimento em direitos creditórios.

A Integral Trust vem atuando em caráter pioneiro em projetos de securitização e na estruturação dos primeiros fundos de investimento em direitos creditórios do mercado para bancos e empresas de grande porte.

Possui cerca de 20 contratos ativos de consultoria para empresas tanto do setor financeiro (Bancos, Asset Management, etc.) quanto do não financeiro, bem como com associações de classe, tais como Associação Brasileira de Bancos - ABBC, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIEP e Confederação das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP. Além de ter atuado na estruturação e formatação do primeiro fundo de investimento em direitos creditórios do mercado brasileiro, participou e participa ativamente na criação de outros 15 (quinze) fundos de recebíveis lançados ou em fase de lançamento.

Os consultores da Integral Trust, com destaque para os sócios Francisco Turra, Antonio Hermann, Bruno Amadei e Carlos Fagundes, possuem ampla e diversificada experiência em finanças corporativas e vêm desenvolvendo diversos projetos na área institucional junto a associações de classe destacando-se:

- criação da Câmara para Assuntos de Administração de Riscos – CAAR;
- regulamentação da Securitização Financeira; e
- criação de fundos de investimento em direitos creditórios.

Seus valores éticos e de isenção têm representado um diferencial de reconhecimento em diagnosticar e prover soluções inteligentes e eficazes na medida exata das necessidades de seus clientes.

10.5. Agência de Rating:

Standard & Poors Rating Services
Avenida Engenheiro Luis C. Berrini, 1253, 10º andar
CEP 04571-010
São Paulo/SP

Tel.: (+ 55 11) 5501.8930
Fax.: (+ 55 11) 5501.8654
www.standardandpoors.com.br

10.6. Auditoria:
KPMG Auditores Independentes
Rua Renato Paes de Barro, 33
CEP 04530-000
São Paulo/SP
Tel.: (+55 11) 3067.3000
Fax.: (+55 11) 3079.2916
www.kpmg.com.br

10.7. Consultoria Jurídica:
Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados
Rua da Consolação, n° 247, 4° andar
CEP 01301-903
São Paulo/SP
Tel.: (+55 11) 3150.7000
Fax: (+55 11) 3150.7071
www.mmsso.com.br

11. Classes de Cotas: As Cotas serão emitidas em duas classes: Sênior e Subordinada (subordinação para fins de amortização e resgate).

12. Tipo de Fundo: Fechado.

13. Prazo de Duração: 36 meses a partir do Início das Atividades.

14. Razão de Garantia: O Fundo possui uma Razão de Garantia mínima de 15% (quinze por cento), que deverá ser observada e apurada diariamente pelo Administrador. Caso, a qualquer momento, essa Razão de Garantia venha a se desenquadrar, o Administrador adotará as medidas conforme especificadas nos Artigos 47, 49, inciso I, e 50, inciso VI, do Regulamento.

15. Eventos de Avaliação: São Eventos de Avaliação:

- a redução da Razão de Garantia para nível inferior a 15% (quinze por cento), desconsideradas as provisões para devedores duvidosos;
- a elevação da inadimplência da carteira em índice superior a 22% (vinte e dois por cento), calculado sobre o total de Direitos Creditórios em atraso entre 6 (seis) e 30 (trinta) dias após os seus respectivos vencimentos em relação a todos os Direitos Creditórios que tenham vencido no correspondente período de 30 (trinta) dias anterior, considerada, ainda, a média móvel de 3 (três) meses consecutivos;
- a elevação da inadimplência da carteira em índice superior a 7% (sete por cento), calculado sobre o total de Direitos Creditórios em atraso entre 31 e 90 dias após os seus respectivos vencimentos em relação a todos os Direitos Creditórios que tenham se vencido nesse mesmo período, considerada, ainda, a média móvel de 3 (três) meses consecutivos;
- a elevação da inadimplência da carteira em índice superior a 5% (cinco por cento), calculado sobre o total de Direitos Creditórios em atraso entre 91 (noventa e um) e 180 (cento e oitenta) dias após os seus respectivos vencimentos em relação a todos os Direitos Creditórios que tenham se vencido nesse mesmo período, considerada, ainda, a média móvel de 3 (três) meses consecutivos; e
- a elevação da inadimplência da carteira em índice superior a 3% (três por cento), calculado sobre o total

de Direitos Creditórios em atraso superior a 180 (cento e oitenta) dias e não liquidado após os seus respectivos vencimentos em relação a todos os Direitos Creditórios que tenham se vencido nesse mesmo período, considerada, ainda, a média móvel de 3 (três) meses consecutivos.

16. Eventos de Liquidação Antecipada: São eventos que ensejam a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada em Assembléia Geral:

- o ajuizamento do pedido de autofalência, de recuperação judicial, ou qualquer processo assemelhado pela Cedente, pela Verde Administradora ou pelas Lojas Quero-Quero, ou a propositura, pela Cedente, pela Verde Administradora ou pelas Lojas Quero-Quero, de plano de recuperação extrajudicial, ou, ainda, caso a Cedente, a Verde Administradora ou as Lojas Quero-Quero tenham sua falência requerida, sem que haja apresentação de defesa no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da respectiva citação;
- a ocorrência de eventos que prejudiquem ou impossibilitem as atividades do Fundo, assim entendidos aqueles que afetem substancialmente a originação e/ou a cessão de Direitos Creditórios em montante suficiente para assegurar os níveis mínimos de composição e diversificação da carteira do Fundo, inclusive, mas não se limitando, ao descumprimento pela Cedente da obrigação de ceder ao Fundo Direitos Creditórios livres e desembaraçados, que representem a todo o momento, a partir do 90º (nonagésimo) dia do Início das Atividades, exceto na hipótese de autorização de prorrogação desse prazo pela CVM, conforme disposto no Artigo 40 da Instrução CVM 356, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- a resolução, por qualquer motivo, do Contrato de Cessão;
- na hipótese de não pagamento do valor integral das Amortizações Programadas das Cotas Seniores no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contadas das datas previstas no Regulamento;
- rebaixamento superior a dois níveis da classificação de risco inicialmente conferida às Cotas Seniores por agência de classificação de risco em operação no país;
- caso a Razão de Garantia seja reduzida abaixo do patamar referido no Regulamento, descontadas as provisões para devedores duvidosos, e tal evento não seja sanado ou não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento em até 5 (cinco) dias úteis;
- na hipótese de resolução, por qualquer motivo, do Contrato de Correspondente Bancário ou do Contrato de Vinculação; e
- ocorrência de quaisquer Eventos de Avaliação conforme descritos no Artigo 49, incisos II a V do Regulamento, nas seguintes hipóteses:
 - (i) o índice de inadimplência tratado no inciso II do Artigo 49 do Regulamento for observado em dois meses consecutivos ou exceder a 25% (vinte e cinco por cento) em uma única ocasião;
 - (ii) o índice de inadimplência tratado no inciso III do Artigo 49 do Regulamento for observado em dois meses consecutivos ou exceder a 10% (dez por cento) em uma única ocasião;
 - (iii) o índice de inadimplência tratado no inciso IV do Artigo 49 do Regulamento for observado em dois meses consecutivos ou exceder a 7% (sete por cento) em uma única ocasião; e
 - (iv) o índice de inadimplência tratado no inciso V do Artigo 49 do Regulamento for observado em dois meses consecutivos ou exceder a 5% (cinco por cento) em uma única ocasião.

17. Eventos de Resilição do Contrato de Cessão: São considerados eventos de resilição do Contrato de Cessão quaisquer das seguintes ocorrências:

- requerimento de (i) auto-falência, (ii) recuperação judicial ou extrajudicial, ou (iii) intervenção pela Cedente, pelas Lojas Quero-Quero S.A. ou pela Verde Administradora, conforme o caso;
- decretação de falência, efetiva intervenção, liquidação ou evento assemelhado da Cedente, das Lojas

Quero-Quero ou da Verde Administradora, conforme o caso;

- existência de evidência de que a Cedente tenha oferecido ao Fundo, Direitos Creditórios sobre os quais recaiam ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos previamente a sua oferta ao Fundo ou sem o devido atendimento das Condições Adicionais;
- liquidação judicial ou extrajudicial do Fundo;
- descumprimento, por qualquer das partes, de qualquer declaração, garantia ou obrigação nos termos do Contrato de Cessão não sanado dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas a contar do recebimento da notificação que para tanto tiver sido enviada pela outra parte; e
- a resolução, por qualquer motivo, do Contrato de Correspondente Bancário, ou do Contrato de Vinculação, do Contrato de Depósito, do Convênio de Financiamento ou do Contrato de Prestação de Serviços.

Havendo a resilição por qualquer dos eventos de resilição acima mencionados, todas as obrigações e direitos decorrentes do Contrato de Cessão continuarão válidas e em vigor até a liquidação do Fundo.

18. Aplicação: É utilizado o valor da Cota em vigor na abertura do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Administrador.

19. Integralização de Cotas: As Cotas Seniores deverão ser integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, por meio de TED. As Cotas Subordinadas deverão ser integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, por meio de TED, ou por aporte em Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade e às Condições Adicionais.

20. Resgate e Amortização de Cotas: Não haverá resgate de Cotas, a não ser pelo término do prazo de duração ou pela liquidação do Fundo, ressalvados, porém, (i) o resgate de Cotas Seniores, nos termos do Artigo 51 do Regulamento; e (ii) o resgate antecipado, total ou parcial, de Cotas por força de liquidação parcial ou total do Fundo, conforme determinado em Assembléia Geral ou, ainda, por força das normas vigentes.

Observado o período de carência de 18 (dezoito) meses do Início das Atividades, as Cotas Seniores serão amortizadas em 18 (dezoito) parcelas mensais e sucessivas (Amortizações Programadas de Cotas Seniores), conforme expresso no Regulamento.

Além das amortizações que porventura venham a ser determinadas por deliberação da Assembléia Geral, as Cotas Subordinadas serão amortizadas, em Direitos Creditórios, pelo valor contabilizado na carteira do Fundo, sempre que o seu valor exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, em período não inferior a 30 (trinta) dias.

A partir do 19º (décimo nono) mês, inclusive, da vigência do Fundo, as Amortizações Programadas de Cotas Subordinadas só poderão ser realizadas caso a Reserva de Liquidez seja suficiente para atender a totalidade das Amortizações Programadas de Cotas Seniores vincendas nos meses subsequentes.

O valor da Amortização Programada de Cotas Subordinadas equivalerá ao montante necessário para que a proporção entre o valor das Cotas Subordinadas e o patrimônio líquido do Fundo seja restabelecida ao patamar de 15% (quinze por cento).

Ressalvadas essas hipóteses, as Cotas Subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas após a amortização ou o resgate das Cotas Seniores.

21. Taxa de Administração: O Fundo pagará pela prestação dos serviços de administração, incluindo gestão, custódia, controladoria e escrituração de Cotas, uma taxa de administração que compreenderá os seguintes valores, cumulativamente:

- (i) taxa de 0,45% (quarenta e cinco décimos por cento) ao ano, calculada por dia à base de um ano de 252 dias e incidente sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo, taxa essa que em nenhum

momento será inferior ao valor mensal de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) ;

- (ii) valor fixo mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais); e
- (iii) valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por evento, assim considerado qualquer dia em que ocorra distribuição de rendimentos e/ou subscrição de Cotas.

Não serão cobradas taxas de ingresso, saída ou performance.

22. Política de Concessão de Crédito: Nas vendas de mercadorias, as Lojas Quero-Quero prestam serviços de análise de crédito dos Clientes para a Verde Administradora e para a Cedente, segundo a política de concessão de crédito da Cedente, nos termos do Contrato de Serviços. Tal política de concessão de crédito é baseada em regras, dentre as quais destacam-se:

- (i) cadastro de Clientes novos: inicialmente, as Lojas Quero-Quero fazem o cadastro dos Clientes que queiram efetuar compras mediante (a) verificação de documentos de identificação (RG, CPF, carteira profissional, comprovante de residência, tais como contas de água e luz); e (b) verificação de documentos que comprovem a situação patrimonial do Cliente (escritura do imóvel do domicílio do Cliente, contratos de locação, certificado de propriedade de veículo, declaração de imposto de renda, entre outros). O vendedor das Lojas Quero-Quero cadastra informações no Sistema de Crédito, bem como a sua avaliação pessoal com relação ao crédito a ser concedido ao Cliente;
- (ii) atualizações cadastrais: o Sistema de Crédito é programado para solicitar atualização cadastral de Clientes, periodicamente. A atualização cadastral é feita em períodos que variam entre 90, 120, 150 e 180 dias, de acordo com parâmetros de atualização de cadastro para cada cidade/região (esse parâmetro varia de acordo com dados históricos de inadimplência e risco, entre outros fatores) que apresentem qualquer bloqueio à concessão de crédito nos termos do item (viii);
- (iii) exame de dados cadastrais: após o processamento das informações disponibilizadas no cadastro, o Coordenador Administrativo examina e/ou ratifica tais informações mediante consulta a sistemas de proteção ao crédito (CCF, SPC, SERASA, etc.), bem como de outras fontes e documentos. As informações decorrentes de tal exame também são cadastrados no Sistema de Crédito;
- (iv) concessão de limite de crédito provisório: transcorridas as etapas relativas ao cadastro de Clientes novos, o Coordenador Administrativo determina que o Sistema de Crédito processe o *Credit Score*, o qual gera uma pontuação (em reais), com base no percentual de comprometimento de renda líquida mensal do Cliente, calculado, por sua vez, com base nas informações disponibilizadas no Sistema de Crédito. O limite de crédito (ainda provisório) é obtido mediante multiplicação de tal pontuação por um fator de geração de limite, que varia de 10 a 15, de acordo com os parâmetros do Sistema de Crédito para cada região/cidade. Tal parâmetro foi estabelecido e é revisado com base no comportamento histórico da inadimplência e risco da praça (parte-se do princípio de que o valor do limite total é o máximo que o Cliente pode comprar para pagamento em parcelas mensais). Após a concessão de limite de crédito provisório, os dados cadastrais são encaminhados para a Central de Análise, que, depois de uma verificação mais aprofundada de tais dados, aprova a emissão do Verdecard e estabelece o limite de crédito definitivo do Cliente;
- (v) atualização de limites de crédito: o limite de crédito de Clientes já cadastrados no Sistema de Crédito, por sua vez, é revisado somente se houver alteração na renda do Cliente em até 50% (cinquenta por cento), conforme verificação feita a cada atualização cadastral;
- (vi) vendas acima do limite de crédito: nos casos de vendas acima do limite de crédito disponível, o gerente do estabelecimento das Lojas Quero-Quero e/ou o Coordenador Administrativo têm alçada para liberar a venda, desde que tal liberação não ultrapasse a autonomia, ou seja, entre 10% (dez por cento) e 30% (trinta por cento) do limite de crédito total, conforme parâmetro do Sistema de Crédito estabelecido para cada cidade ou estabelecimentos das Lojas Quero-Quero. A Verde Administradora poderá, quando excedidas as alçadas do gerente do estabelecimento das Lojas Quero-Quero e/ou do Coordenador Administrativo, autorizar vendas acima desses limites de crédito, após a revisão dos dados cadastrais encaminhados para a Central de Análise;
- (vii) profissional autônomo/liberal: caso os novos Clientes sejam profissionais liberais ou autônomos, o *Credit Score* será processado com base na menor dentre as seguintes rendas: (i) a renda informada pelo

Cliente ou (ii) a renda presumida de tal Cliente, a qual é estabelecida de acordo com os parâmetros do Sistema de Crédito para cada cidade ou estabelecimentos das Lojas Quero-Quero;

- (viii) fatores bloqueadores de Crédito: o Sistema de Crédito bloqueia a concessão e a utilização do limite de crédito quando o valor da venda da mercadoria for superior ao limite de crédito disponível do Cliente ou quando o mesmo apresentar restrições cadastrais ou outros impedimentos internos, tais como créditos vencidos entre 5 (cinco) e 15 (quinze) dias, cheques devolvidos, média de inadimplência elevada, cadastro vencido (de acordo com os parâmetros do Sistema de Crédito);
- (ix) desbloqueio de limite de crédito: somente o gerente do estabelecimento das Lojas Quero-Quero ou Coordenador Administrativo, mediante acesso ao Sistema de Crédito por meio de senha específica, poderá liberar a concessão ou a utilização do limite de crédito mediante nova análise da situação cadastral do Cliente desde que haja a regularização das restrições cadastrais. Além da regularização cadastral, o gerente do estabelecimento das Lojas Quero-Quero ou Coordenador Administrativo poderá solicitar (a) garantias, como fianças ou hipotecas de bens imóveis, (b) valor maior de entrada, (c) ajuste das parcelas ao valor do limite, ou (d) alienação fiduciária de veículos;
- (x) limite máximo por Cliente: o limite de crédito máximo autorizado no Sistema de Crédito é de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). As vendas acima desse limite de crédito deverão observar o disposto no item (d) acima.

23. Política de Cobrança: O pagamento dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo será feito pelos Clientes, por intermédio do Correspondente Bancário, observado os seguintes procedimentos:

- (a) as Lojas Quero-Quero prestarão os serviços de Correspondente Bancário (com relação aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo) em caráter de exclusividade, por força do Contrato de Correspondente Bancário;
- (b) os valores devidos pelos Clientes, devedores dos Direitos Creditórios, são e serão representados pelos Contratos de Emissão, por carnês de pagamento e respectivos cupons fiscais emitidos pelas Lojas Quero-Quero a cada venda de mercadorias realizada, bem como pelos Contratos de Financiamentos e por planilhas emitidas no âmbito do Convênio de Financiamento, sendo que tais valores serão sempre pagáveis nos Terminais de Caixa do Correspondente Bancário e nas agências do Bradesco;
- (c) em seguida, tais valores serão segregados automaticamente e transferidos ao Fundo, pelo Custodiante; e
- (d) as Lojas Quero-Quero atuarão como fiéis depositárias de valores eventualmente pagos pelos Clientes diretamente às Lojas Quero-Quero, ou pelo recebimento de qualquer valor devido em função do pagamento de indenização decorrente do evento coberto pela apólice de seguro, devendo transferir tais valores ao Fundo na mesma data do recebimento, observado o disposto no Contrato de Cessão.

De acordo com o previsto no Contrato de Cobrança, as Lojas Quero-Quero e a Verde Administradora adotarão, em nome do Fundo, as medidas de cobrança necessárias em relação aos Clientes Inadimplentes.

Para a cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios dos Clientes Inadimplentes, os seguintes procedimentos deverão ser adotados:

- (a) em caso de atraso e não pagamento dos Direitos Creditórios, o Sistema de Crédito bloqueará o limite de crédito e o Cliente Inadimplente não poderá efetuar novas compras de mercadorias;
- (b) a Verde Administradora efetuará a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos por meio de aviso de atraso, a ser enviado pelo correio, o qual solicitará a regularização imediata do débito. O primeiro aviso é enviado entre o 7º (sétimo) e o 15º (décimo quinto) dia após o vencimento, observando-se parametrização por cidade/região, bem como o histórico de atrasos do Cliente Inadimplente;
- (c) alternativa ou conjuntamente aos procedimentos indicados na alínea (b) acima, as Lojas Quero-Quero e/ou a Verde Administradora, efetuarão cobrança por telefone entre o 6º (sexto) e o 14º (décimo quarto) dia após o vencimento e não pagamento dos Direitos Creditórios;
- (d) caso os procedimentos indicados nas alíneas (b) e (c), acima, não produzam resultados, a partir do 20º (vigésimo) dia do vencimento e não pagamento dos Direitos Creditórios, o Custodiante solicitará ou instruirá a Verde Administradora para que realize a emissão e o envio do segundo aviso de atraso, pelo

correio, comunicando a inclusão do Cliente Inadimplente no SPC;

- (e) caso os procedimentos indicados nas alíneas (b), (c) e (d), acima, não produzam resultados, a partir do 25º (vigésimo quinto) dia do vencimento e não pagamento dos Direitos Creditórios, representantes das Lojas Quero-Quero e/ou da Verde Administradora passarão a fazer visitas no domicílio do Cliente Inadimplente para efetuar a cobrança do Direito Creditório Inadimplido;
- (f) caso os procedimentos indicados nas alíneas (b), (c), (d) e (e) acima não produzam resultados até o 32º (trigésimo segundo) dia após o vencimento e não pagamento dos Direitos Creditórios, o Custodiante efetuará ou instruirá a Verde Administradora para que efetue os apontamentos necessários no SPC, conforme seja possível apontamentos feitos por procuração ou conforme estabelecido no Contrato de Cobrança;
- (g) caso os procedimentos indicados nas alíneas (b), (c), (d), (e) e (f) acima não produzam resultados até o 65º (sexagésimo quinto) dia após o vencimento e não pagamento dos Direitos Creditórios, o Custodiante instruirá a Verde Administradora para que emita novo aviso ao Cliente informado-o quanto à possibilidade de cobrança judicial;
- (h) a partir do 70º (septuagésimo) dia do vencimento e não pagamento dos Direitos Creditórios, o Custodiante efetuará ou instruirá a Verde Administradora para que efetue os apontamentos necessários no SERASA, conforme seja possível apontamentos feitos por procuração ou conforme estabelecido no Contrato de Cobrança; e
- (i) no 90º (nonagésimo) dia do vencimento e não pagamento dos Direitos Creditórios, o Custodiante instruirá a Verde Administradora para que encaminhe os títulos representativos de tais Direitos Creditórios a protesto.

A cobrança judicial dos Direitos Creditórios dos Clientes Inadimplentes só será efetuada caso o valor do débito em atraso seja igual ou superior a R\$ 500,00 (quinhentos reais), mediante propositura de ações cautelares de busca e apreensão, bem como de ações de execução, monitória ou de cobrança. Para fins da cobrança judicial de Direitos Creditórios, o Fundo, por meio do seu representante legal, deverá atuar no pólo ativo das respectivas ações e medidas.

24. Tributação: O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito a pagamento de diversos tributos incidentes sobre pessoas jurídicas, tais como: (i) IRPJ; (ii) CSLL; (iii) PIS; e (iv) COFINS.

As operações do Fundo estão sujeitas à alíquota zero em relação : (i) à CPMF; e (ii) ao IOF.

O IR-Fonte incidirá sobre as seguintes bases de cálculo, a saber: (i) os rendimentos auferidos no resgate das Cotas são tributados pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Cotas; e (ii) os ganhos verificados na amortização das Cotas são tributados em relação ao valor que exceder o respectivo custo de aquisição.

Para os rendimentos auferidos no resgate e para os ganhos auferidos na amortização, a partir de 1º de janeiro de 2005, as alíquotas são regressivas em razão da classificação do Fundo como de longo prazo (carteira com prazo médio superior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios) ou de curto prazo (carteira com prazo médio igual ou inferior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios), e após a definição da classificação do Fundo segundo esse critério a alíquota varia, ainda, de acordo com o prazo de permanência da aplicação do investidor, conforme abaixo descrito:

(i) Fundo de Longo Prazo:

- 22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias;
- 20,0% - prazo da aplicação de 181 dias até 360 dias;
- 17,5% - prazo de aplicação de 361 dias até 720 dias; e
- 15,0% - prazo de aplicação acima de 720 dias.

Os prazos referidos acima são considerados a partir da data da aplicação.

A tributação da pessoa física é, nos termos da legislação em vigor, considerada definitiva (i.e., não é admitida a compensação do imposto retido com o imposto devido calculado quando da elaboração da Declaração de Ajuste Anual).

A tributação da pessoa jurídica é, nos termos da legislação em vigor, considerada mera antecipação do imposto devido no encerramento de cada período de apuração, exceção feita às pessoas jurídicas optantes pelo simples e isentas.

Em princípio, por se tratar de fundo fechado, IR-Fonte incidirá: (i) no momento do resgate das Cotas, em decorrência do término do prazo de duração ou liquidação antecipada do Fundo; e (ii) na hipótese de amortização de Cotas, observadas as regras supra expostas relativas à determinação da alíquota aplicável.

No caso de alienação das Cotas por pessoa física há incidência de imposto de renda de acordo com a alíquota de 15%, devendo o próprio Cotista realizar o recolhimento. A pessoa jurídica que alienar Cotas do Fundo deverá observar os mesmos critérios de tributação dos ganhos líquidos em renda variável.

A legislação prevê a incidência do IOF/Títulos apenas na hipótese de a amortização ou o resgate ocorrer em prazo inferior a 30 dias da data da aplicação dos recursos.

Sobre os recursos entregues pelos Cotistas para aplicação no Fundo, incide CPMF, atualmente à alíquota de 0,38% (zero vírgula trinta e oito por cento).

Em observância ao disposto na Lei nº 10.892, de 1º de outubro de 2004, as aplicações financeiras em fundos de investimentos podem ser realizadas por meio da Conta Investimento.

Nesse caso, haverá a incidência de CPMF apenas quando da transferência de recursos da conta corrente de depósito do Cotista para a Conta Investimento.

Uma vez na Conta Investimento, os recursos poderão se movimentar entre diferentes aplicações financeiras sem a incidência de CPMF.

25. **Informações Complementares:** O periódico no qual as informações relativas ao Fundo serão divulgadas será o jornal “Gazeta Mercantil”. Quaisquer outras informações complementares sobre o Fundo e a Oferta poderão ser obtidas junto ao Administrador, nos endereços informados nesse Prospecto, e à CVM, em um dos seguintes endereços: (a) Rua Sete de Setembro nº 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou (b) Rua Líbero Badaró 471, 7º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

-III- FATORES DE RISCO

1. **Riscos relacionados ao Fundo:** A carteira do Fundo e, por consequência, seu patrimônio estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais os analisados abaixo. O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente este Capítulo.

Fatores Macroeconômicos Relevantes: Variáveis exógenas tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão resultar em perdas para os Cotistas. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer pessoa, incluindo o Administrador, qualquer indenização, multa ou penalidade de qualquer natureza, caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de quaisquer de tais eventos.

Descasamentos de Taxas: O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preferencialmente em Direitos Creditórios e em modalidades financeiras de renda fixa que deverão compor sua carteira de ativos. Considerando-se que o valor das Cotas Seniores será atualizado, dentro do permitido pela rentabilidade da carteira a cada determinado momento, pela Taxa CDI acrescida da Sobretaxa, na forma do disposto no Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos Creditórios e dos outros ativos integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Cotas Seniores. Além disso, deve-se observar que os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo Fundo mediante deságio calculado a taxas prefixadas e a distribuição dos resultados da carteira do Fundo para suas Cotas tem como

parâmetro a Taxa CDI acrescida da Sobretaxa, conforme previsto no Regulamento. Portanto, os recursos do Fundo poderão ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade da rentabilidade pretendida aos Cotistas titulares de Cotas Seniores.

O Administrador, a Gestora, o Custodiante e seus controladores, sociedades por esses direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas, ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos de qualquer natureza, sofridos pelos Cotistas, inclusive pela eventual perda do valor de principal de suas aplicações em razão de descasamentos de taxas.

Risco de Liquidez: O Fundo está sujeito a riscos de liquidez no tocante às amortizações e ao resgate final de Cotas e/ou à aplicação nos Direitos Creditórios. O Fundo pode não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate final de suas Cotas no caso de (i) falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são negociados, e/ou (ii) condições atípicas de mercado. As aplicações do Fundo em Direitos Creditórios apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, já que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para Direitos Creditórios. Caso o Fundo precise vender os Direitos Creditórios, ou caso o Cotista receba tais Direitos Creditórios como pagamento de resgate ou amortização de suas Cotas, (i) poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais direitos poderá resultar em perda para o Fundo ou, conforme o caso, (ii) o Cotista poderá enfrentar demora na cobrança dos valores devidos pelos Clientes Inadimplentes. Não há, portanto, qualquer garantia ou certeza de que será possível ao Fundo e aos Cotistas, conforme o caso, liquidar posições ou realizar os Direitos Creditórios, respectivamente, de sua carteira ou propriedade, pelo preço e no momento desejados.

Risco Operacional: Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, apesar do depósito pactuado no Contrato de Depósito entre os agentes envolvidos, não há garantia de que o Custodiante e o Fundo terão acesso irrestrito aos documentos comprobatórios dos Direitos Creditórios ou de que as trocas de informações entre os respectivos sistemas eletrônicos se darão livres de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a cobrança ou realização dos Direitos Creditórios poderá ser afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

Não Existência de Garantia de Eliminação de Riscos: A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Cotistas. Embora o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

Inadimplência dos Clientes e não existência de co-obrigação ou garantia da Cedente pela solvência dos Direitos Creditórios: A Cedente é responsável somente pela existência, liquidez, certeza, exigibilidade e boa formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, não assumindo quaisquer responsabilidades pelo seu pagamento ou pela solvência dos Clientes nos termos do Regulamento. Dessa forma, na hipótese de inadimplência, total ou parcial, por parte dos Clientes, no pagamento dos Direitos Creditórios, o Fundo poderá sofrer o impacto resultante do não pagamento dos valores correspondentes aos referidos Direitos Creditórios, o que pode gerar prejuízos para o Fundo e, conseqüentemente, para seus Cotistas.

Risco de Descontinuidade do Fundo: A política de investimento do Fundo descrita no Regulamento estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos Creditórios. Nesse sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Cotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares da Cedente, da Verde Administradora e das Lojas Quero-Quero e da capacidade destas de originar Direitos Creditórios elegíveis para o Fundo conforme os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento e de acordo com a política de investimento descrita no Regulamento e nesse Prospecto.

Risco da notificação: A notificação da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos do Artigo 290 do Código Civil Brasileiro, não será feita aos devedores de tais Direitos Creditórios no momento da cessão, mas somente em caso de resolução do Contrato de Correspondente Bancário, ou na ocorrência de qualquer um dos Eventos de Liquidação Antecipada, o que poderá resultar na diminuição do fluxo de recursos pagos ao Fundo em caso de os devedores pagarem diretamente à Cedente, até o momento de

sua ciência em relação à respectiva notificação.

Risco da Cedente: Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de Financiamentos e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita no Regulamento. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais Financiamentos; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade e a política de investimento, poderá ocorrer a liquidação do Fundo e os investidores poderão não conseguir reaplicar os recursos, até então investidos no Fundo, em modalidades que lhes forneçam rentabilidade semelhante.

Risco do Correspondente Bancário: As Lojas Quero-Quero deverão receber os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios, como Correspondentes Bancários do Bradesco. Na hipótese de, por qualquer motivo, tais serviços de correspondente não estarem disponíveis nas Lojas Quero-Quero, ou caso esse serviço não seja prestado de maneira apropriada, os valores decorrentes de pagamento dos Direitos Creditórios que sejam efetuados nas Lojas Quero-Quero podem não ser tempestiva ou integralmente repassados ao Fundo, o que poderá resultar em perdas ao Fundo. Portanto, embora devidamente regulado no Contrato de Correspondente Bancário, o repasse dos recursos ao Fundo poderá atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como problemas operacionais do Correspondente Bancário ou limitações às operações do Bradesco, hipótese em que a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada de maneira adversa.

2. Riscos relacionados aos ativos da carteira: Além dos riscos específicos associados aos Direitos Creditórios e à Cedente, a carteira do Fundo também está sujeita aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, de riscos decorrentes da metodologia de avaliação adotada para os demais ativos integrantes de sua carteira, conforme a seguir descritos, os quais podem afetar o desempenho do Fundo, bem como causar perdas aos seus Cotistas. Dentre tais riscos, destacam-se:

Risco de Mercado: O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

Risco de Crédito: Consiste no risco dos emissores de títulos e valores mobiliários que integram a carteira do Fundo não cumprirem com suas obrigações de pagá-las pontual e integralmente. Alterações na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar oscilações no preço de negociação dos títulos que integram a carteira do Fundo.

Risco de Derivativos: Embora o Fundo possa utilizar instrumentos derivativos exclusivamente para proteger as suas posições detidas à vista, esta proteção pode não ser perfeita, gerando oscilações adversas nas Cotas do Fundo.

O Administrador não será responsável pela eventual depreciação dos ativos da carteira ou por quaisquer perdas ou prejuízos que venham a ser suportados pelo Fundo e pelos seus Cotistas, em decorrência dos fatores acima elencados.

- IV -

GERENCIAMENTO DE RISCO

A realização de investimentos no Fundo sujeita o Cotista aos riscos aos quais o Fundo e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos Cotistas.

Os fatores de risco envolvidos na operação do Fundo são gerenciados conforme seu tipo. O risco de mercado é monitorado através de relatórios de VaR (Variação do ativo em função de Risco) elaborados com o objetivo de estimar as perdas potenciais do Fundo decorrentes de flutuações dos preços e das taxas de juros do mercado.

O acompanhamento do risco de crédito é realizado por meio de análise criteriosa da capacidade de pagamento

da Cedente e dos seus respectivos clientes. Adicionalmente, o risco de crédito relativo aos Direitos Creditórios é acompanhado por meio do controle da inadimplência dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, cujo desempenho é condicionante para novas aquisições de um mesmo devedor, além da verificação dos Critérios de Elegibilidade.

O risco de liquidez é definido em um comitê da Gestora que se reúne semanalmente, estipulando limites máximos de exposição para ativos.

Embora a Gestora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas.

- V - APRESENTAÇÃO DA CEDENTE

1. Histórico: A Cedente foi fundada em 20 de agosto de 2001 por Ata Geral de Constituição. O endereço sede da Cedente é: Rua Tenente Jung, 272, 2º andar, sala 04, na Cidade de Santo Cristo, Rio Grande do Sul.

A Cedente é uma sociedade de crédito, investimento e financiamento regulada conforme dispositivos do Banco Central, operando carteiras de empréstimos e financiamentos.

A empresa obteve autorização para funcionamento junto ao Banco Central em 15 de julho de 2002, iniciando suas operações em 27 de novembro de 2002.

2. Capital Social: Em 30 de setembro de 2005, o capital social da Cedente era de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), integralmente subscrito e integralizado, dividido em 100.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A Cedente não possui ações em tesouraria.

A distribuição do capital social da Cedente, em 30 de setembro de 2005, é apresentada a seguir:

Acionista	Ações	%
VERDE – ADMIN. DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA.	54.000	54
QUERO-QUERO - ADMINISTRADORA CONSÓRCIOS LTDA.	46.000	46

3. Administração: De acordo com o Estatuto Social e com a Lei das Sociedades por Ações, a Cedente é administrada por uma Diretoria, composta por 02 membros.

3.1. Diretoria: É responsável pela orientação geral dos negócios. Compete ao Diretor Superintendente a verificação e fiel execução dos negócios sociais, coordenar as atividades dos diretores sem designação especial, e distribuir a remuneração entre os Diretores, se fixada em montante global pela Assembléia Geral. Compete ao Diretor de Operações, na falta, ausência, ou impedimento do Diretor Superintendente, as atribuições desse, dirigir a administração dos negócios sociais, principalmente, as atividades operacionais da companhia.

Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem.

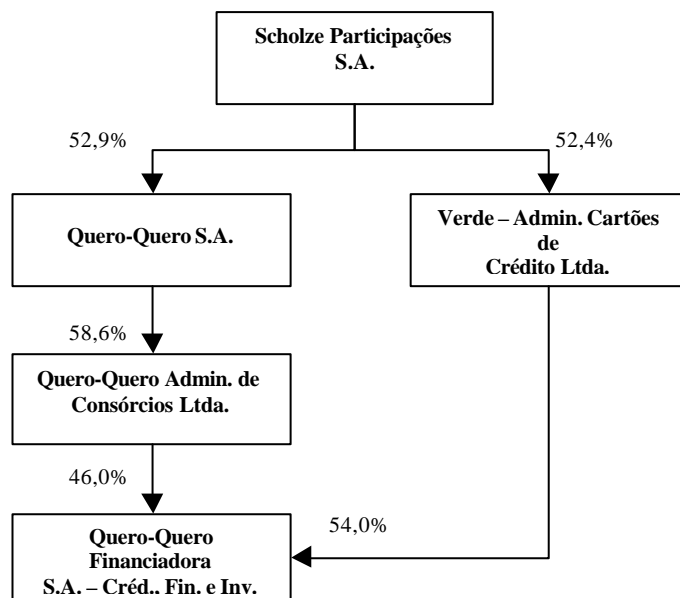
A tabela a seguir apresenta o nome, o cargo e a data da posse dos atuais membros da Diretoria.

Nome	Cargo	Data da Posse
WILMAR HAMMERSCHMITT	Diretor Superintendente	29/04/2003
FERNANDO ALBERTO SCHOLZE	Diretor de Operações	29/04/03

4. Organograma Societário: A Cedente é controlada pela Verde Administradora, que por sua vez é controlada pela Scholze Participações S.A., sociedade que controla, além da Verde Administradora, as Lojas Quero-Quero, a qual é detentora indireta de ações da Cedente e com a qual a Cedente mantém um estreito relacionamento.

O organograma a seguir mostra a estrutura societária da Cedente, em 30 de setembro de 2005:

ORGANOGRAMA DO GRUPO QUERO-QUERO (simplificado)



5. Informações Financeiras e Demais Informações Relevantes:

Resultados Financeiros:

A tabela abaixo contém algum dos principais indicadores financeiros da Cedente nos períodos indicados:

(em milhares de R\$)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			Período semestral encerrado em 30 de junho de	
	2004	2003	2002	2005	2004
Receitas da intermediação financeira	13.634	11.854	938	3.984	7.186
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	51	532	1.036	27	27
Outras despesas operacionais	9.209	8.348	1.355	2.109	4.970
Despesas de intermediação financeira	4.019	3.885	317	675	2.294
Resultado operacional	457	153	302	1.226	-51
Lucro/Prejuízo Líquido do exercício/período	349	96	171	879	-51

A Cedente possui ativos totais de R\$ 14.042.000,00 (quatorze milhões e quarenta e dois mil reais) e patrimônio líquido de R\$ 6.081.000,00 (seis milhões e oitenta e um mil reais) (números consolidados e referentes a 30 de junho de 2005).

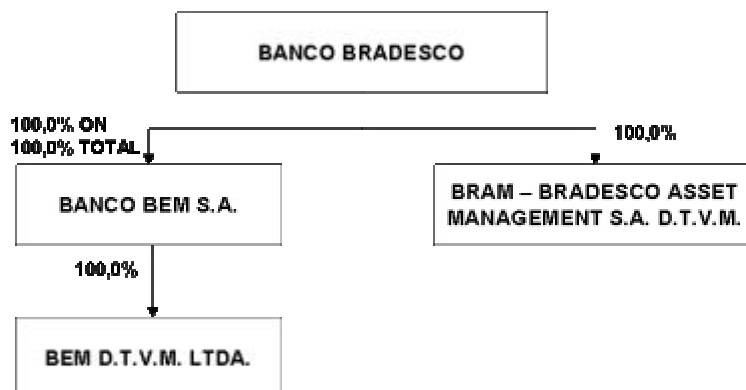
A Cedente possui 03 funcionários e colaboradores, atuando de forma altamente informatizada.

- VI -

POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

1. Administrador, Custodiante, Gestora e Cedente:

ORGANOGRAMA BRADESCO(simplificado)



O Bradesco é o controlador do Administrador e da Gestora. Ademais, o Bradesco presta os serviços de custódia e distribuição das Cotas Seniores do Fundo.

O Administrador e a Gestora, até esta data, não prestam nenhum serviço ou mantêm qualquer relacionamento comercial com qualquer das empresas do grupo Quero-Quero.

O Bradesco e as Lojas Quero-Quero firmaram em 1º de novembro de 2004 o Contrato de Correspondente Bancário, para que, entre outros objetivos, seja efetuada, nos próprios estabelecimentos das Lojas Quero-Quero, a cobrança de títulos bancários, incluindo os carnês de pagamento de obrigações relacionadas aos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo, visando, ainda, o estreitamento da relação comercial entre as contratantes. Nesse sentido, todos os estabelecimentos das Lojas Quero-Quero são correspondentes bancários do Bradesco.

2. Cedente, Verde Administradora e Lojas Quero-Quero:

A Scholze Participações S.A. é a principal acionista das Lojas Quero-Quero e da Verde Administradora. Tanto a Verde Administradora quanto as Lojas Quero-Quero (essa de forma indireta) possuem participação na Cedente.

As três empresas possuem relação estreita, tendo em vista que os cartões Verdecard, de emissão da Verde Administradora, são aceitos em todos os estabelecimentos das Lojas Quero-Quero e que as Lojas Quero-Quero prestam diversos serviços tanto à Verde Administradora quanto à Cedente, conforme pode ser verificado no item “2” da Seção VIII desse Prospecto.

- VII - INFORMAÇÕES SOBRE OS SACADOS

1. Perfil da carteira de Direitos Creditórios: O perfil da carteira de Direitos Creditórios analisados pela KPMG indica o total de faturamento de R\$ 667.561.910,00 (seiscentos e sessenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e um mil, novecentos e dez reais), para o período de 35 (trinta e cinco) meses compreendido entre 1º de janeiro de 2002 e 30 de novembro de 2004, distribuídos em mais de 2.218.114 operações, correspondendo, portanto, a um valor médio de R\$ 305,47 (trezentos e cinco reais e quarenta e sete centavos) por operação.

O volume médio mensal da produção no período analisado foi de R\$ 19.073.200,00 (dezenove milhões, setenta e três mil e duzentos reais) por mês e o prazo médio ponderado pelo valor das vendas por meio do Verdecard é de 91 dias.

Para maiores detalhes sobre os dados dos sacados, inclusive com relação às informações acerca de padrões de inadimplência e índices de concentração, ver o Anexo 3 desse Prospecto: “Relatório da Auditoria”. Ressalta-se que o Relatório da Auditoria foi realizado no início da estruturação do Fundo, nesse sentido, poderá haver uma

diferenciação dos dados apontados pela *Santard & Poors* (em seu Relatório de *Rating*), daqueles constantes no relatório da KPMG.

- VIII -

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS ENVOLVENDO O FUNDO

1. Contratos relacionados diretamente com o Fundo:

Contrato de Cessão:

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado entre o Fundo, por meio de seu Administrador, a Cedente, o Custodiante, a Verde Administradora e as Lojas Quero-Quero, para a aquisição de Direitos Creditórios. A cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irretratável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a esses relacionados, compreendendo ainda, eventuais garantias outorgadas pelos clientes à Cedente e seguros feitos em relação a tais Direitos Creditórios ou a títulos que os representem.

De acordo com o Contrato de Cessão, a fim de que o Fundo mantenha no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido aplicado em Direitos Creditórios, a partir do 90º (nonagésimo) dia do Início das Atividades, a Cedente comprometer-se-á a ceder e transferir a todo o momento, Direitos Creditórios ao Fundo.

A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo será considerada formalizada na data em que ocorrerem os seguintes eventos: (i) verificação e validação, pela respectiva Cedente e pelo Custodiante, conforme o caso, dos Critérios de Elegibilidade e condições adicionais relativamente aos Direitos Creditórios que então estiverem sendo negociados; (ii) disponibilidade de recursos pelo Fundo; (iii) pagamento do Preço de Aquisição; e (iv) assinatura do Termo de Cessão devidamente formalizado, que será registrado nos cartórios de títulos e documentos da Cedente e do Fundo.

Os Direitos Creditórios Elegíveis serão sempre adquiridos com um desconto sobre seu valor de face (principal mais juros das parcelas vincendas dos Contratos). O Desconto a ser praticado pelas partes deve sempre equivaler (i) à média dos juros (sejam eles implícitos ou explícitos) a serem pagos pelos respectivos Clientes a título de remuneração do principal do financiamento da venda até o final dos respectivos contratos, e (ii) nunca poderá ser inferior à Taxa CDI acrescida de um *spread* de 10% (dez por cento) ao ano.

Contrato de Correspondente Bancário:

As atividades de cobrança serão exercidas pelo Custodiante através da figura do correspondente bancário. Para tanto, o Bradesco celebrou com as Lojas Quero-Quero, com a anuência da Cedente, em 1º de novembro de 2004, o Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente Bancário nº 1011/2004 (e seus respectivos aditivos), para que seja efetuada, nos próprios estabelecimentos das Lojas Quero-Quero, a cobrança de títulos bancários, incluindo os carnês de pagamento de obrigações que constituam Direitos Creditórios.

A cobrança via correspondente bancário é regulada pelo Contrato de Correspondente Bancário, bem como pela Resolução CMN nº 3.110, de julho de 2003, conforme alterada pela Resolução 3.156, de 17 de dezembro de 2003.

Contrato de Cobrança:

Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos celebrado entre o Custodiante, as Lojas Quero-Quero e a Verde Administradora, com interveniência do Fundo, representado por seu Administrador e a Cedente, no qual o Custodiante outorga poderes às Lojas Quero-

Quero e à Verde Administradora para que atuem como seus agentes de cobrança, relativamente aos Direitos Creditórios Elegíveis que tenham sido inadimplidos e não pagos, observada a política de cobrança vigente da Cedente e os procedimentos de cobrança estabelecidos no Regulamento.

Contrato de Custódia e Controladoria:

Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, celebrado entre o Administrador, por conta e ordem do Fundo, e o Bradesco, com anuência da Cedente, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação de serviços de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e demais ativos da carteira do Fundo.

Contrato de Depósito:

Contrato de Depósito e Outras Avenças celebrado entre o Custodiante, a Cedente, as Lojas Quero-Quero e a Verde Administradora, com a interveniência do Fundo, estabelecendo que a Cedente, a Verde Administradora e as Lojas Quero-Quero serão fiéis depositárias dos documentos que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios decorrentes das cessões efetuadas nos termos do Contrato de Cessão, sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante nos termos da regulamentação em vigor.

Contrato de Subscrição e Integralização:

Contrato de Subscrição de Cotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Quero-Quero Financeiro celebrado entre o Fundo e a Cedente, no qual a Cedente compromete-se, de forma irrevogável e irretratável, a subscrever e integralizar até 9.000 (nove mil) Cotas Subordinadas no Fundo que representem, a todo o momento, 15% (quinze por cento) do valor total da Emissão, no prazo a ser indicado pelo Administrador, conforme estabelecido pelo Bradesco.

Contrato de Colocação:

Contrato de Coordenação e Colocação de Cotas Seniores do Fundo celebrado entre o Administrador, a Cedente e o Bradesco, permitindo ao Bradesco efetuar a distribuição pública das Cotas Seniores no âmbito da presente Oferta, assim como estabelecendo os parâmetros da garantia firme prestada pelo Bradesco.

Contrato de Gestão:

Contrato firmado entre o Administrador e a BRAM estabelecendo os termos e condições para a prestação de serviços de gestão pela BRAM em favor do Fundo.

2. Contratos relacionados com a origemação dos Direitos Creditórios:

Contrato de Emissão:

Contrato de Emissão e Utilização de Cartão de Crédito Verdecard celebrado entre a Verde Administradora e cada um dos Clientes, o qual dispõe sobre as condições de utilização do Verdecard, bem como outorga poderes à Verde Administradora para que esta obtenha, em nome do respectivo Cliente, financiamento para pagamento do saldo devedor nos prazos e condições indicados no cupom fiscal e no carnê correspondente, caso o Cliente opte por financiar as mercadorias adquiridas nos referidos estabelecimentos conveniados.

Convênio de Financiamento:

Contrato de Financiamento a Consumidores Mediante Utilização de Cartão de Crédito celebrado entre a Cedente e a Verde Administradora, com interveniência e anuência das Lojas Quero-Quero, o qual disponibiliza uma linha de crédito à Verde Administradora para que esta obtenha financiamentos individuais em nome de cada um dos Clientes, por meio da utilização do Verdecard, nos termos do

Contrato de Emissão. Os Financiamentos serão individualizados por meio de planilhas de cálculo, as quais são disponibilizadas aos Clientes, quando solicitado.

Contrato de Prestação de Serviços:

Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a Verde Administradora e as Lojas Quero-Quero, tendo por objeto a prestação de serviços, pelas Lojas Quero-Quero, nas atividades advindas da utilização do Verdecard em seus estabelecimentos, tais como a emissão de comprovante de utilização do Verdecard, análise de crédito e cadastro, cobrança de créditos de titularidade da Verde Administradora e outros serviços de controle, arquivamento e processamento de operações pactuadas.

Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente Bancário (Cedente e Lojas Quero-Quero):

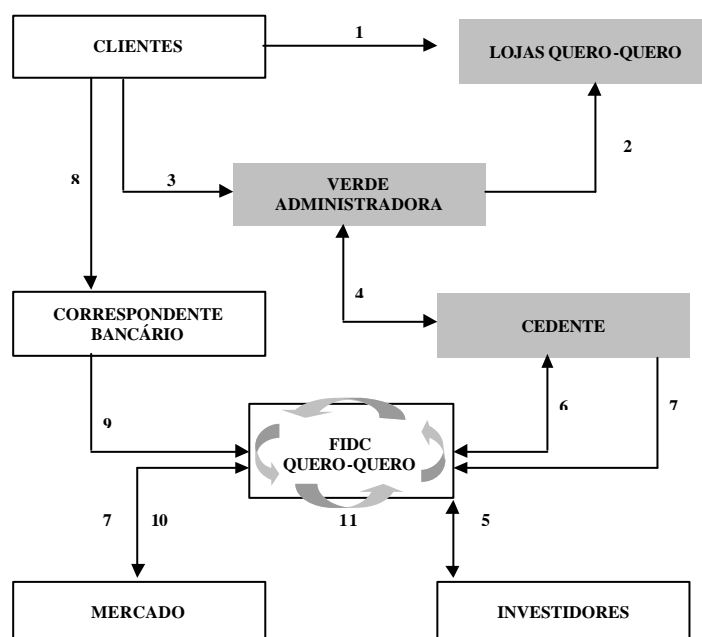
Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente Bancário celebrado entre a Cedente e as Lojas Quero-Quero, no qual as Lojas Quero-Quero prestam dos serviços de correspondente bancário à Cedente, nos termos da Resolução nº 3.110, de 31 de julho de 2003, e demais disposições aplicáveis. Dentre os serviços contratados destacam-se aqueles diretamente relacionados com os Direitos Creditórios, quais sejam: a recepção e encaminhamento dos pedidos de Financiamentos, a análise de crédito e cadastro e outros serviços de controle, arquivamento e processamento de informações pactuadas.

Contrato de Vinculação:

Contrato de Vinculação de Pessoa Jurídica ao Sistema – Cartão de Crédito Verdecard, celebrado entre as Lojas Quero-Quero e a Verde Administradora, e visa formalizar e regular a operacionalização, entre as partes, das vendas efetuadas pelas Lojas Quero-Quero por meio do Verdecard, dispondo, ainda, sobre todos os direitos e obrigações concernentes às operações efetivadas por meio do referido cartão.

- IX -

FLUXOGRAMA RESUMIDO DA OPERAÇÃO DE SECURITIZAÇÃO



FLUXO DA OPERAÇÃO - REVOLVING:

1. Os Clientes comprem mercadorias nas Lojas Quero-Quero com a utilização do Verdecard;
2. a Verde Administradora, dentro dos critérios estabelecidos no Contrato de Vinculação, efetua o pagamento às Lojas Quero-Quero do valor decorrente da venda das mercadorias aos Clientes;
3. o Cliente, no ato do pagamento do carnê, opta pelo financiamento pré-aprovado e efetua o pagamento do valor mínimo à Verde Administradora;
4. a Verde Administradora, dentro da opção exercida pelo Cliente, contrata em nome desse o financiamento junto à Cedente, repagando, assim, a quantia antecipada às Lojas Quero-Quero, conforme indicado no item 2, passando o Cliente a ser devedor da Cedente (geração dos Direitos Creditórios);
5. os Investidores subscrevem e integralizam Cotas Seniores no Fundo;
6. a Cedente subscreve e integraliza Cotas Subordinadas, nos termos e condições do Contrato de Subscrição e Integralização;
7. o Fundo adquire Direitos Creditórios Elegíveis e outros ativos que se enquadram na política de investimento, utilizando-se, para tanto, dos recursos recebidos nos itens 6 e 5 acima;
8. os Clientes, devedores dos Direitos Creditórios, efetuam o pagamento dos carnês correspondentes nos Terminais de Caixa do Correspondente Bancário;
9. o Correspondente Bancário recebe e repassa instantânea e imediatamente ao Fundo, as quantias referentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;
10. o Mercado remunera as aplicações em ativos feitas pelo Fundo, se for o caso, conforme indicado no item 7; e
11. utilizando-se dos recursos recebidos nos itens 9 e 10 acima, o Fundo adquire novos Direitos Creditórios e outros ativos.

- X -

ATENDIMENTO AOS CLIENTES

Solicitações, sugestões, reclamações e informações adicionais podem ser obtidas conforme dados a seguir:

No período de distribuição: BANCO BRADESCO S.A.
Departamento de Mercado de Capitais
Tel. (11) 2178.4800
e-mail: 4013.keite@bradesco.com.br
4013.rafael@bradesco.com.br

Após o período de distribuição: BANCO BRADESCO S.A.
Departamento de Ações e Custódia
Tel. (11) 3684.8013
e-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 1

ATO DE DELIBERAÇÃO DA ADMINISTRADORA APROVANDO O REGULAMENTO E CÓPIA DO
REGULAMENTO

199167



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
QUERO-QUERO FINANCEIRO**

Por este instrumento particular, **BEM – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, Município de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.066.670/0001-00, neste ato por seus representantes legais, constitui um **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**, nos termos da Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001 do Conselho Monetário Nacional (“Resolução CMN 2907”) e da Instrução nº 356 de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução nº 393 de 22 de julho de 2003 (“Instrução CVM 356”), ambas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), observado ainda que:

I. o fundo terá a denominação de **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS QUERO-QUERO FINANCEIRO (“FUNDO”)**, regime de condomínio fechado, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º Andar, Vila Yara, operando nos termos da Resolução CMN 2907 e da Instrução CVM 356;

II. a administração do **FUNDO** será efetuada pela **BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, acima qualificada (o “Administrador”), nos termos das normas referidas no preâmbulo;

III. a gestão da carteira do **FUNDO** será efetuada pela **BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, sociedade por ações com sede social na Avenida Paulista, 1.450, 6 e 7º andares, Bela Vista, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 62.375.134/0001-44;

IV. o valor unitário inicial das Cotas Seniores do **FUNDO**, na data da primeira integralização, será de R\$1.000,00 (mil reais);

V. o valor unitário inicial das Cotas Subordinadas do **FUNDO** será de R\$ 1.000,00 (mil reais);

VI. o diretor do Administrador responsável pelas operações do **FUNDO** e designado para responder, civil e criminalmente, pela administração, supervisão e acompanhamento do **FUNDO**, bem como pela prestação de informações a ele relativas, é o **Sr. SÉRGIO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG n. 6.318.305-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 272.994.148-72, com domicílio na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Vila Yara;

VII. o Regulamento do **FUNDO** (o “Regulamento”) é ora aprovado nos termos do documento anexo; e

VIII. as publicações de interesse do **FUNDO** serão feitas no jornal “Gazeta Mercantil”; e

IX. os termos e expressões, em sua forma singular ou plural, aqui utilizados e não definidos, têm o mesmo significado que lhes são atribuídos no Regulamento.



Sendo assim, assina o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 09 de janeiro de 2006

BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Sérgio de Oliveira

87286 - Cassiano Ricardo Scarpelli

Testemunhas:

1. Sônia Maria da Costa Pereira
Nome: Sônia Maria da Costa Pereira
RG: 23.527.715-0

2. _____
Nome: _____
RG: _____



199167

**2º. OFICIAL DE REGISTRO TÍTULOS DOCUMENTOS
DE OSASCO - SP**

Rua Danta Battiston, 249

Centro - Osasco - SP CEP 06013-030

APRESENTADO HOJE PROTOCOLADO, REGISTRADO E
MICROFILMADO SOB N.º 199167 DO LIVRO B

Osasco, 12 de Jan de 20 06

Sônia Maria da Costa Pereira

JOÃO M. MARTINEZ

PRISCILA VIEIRA / SONIA MARIA DA COSTA PEREIRA

PROTOCOLO N.º 199167

Total Pago R\$ 217,94. Este valor inclui 32% devidos
ao Estado e 20% à CART. Previdência do IPESP, sobre

R\$ 135,69 devido ao Oficial.

199167

**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
QUERO-QUERO FINANCEIRO**

CAPÍTULO I - FORMA DE CONSTITUIÇÃO	2
CAPÍTULO II - NATUREZA E ORIGEM	6
CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO	7
CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA ..	7
CAPÍTULO V - FATORES DE RISCO	9
CAPÍTULO VI - ADMINISTRAÇÃO	12
CAPÍTULO VII - CUSTÓDIA QUALIFICADA	12
CAPÍTULO VIII - REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR	12
CAPÍTULO IX - SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR	13
CAPÍTULO X - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS	13
CAPÍTULO XI - CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	14
CAPÍTULO XII - DA CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	14
CAPÍTULO XIII - POLÍTICA DE COBRANÇA	16
CAPÍTULO XIV - DAS CLASSES DE COTAS	18
CAPÍTULO XV - DA EMISSÃO, DA INTEGRALIZAÇÃO, DA NEGOCIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DE COTAS	19
CAPÍTULO XVI - PATRIMÔNIO INICIAL	22
CAPÍTULO XVII - DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS COTAS E DOS ATIVOS DO FUNDO	23
CAPÍTULO XVIII - DA VALORIZAÇÃO DAS COTAS E DOS ATIVOS DO FUNDO ..	23
CAPÍTULO XIX - DO PRAZO DE DURAÇÃO	26
CAPÍTULO XX - EVENTOS DE AVALIAÇÃO	26
CAPÍTULO XXI - DA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO	27
CAPÍTULO XXII - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO	29
CAPÍTULO XXIII - ASSEMBLÉIA GERAL	30
CAPÍTULO XXIV - DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	32
CAPÍTULO XXV - DISPOSIÇÕES FINAIS	33



[Handwritten signature]

199167



CAPÍTULO I - FORMA DE CONSTITUIÇÃO

Artigo 1º - O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS QUERO-QUERO FINANCEIRO, a seguir denominado "FUNDO", constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração previsto no Capítulo XIX deste Regulamento, disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução nº 393, de 22 de julho de 2003, ambas da CVM, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, será regido pelo presente regulamento ("Regulamento").

Parágrafo Primeiro - Para o efeito do disposto no presente Regulamento e nas disposições legais e regulamentares que lhe são aplicáveis, considera-se:

"Administrador": possui a definição indicada no Artigo 10 deste Regulamento;

"Alocação Mínima de Investimento": obrigatoriedade de aplicação de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do FUNDO em Direitos Creditórios;

"Amortizações de Cotas Subordinadas": amortizações das Cotas Subordinadas que ocorrerão no máximo mensalmente, conforme previsto no Artigo 36 deste Regulamento;

"Amortizações Programadas de Cotas Seniores": amortizações das Cotas Seniores, conforme previsto no Artigo 34 deste Regulamento;

"ANDIMA": Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro;

"Aviso de Desenquadramento": aviso, na forma consubstanciada no Anexo II, que deverá ser encaminhado pelo Administrador ao Cotista Subordinado no caso de desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer das datas de verificação, nos termos do Artigo 47, Parágrafo Primeiro;

"BOVESPAFIX": mercado de títulos de dívida corporativa da BOVESPA;

"BOVESPA": Bolsa de Valores de São Paulo;

"BM&F": Bolsa de Mercadorias & Futuros;

"Bradesco": Banco Bradesco S.A.;

"CCF": Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do Banco Central do Brasil;

"CDI Futuro": certificado de depósito interfinanceiro futuro negociado no âmbito da BM&F para os mesmos prazos constantes do fluxo de pagamento do Direito Creditório envolvido na cessão;

"Cedente": Quero-Quero Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento;



[Handwritten signature]

199167.



“**Central de Análise**”: departamento da Verde Administradora, encarregado de examinar e confirmar as informações cadastrais dos Clientes, realizando consultas junto ao SPC, SERASA e órgãos similares, bem como consultando outras fontes de informação e documentos;

“**CETIP**”: Câmara de Custódia e Liquidação;

“**Clientes**”: clientes das Lojas Quero-Quero que sejam devedoras dos Direitos Creditórios por força das operações realizadas com a utilização do Verdecard nas Lojas Quero-Quero;

“**Clientes Inadimplentes**”: Clientes que estejam inadimplentes com suas obrigações relativas aos Financiamentos;

“**CMN**”: Conselho Monetário Nacional;

“**Contrato de Cessão**”: Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças a ser firmado pelo FUNDO, representado por seu Administrador, pela Cedente, pelo Custodiante, pela Verde Administradora e pelas Lojas Quero-Quero;

“**Contrato de Cobrança**”: Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos, a ser celebrado entre o Custodiante, as Lojas Quero-Quero e a Verde Administradora, com a interveniência do FUNDO, representado por seu Administrador, e da Cedente para a prestação de serviços de cobrança de Direitos Creditórios vencidos e não pagos pelas Lojas Quero-Quero e Verde Administradora em favor do Custodiante;

“**Contrato de Correspondente Bancário**”: Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente Bancário (e seus respectivos aditivos) celebrado entre as Lojas Quero-Quero e o Bradesco, com interveniência e anuência da Verde Administradora e da Cedente, por meio do qual as Lojas Quero-Quero atuarão como Correspondentes Bancários;

“**Contrato de Custódia e Controladoria**”: Contrato de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios a ser celebrado entre o Administrador, em nome do FUNDO, e o Custodiante para a prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos da carteira do FUNDO, inclusive Direitos Creditórios;

“**Contrato de Depósito**”: Contrato de Depósito e Outras Avenças a ser celebrado entre o Custodiante, a Cedente, a Verde Administradora e as Lojas Quero-Quero, com a interveniência do FUNDO, para a atuação de depositária dos documentos que lastrearão os Direitos Creditórios;

“**Contratos de Emissão**”: Contratos de Emissão e Utilização de Cartão de Crédito Verdecard celebrados entre a Verde Administradora e os Clientes para utilização do Verdecard;

“**Contrato de Escrituração**”: Contrato de Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios a ser celebrado entre o Administrador, em nome do FUNDO, e o Bradesco para a prestação de serviço de escrituração das Cotas do FUNDO;



199167

“Contrato de Serviços”: Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre as Lojas Quero-Quero e a Verde Administradora, por meio do qual, entre outras coisas, as Lojas Quero-Quero prestarão serviços de análise de crédito de Clientes para a concessão de Financiamentos por meio do Verdecard;

“Contrato de Subscrição e Integralização”: Contrato de Subscrição e Integralização de Cotas Subordinadas celebrado entre a Cedente e o FUNDO, com a interveniência do Bradesco, por meio do qual a Cedente obriga-se a subscrever e a integralizar Cotas Subordinadas;

“Contrato de Vinculação”: Contrato de Vinculação de Pessoa Jurídica ao Sistema – Cartão de Crédito – Verdecard celebrado entre as Lojas Quero-Quero e a Verde Administradora;

“Convênio de Financiamento”: Contrato de Financiamento a Consumidores Mediante Utilização do Cartão de Crédito firmado entre a Verde Administradora e a Cedente, com interveniência e anuência das Lojas Quero-Quero, por meio do qual a Cedente concede financiamentos aos Clientes que adquirirem mercadorias a prazo junto às Lojas Quero-Quero mediante utilização do Verdecard, financiamentos estes que são contratados pela Verde Administradora em nome de tais Clientes, conforme procuração que lhe é outorgada por meio do Contratos de Emissão;

“Coordenador Administrativo”: funcionário da Verde Administradora responsável por acompanhar a concessão de crédito a Clientes, conforme resumidamente indicado no Artigo 23, Parágrafo Único, deste Regulamento;

“Correspondente Bancário”: Lojas Quero-Quero autorizadas a agir como correspondentes bancários Bradesco, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.110, datada de 31 de julho de 2003, e alterações posteriores;

“COSIF”: plano contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil;

“Cota”, “Cota Sênior” e “Cota Subordinada”: têm os significados atribuídos a tais termos pela Instrução CVM nº 356;

“Cotistas”: detentores de Cotas Seniores ou de Cotas Subordinadas;

“Credit Score”: sistema eletrônico de gerenciamento e de aprovação de crédito para pessoa física, no qual são incorporados vários dados acerca do Cliente e por meio do qual é definida a classificação que medirá o risco de inadimplência desse Cliente;

“Critérios de Elegibilidade”: critérios a serem observados pelo Custodiante para que os Direitos Creditórios possam ser adquiridos pelo FUNDO, conforme definidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão;

“Custodiante”: possui a definição indicada no Artigo 12 deste Regulamento;

“CVM”: Comissão de Valores Mobiliários;



199167

“Direitos Creditórios”: cada prestação devida pelos Clientes à Cedente, sempre em moeda corrente nacional, oriunda dos Financiamentos;

“Direitos Creditórios Elegíveis”: Direitos Creditórios que atenderem, conjuntamente, a todos os Critérios de Elegibilidade;

“Eventos de Avaliação”: eventos que ensejam (i) a suspensão da aquisição de novos Direitos Creditórios e (ii) a avaliação da carteira do FUNDO por parte do Administrador;

“Eventos de Liquidação”: eventos que ensejam a liquidação antecipada do FUNDO, a ser deliberada por Assembléia Geral dos Cotistas, nos termos do Artigo 50 deste Regulamento;

“Financiamento”: cada financiamento contratado pela Verde Administradora em nome dos Clientes, junto à Cedente, no âmbito do Convênio de Financiamento, relativamente ao pagamento do saldo devedor devido pela aquisição de mercadorias, bem como pelo pagamento de prêmio de seguro e do preço de contratação de garantia estendida, conforme tal seguro e/ou garantia venham a ser contratados pelo Cliente quando da aquisição de mercadorias;

“Gestora”: BRAM – Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários;

“Início das Atividades”: data em que ocorrer a primeira integralização de Cotas Seniores no FUNDO;

“Instrução CVM nº 356”: Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003;

“Instrução CVM nº 409”: Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada pela Instrução CVM nº 411, de 26 de novembro de 2005, e pela Instrução CVM nº 413, de 30 de dezembro de 2004;

“Investidores Qualificados”: os investidores assim definidos de acordo com a regulamentação em vigor editada pela CVM;

“Lojas Quero-Quero”: todos os estabelecimentos comerciais da Quero-Quero S.A. que estejam habilitados a realizar vendas de mercadorias mediante a utilização do Verdecard, com base no Contrato de Vinculação;

“Montante Mínimo”: R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);

“Período de Capitalização”: possui a definição indicada no Parágrafo Segundo do Artigo 34;

“Razão de Garantia”: a proporção entre o valor das Cotas Subordinadas e o valor do patrimônio líquido do FUNDO, obtida por meio da divisão do primeiro pelo segundo, e que não poderá ser inferior a 15% (quinze por cento);

“Reserva de Liquidez”: parcela do patrimônio líquido do FUNDO não alocada em Direitos Creditórios;



199167



“**Resolução 2.682**”: Resolução nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, do CMN;

“**SERASA**”: SERASA - Centralização dos Serviços de Bancos S.A.;

“**SISBACEN**”: Sistema de informações do Banco Central do Brasil;

“**Sistema de Crédito**”: sistema eletrônico instalado nas Lojas Quero-Quero e na Verde Administradora, o qual define limites de crédito a serem concedidos a Clientes com base em dados cadastrais, parâmetros de inadimplência, risco e renda, bem como outros dados relevantes.

“**Sobretaxa**”: 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis;

“**SOMA**”: Sociedade Operadora do Mercado de Ativos;

“**SOMAFIX**”: mercado de balcão organizado de renda fixa da SOMA;

“**SPC**”: Serviço de Proteção ao Crédito;

“**Taxa CDI**”: taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, de 1 (um) dia, Extra Grupo, calculada e divulgada pela CETIP, e capitalizada em base anual (considerando-se para tanto um ano de 252 dias úteis);

“**Taxa SELIC**”: taxa apurada no Sistema Especial de Liquidação e Custódia, obtida mediante o cálculo da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no referido sistema ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas;

“**TED**”: Transferência Eletrônica Disponível;

“**Terminais Caixa**”: terminais de caixa dos pontos dos Correspondentes Bancários;

“**Verde Administradora**”: Verde Administradora de Cartões de Crédito Ltda.; e

“**Verdecard**”: cartão de crédito de emissão da Verde Administradora e utilizado pelos Clientes, nos termos dos Contratos de Emissão.

Parágrafo Segundo - O presente Regulamento, suas eventuais alterações, seus Anexos e seus suplementos serão registrados em Serviço de Registro de Títulos e Documentos localizado na comarca da sede do Administrador.

CAPÍTULO II - NATUREZA E ORIGEM

Artigo 2º - O FUNDO é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de Direitos Creditórios elegíveis de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV deste Regulamento. Os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo FUNDO de acordo, ainda, com os critérios de composição de carteira estabelecidos na legislação e na regulamentação vigente, bem como neste Regulamento.



199167



CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO

Artigo 3º - O FUNDO é destinado a Investidores Qualificados e a fundos de investimento classificados como "Renda Fixa" e "Multimercado", nos termos do inciso II do Artigo 91 da Instrução CVM nº 409, que sejam habilitados a adquirir cotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.

CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 4º - É objetivo do FUNDO proporcionar aos seus Cotistas a valorização de suas Cotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, na aquisição de Direitos Creditórios do segmento financeiro, originados e cedidos pela Cedente, que atendam aos Critérios de Elegibilidade, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecidos na regulamentação aplicável e neste Regulamento.

Parágrafo Primeiro - O FUNDO buscará atingir rentabilidade (*benchmark*) de 100% (cem por cento) da Taxa CDI, acrescida da Sobretaxa. O *benchmark* aplica-se às Cotas Seniores, sendo que não há *benchmark* predeterminado para as Cotas Subordinadas.

Parágrafo Segundo - Decorridos 90 (noventa) dias do Início das Atividades, o FUNDO deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), e, no máximo, 100% (cem por cento) de seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios, ressalvado o disposto no Artigo 38 deste Regulamento.

Parágrafo Terceiro - Respeitada a Alocação Mínima de Investimento, a parcela do patrimônio líquido do FUNDO que não estiver alocada em Direitos Creditórios será livremente aplicada nos seguintes ativos:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c) cotas de fundo de investimento de renda fixa ou de fundo de investimento referenciado ao CDI, cujas carteiras sejam compostas exclusivamente por Títulos Públicos e/ou operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos; e
- d) operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos.

Parágrafo Quarto - É facultado ao FUNDO, ainda, realizar operações em mercados derivativos com o objetivo único e exclusivo de proteger posições detidas à vista e até o limite dessas, mantendo proteção (*hedge*) dos fluxos de recebimento relativamente aos Direitos Creditórios de sua carteira, sujeito à disponibilidade de instrumentos financeiros para tanto.

Parágrafo Quinto - Todos os resultados auferidos pelo FUNDO serão incorporados ao seu patrimônio.



Artigo 5º - As aplicações do FUNDO mencionadas no Artigo 4º, Parágrafo Terceiro, devem estar representadas por ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstos na legislação e regulamentação vigente e neste Regulamento.

Parágrafo Primeiro - O Administrador, respeitado o disposto no presente Capítulo, e tendo em vista que não se encontra em conflito de interesses no exercício de sua função, poderá contratar livremente quaisquer operações para a composição da carteira do FUNDO em que figurem como contrapartes o próprio administrador, empresas controladoras, controladas, coligadas, outras sociedades sob controle comum e/ou subsidiárias do Administrador ou ainda quaisquer carteiras clubes de investimento e/ou fundos de investimento por ele administrados, ou pelas demais pessoas acima referidas.

Parágrafo Segundo - Não obstante a diligência do Administrador em colocar em prática a política de investimento delineada neste Regulamento, os investimentos do FUNDO estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o FUNDO e/ou para o Cotista. A realização de operações no mercado de derivativos pelo FUNDO poderá acarretar variações no seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas.

Parágrafo Terceiro - As aplicações no FUNDO não contam com garantia: (i) do Administrador; (ii) da Cedente; (iii) da Gestora; (iv) de qualquer mecanismo de seguro; ou (v) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

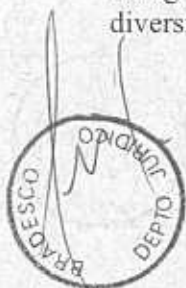
Artigo 6º - Relativamente aos ativos da carteira do FUNDO, exceto Direitos Creditórios:

- a) o total de emissão e/ou co-obrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo fundo de investimento não pode exceder 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do FUNDO; e
- b) o total de emissão e/ou co-obrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum pode exceder o percentual referido na alínea (a), observado o máximo de 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do FUNDO.

Parágrafo Único - Respeitado o disposto neste Capítulo, o Administrador poderá livremente definir o grau de concentração da carteira do FUNDO.

Artigo 7º - Os percentuais de composição e diversificação da carteira do FUNDO indicados neste Capítulo serão observados diariamente, com base no patrimônio líquido do FUNDO do dia útil imediatamente anterior.

Parágrafo Único - A composição da carteira do FUNDO não apresentará requisitos de diversificação além dos previstos neste Capítulo.



[Handwritten signature]

199167



CAPÍTULO V - FATORES DE RISCO

Artigo 8º - **Riscos relacionados ao FUNDO:** A carteira do FUNDO e, por consequência, seu patrimônio estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais os analisados abaixo. O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente este Capítulo.

a) **Fatores Macroeconômicos Relevantes:** Variáveis exógenas tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão resultar em perdas para os Cotistas. Não será devido pelo FUNDO ou por qualquer pessoa, incluindo o Administrador, qualquer indenização, multa ou penalidade de qualquer natureza, caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de quaisquer de tais eventos.

b) **Descasamentos de Taxas:** O FUNDO aplicará suas disponibilidades financeiras preferencialmente em Direitos Creditórios e em modalidades financeiras de renda fixa que deverão compor sua carteira de ativos. Considerando-se que o valor das Cotas Seniores será atualizado, dentro do permitido pela rentabilidade da carteira a cada determinado momento, pela Taxa CDI acrescida da Sobretaxa, na forma do disposto no Capítulo XVIII, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos Creditórios e dos outros ativos integrantes da carteira do FUNDO e (ii) das Cotas Seniores. Além disso, deve-se observar que os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo FUNDO mediante deságio calculado a taxas prefixadas e a distribuição dos resultados da carteira do FUNDO para suas Cotas tem como parâmetro a Taxa CDI acrescida da Sobretaxa, conforme previsto no Parágrafo Primeiro do Artigo 4º deste Regulamento. Portanto, os recursos do FUNDO poderão ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade da rentabilidade pretendida aos Cotistas titulares de Cotas Seniores.

O Administrador, a Gestora, o Custodiante e seus controladores, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas, ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos de qualquer natureza, sofridos pelos Cotistas, inclusive pela eventual perda do valor de principal de suas aplicações em razão de descasamentos de taxas.

c) **Risco de Liquidez:** O FUNDO está sujeito a riscos de liquidez no tocante às amortizações e ao resgate final de Cotas e/ou à aplicação nos Direitos Creditórios. O FUNDO pode não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate final de suas Cotas no caso de (i) falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são negociados, e/ou (ii) condições atípicas de mercado. As aplicações do FUNDO em Direitos Creditórios apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, já que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para Direitos Creditórios. Caso o FUNDO precise vender os Direitos Creditórios, ou caso o Cotista receba tais Direitos Creditórios como pagamento de resgate ou amortização de suas Cotas, (i) poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais direitos poderá resultar em perda para o FUNDO ou, conforme o caso, (ii) o Cotista poderá enfrentar demora na cobrança dos valores devidos pelos Clientes Inadimplentes. Não há, portanto, qualquer garantia ou certeza de que será possível ao FUNDO e aos Cotistas, conforme o caso, liquidar posições ou realizar os Direitos Creditórios.



199167



respectivamente, de sua carteira ou propriedade, pelo preço e no momento desejados.

d) **Risco Operacional:** Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, apesar do depósito pactuado no Contrato de Depósito entre os agentes envolvidos, não há garantia de que o Custodiante e o FUNDO terão acesso irrestrito aos documentos comprobatórios dos Direitos Creditórios ou de que as trocas de informações entre os respectivos sistemas eletrônicos se darão livres de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a cobrança ou realização dos Direitos Creditórios poderá ser afetada, prejudicando o desempenho do FUNDO.

e) **Não Existência de Garantia de Eliminação de Riscos:** A realização de investimentos no FUNDO expõe o investidor aos riscos a que o FUNDO está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Cotistas. Embora o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do FUNDO, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o FUNDO e para os Cotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

f) **Inadimplência dos Clientes e não existência de co-obrigação ou garantia da Cedente pela solvência dos Direitos Creditórios:** A Cedente é responsável somente pela existência, liquidez, certeza, exigibilidade e boa formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao FUNDO, não assumindo quaisquer responsabilidades pelo seu pagamento ou pela solvência dos Clientes nos termos deste Regulamento. Dessa forma, na hipótese de inadimplência, total ou parcial, por parte dos Clientes, no pagamento dos Direitos Creditórios, o FUNDO poderá sofrer o impacto resultante do não pagamento dos valores correspondentes aos referidos Direitos Creditórios, o que pode gerar prejuízos para o FUNDO e, conseqüentemente, para seus Cotistas.

g) **Risco de Descontinuidade do FUNDO:** A política de investimento do FUNDO descrita no Capítulo IV estabelece que o FUNDO deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos Creditórios. Nesse sentido, a continuidade do FUNDO pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Cotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no FUNDO, em função da continuidade das operações regulares da Cedente, da Verde Administradora e das Lojas Quero-Quero e da capacidade destas de originar Direitos Creditórios elegíveis para o FUNDO conforme os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo XI deste Regulamento e de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV acima.

h) **Risco pela falta de Notificação e ciência do Cliente:** A notificação da cessão de Direitos Creditórios ao FUNDO, nos termos do Artigo 290 do Código Civil Brasileiro, não será feita aos devedores de tais Direitos Creditórios no momento da cessão, mas somente em caso de resolução do Contrato de Correspondente Bancário, ou na ocorrência de qualquer um dos eventos descritos no Capítulo XXI deste Regulamento, o que pode resultar na diminuição do fluxo de recursos pagos ao FUNDO em caso de os devedores pagarem diretamente à Cedente, até o momento de sua ciência em relação à respectiva notificação.

199161



i) **Risco da Cedente:** Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo FUNDO são decorrentes exclusivamente de Financiamentos e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita no Capítulo IV deste Regulamento. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais Financiamentos; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao FUNDO e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade e a política de investimento, poderá ocorrer a liquidação do FUNDO (conforme disposto no Capítulo XXI do Regulamento) e os investidores poderão não conseguir reaplicar os recursos até então investidos no FUNDO em modalidades que lhes forneçam rentabilidade semelhante.

j) **Risco do Correspondente Bancário:** As Lojas Quero-Quero deverão receber os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios, como Correspondentes Bancários do Bradesco. Na hipótese de tais serviços de correspondente, por qualquer motivo, não estarem disponíveis nas Lojas Quero-Quero, ou caso esse serviço não seja prestado de maneira apropriada, os valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios que sejam efetuados nas Lojas Quero-Quero podem não ser tempestiva ou integralmente repassados ao FUNDO, o que poderá resultar em perdas à carteira do Fundo. Portanto, embora devidamente regulado no Contrato de Correspondente Bancário, o repasse dos recursos ao FUNDO poderá atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como problemas operacionais do Correspondente Bancário ou limitações às operações do Bradesco, hipótese em que a rentabilidade do FUNDO poderá ser afetada de maneira adversa.

Artigo 9º - **Riscos relacionados aos ativos da carteira:** Além dos riscos específicos associados aos Direitos Creditórios e à Cedente, a carteira do FUNDO também está sujeita aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, de riscos decorrentes do eventual uso de derivativos e de riscos decorrentes da metodologia de avaliação adotada para os demais ativos integrantes de sua carteira, conforme a seguir descritos, os quais podem afetar o desempenho do FUNDO, bem como causar perdas aos seus Cotistas. Dentre tais riscos, destacam-se:

a) **Risco de Mercado:** O valor dos ativos que integram a carteira do FUNDO pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do FUNDO pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do FUNDO pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

b) **Risco de Crédito:** Consiste no risco de os emissores de títulos e valores mobiliários que integram a carteira do FUNDO não cumprirem com suas obrigações de pagá-las pontual e integralmente. Alterações na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar oscilações no preço de negociação dos títulos que integram a carteira do FUNDO.

c) **Risco de Derivativos:** Na utilização, pelo FUNDO, de instrumentos derivativos de proteção para suas posições detidas à vista, a proteção pode não ser perfeita, gerando oscilações adversas nas Cotas do FUNDO.

Parágrafo Único - O Administrador não será responsável pela eventual depreciação dos ativos da carteira ou por quaisquer perdas ou prejuízos que venham a ser suportados pelo FUNDO e pelos seus Cotistas, em decorrência dos fatores elencados neste Artigo.



199167



CAPÍTULO VI - ADMINISTRAÇÃO

Artigo 10 - O FUNDO será administrado pela BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.066.670/0001-00, doravante denominada “Administrador”.

Artigo 11 - O Administrador, observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do FUNDO e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e aos outros ativos que integrem a sua carteira.

Parágrafo Único - O Administrador declara que não se encontra em conflito de interesses com a Gestora e com o Custodiante no exercício de suas funções, bem como manifesta sua independência nas atividades descritas neste regulamento e na eventual cessão de Direitos Creditórios ao FUNDO, uma vez que esse pode conter créditos de sua emissão ou de suas empresas controladas, coligadas e subsidiárias.

CAPÍTULO VII - CUSTÓDIA QUALIFICADA

Artigo 12 - As atividades de custódia qualificada e controladoria dos Direitos Creditórios e demais ativos do FUNDO serão exercidas pelo Bradesco, instituição financeira regularmente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, bem como credenciada perante a CVM para a prestação de serviços de custódia qualificada, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001 (“Custodiante”), e que será responsável pela prestação dos serviços conforme descritos no Artigo 38 da Instrução CVM nº 356.

Parágrafo Primeiro - Os serviços de custódia e controladoria, conforme indicados no *caput* deste Artigo, serão prestados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e Controladoria.

Parágrafo Segundo - Adicionalmente aos serviços acima, o Bradesco prestará ao FUNDO serviços de escrituração de Cotas, nos termos do Contrato de Escrituração.

Artigo 13 - O Custodiante, sem prejuízo de suas responsabilidades, nomeará a Cedente, a Verde Administradora e as Lojas Quero-Quero como fiéis depositárias dos documentos que lastrearem os Direitos Creditórios, conforme estabelecido no Contrato de Depósito.

CAPÍTULO VIII - REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

Artigo 14 - O FUNDO pagará pela prestação dos serviços de administração, incluindo gestão, custódia, controladoria e escrituração de Cotas, uma Taxa de Administração compreendida pelos seguintes valores, cumulativamente:

- a) taxa de 0,45 % (quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano, calculada por dia útil à base de 1/252 e incidente sobre o valor diário do patrimônio líquido do FUNDO, respeitado, porém, um piso (valor mínimo) mensal de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);



b) valor fixo mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais); e

c) valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por evento diário, assim considerado qualquer dia em que ocorra distribuição de rendimentos e/ou subscrição de Cotas.

Parágrafo Único - A remuneração de que trata este Artigo será paga pelo FUNDO mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês após o Início das Atividades, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo FUNDO.

CAPÍTULO IX - SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR

Artigo 15 - O Administrador, mediante aviso publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, poderá renunciar à administração do FUNDO, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da regulamentação em vigor e do disposto no Capítulo XXIII.

Artigo 16 - No caso de renúncia, o Administrador deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Assembleia Geral, sob pena de, passado tal prazo, o Administrador solicitar à CVM a indicação de administrador temporário.

Artigo 17 - Nas hipóteses de substituição do Administrador e de liquidação do FUNDO aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor que dispõem sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

CAPÍTULO X - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

Artigo 18 - Os serviços de gestão da carteira do FUNDO serão realizados pela BRAM – Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 1.450 – 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.375.134/0001-44 (“Gestora”), contratada nos termos do inciso II, do Artigo 39 da Instrução CVM nº 356.

Artigo 19 - O Custodiante, com a interveniência e anuência do FUNDO, contratará, às suas expensas, por meio do Contrato de Cobrança, as Lojas Quero-Quero e a Verde Administradora para que adotem as medidas cabíveis com relação à cobrança extrajudicial, a qual caberá tanto às Lojas Quero-Quero quanto à Verde Administradora, bem como com relação à cobrança judicial, a qual caberá exclusivamente à Verde Administradora, em ambos os casos relativamente aos Clientes Inadimplentes e observado o procedimento de cobrança previsto no Capítulo XIII, sendo que o FUNDO, por meio do seu representante legal, deverá atuar no pólo ativo de qualquer cobrança judicial contra tais Clientes Inadimplentes, nos termos do Contrato de Cobrança. Tais serviços serão detalhadamente descritos no Contrato de Cobrança.



199167



CAPÍTULO XI - CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 20 - Todos e quaisquer Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo FUNDO deverão atender, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade abaixo definidos e serão considerados Direitos Creditórios Elegíveis, conforme segue:

- a) não terem prazo a decorrer até o vencimento (i) superior a 24 (vinte e quatro) meses contados da data de sua cessão ao FUNDO; (ii) superior ao prazo de duração do FUNDO; e (iii) inferior a 15 (quinze) dias a contar da data da cessão para o FUNDO;
- b) não exceder o total de Direitos Creditórios relativos a um mesmo Cliente a R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), concentração máxima admitida na carteira, devendo tal valor ser reajustado anualmente com base na Taxa CDI, a partir do Início das Atividades;
- c) não possuírem os Clientes, na data de aquisição dos Direitos Creditórios, registro no CCF, SERASA, SPC ou Bradesco, relativos a títulos protestados, inadimplência de obrigações ou quaisquer apontamentos de cadastro negativos;
- d) não se encontrem os Clientes inadimplentes no cumprimento de suas obrigações nos termos de quaisquer Financiamentos cedidos para o FUNDO; e
- e) não constar nenhum pedido de insolvência civil com relação ao respectivo Cliente.

Artigo 21 - O FUNDO adquirirá Direitos Creditórios Elegíveis e todos e quaisquer direitos, prerrogativas e garantias pertinentes aos mesmos, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente ou co-obrigação desta, observados: (i) os demais termos e condições deste Regulamento; (ii) os termos, condições e procedimentos do Contrato de Cessão; (iii) os procedimentos pertinentes à aquisição dos Direitos Creditórios e atendimento aos Critérios de Elegibilidade definidos neste Regulamento; e (iv) a política de investimento definida no Capítulo IV.

Artigo 22 - Sem prejuízo do disposto neste Capítulo, a Cedente responde tão somente pela existência e correta formalização dos respectivos Direitos Creditórios cedidos ao FUNDO, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

CAPÍTULO XII - DA CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Artigo 23 - A Cedente é uma instituição financeira que realiza, no seu curso normal de negócios, operações de concessões de Financiamentos a Clientes. Caracterizam-se como direitos creditórios passíveis de cessão, os direitos de crédito que a Cedente detém contra os Clientes em decorrência das operações de Financiamento, e que são originados de acordo com a política de concessão de crédito da Cedente, conforme descrita a seguir.

Parágrafo Único - Nas vendas de mercadorias, as Lojas Quero-Quero prestam serviços de análise de crédito dos Clientes para a Verde Administradora, segundo a política de concessão de crédito da Cedente, nos termos do Contrato de Serviços. Tal política de concessão de crédito é baseada em regras, dentre as quais destacam-se:



199167



I. Cadastro de Clientes Novos: inicialmente, as Lojas Quero-Quero fazem o cadastro dos Clientes que queiram efetuar compras mediante (i) verificação de documentos de identificação (RG, CPF, carteira profissional, comprovante de residência, tais como contas de água e luz); e (ii) verificação de documentos que comprovem a situação patrimonial do Cliente (escritura do imóvel do domicílio do Cliente, contratos de locação, certificado de propriedade de veículo, declaração de imposto de renda, entre outros). O vendedor das Lojas Quero-Quero cadastra informações no Sistema de Crédito, bem como a sua avaliação pessoal com relação ao crédito a ser concedido ao Cliente.

II. Atualizações Cadastrais: o Sistema de Crédito é programado para solicitar atualização cadastral de Clientes, periodicamente. A atualização cadastral é feita em períodos que variam entre 90, 120, 150 e 180 dias, de acordo com parâmetros de atualização de cadastro para cada cidade/região (esse parâmetro varia de acordo com dados históricos de inadimplência e risco, entre outros fatores) que apresentem qualquer bloqueio à concessão de crédito nos termos do inciso VIII.

III. Exame de Dados Cadastrais: após o processamento das informações disponibilizadas no cadastro, o Coordenador Administrativo examina e/ou ratifica tais informações mediante consulta a sistemas de proteção ao crédito (CCF, SPC, SERASA, etc.), bem como de outras fontes e documentos. As informações decorrentes de tal exame também são cadastrados no Sistema de Crédito.

IV. Concessão de Limite de Crédito Provisório: transcorridas as etapas relativas ao cadastro de Clientes novos, o Coordenador Administrativo determina que o Sistema de Crédito processe o Credit Score, o qual gera uma pontuação (em reais), com base no percentual de comprometimento de renda líquida mensal do Cliente, calculado, por sua vez, com base nas informações disponibilizadas no Sistema de Crédito. O limite de crédito (ainda provisório) é obtido mediante multiplicação de tal pontuação por um fator de geração de limite, que varia de 10 a 15, de acordo com os parâmetros do Sistema de Crédito para cada região/cidade. Tal parâmetro foi estabelecido e é revisado com base no comportamento histórico da inadimplência e risco da praça (parte-se do princípio de que o valor do limite total é o máximo que o Cliente pode comprar para pagamento em parcelas mensais). Após a concessão de limite de crédito provisório, os dados cadastrais são encaminhados para a central de análise, que, depois de uma verificação mais aprofundada de tais dados, aprova a emissão do Verdecard e estabelece o limite de crédito definitivo do Cliente.

V. Atualização de Limites de Crédito: o limite de crédito de Clientes já cadastrados no Sistema de Crédito, por sua vez, é revisado somente se houver alteração na renda do Cliente em até 50% (cinquenta por cento), conforme verificação feita a cada atualização cadastral.

VI. Vendas Acima do Limite de Crédito: nos casos de vendas acima do limite de crédito disponível, o gerente do estabelecimento das Lojas Quero-Quero e/ou o Coordenador Administrativo têm alçada para liberar a venda, desde que tal liberação não ultrapasse a autonomia, ou seja, entre 10% (dez por cento) e 30% (trinta por cento) do limite de crédito total, conforme parâmetro do Sistema de Crédito estabelecido para cada cidade ou estabelecimentos das Lojas Quero-Quero. A Verde Administradora poderá, quando excedidas as alçadas do gerente do estabelecimento das Lojas Quero-Quero e/ou do Coordenador Administrativo, autorizar vendas acima desses limites de crédito, após a revisão dos dados cadastrais encaminhados para a Central de Análise.



199167



VII. Profissional Autônomo/Liberal: caso os novos Clientes sejam profissionais liberais ou autônomos, o Credit Score será processado com base na menor dentre as seguintes rendas: (i) a renda informada pelo Cliente ou (ii) a renda presumida de tal Cliente, a qual é estabelecida de acordo com os parâmetros do Sistema de Crédito para cada cidade ou estabelecimentos das Lojas Quero-Quero.

VIII. Fatores Bloqueadores de Crédito: o Sistema de Crédito bloqueia a concessão e a utilização do limite de crédito quando o valor da venda da mercadoria for superior ao limite de crédito disponível do Cliente ou quando o mesmo apresentar restrições cadastrais ou outros impedimentos internos, tais como créditos vencidos entre 5 (cinco) e 15 (quinze) dias, cheques devolvidos, média de inadimplência elevada, cadastro vencido (de acordo com os parâmetros do Sistema de Crédito).

IX. Desbloqueio de Limite de Crédito: somente o gerente do estabelecimento das Lojas Quero-Quero ou Coordenador Administrativo, mediante acesso ao Sistema de Crédito por meio de senha específica, poderá liberar a concessão ou a utilização do limite de crédito mediante nova análise da situação cadastral do Cliente desde que haja a regularização das restrições cadastrais. Além da regularização cadastral, o gerente do estabelecimento das Lojas Quero-Quero ou Coordenador Administrativo poderão solicitar (i) garantias, como fianças ou hipotecas de bens imóveis, (ii) valor maior de entrada, (iii) ajuste das parcelas ao valor do limite, ou (iv) alienação fiduciária de veículos.

X. Limite Máximo por Cliente: o limite de crédito máximo autorizado no Sistema de Crédito é de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). As vendas acima desse limite de crédito deverão observar o disposto no inciso VI acima.

CAPÍTULO XIII - POLÍTICA DE COBRANÇA

Artigo 24 - O pagamento dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo FUNDO será feito pelos Clientes, por intermédio do Correspondente Bancário, observado o seguinte procedimento:

- a) as Lojas Quero-Quero prestarão os serviços de Correspondente Bancário (com relação aos Direitos Creditórios cedidos ao FUNDO) em caráter de exclusividade, por força do Contrato de Correspondente Bancário, durante todo o prazo do FUNDO;
- b) os valores devidos pelos Clientes, devedores dos Direitos Creditórios, são e serão representados por carnês de pagamento e respectivos cupons fiscais emitidos pelas Lojas Quero-Quero a cada venda de mercadorias realizada, bem como por planilhas emitidas no âmbito do Convênio de Financiamento, sendo que tais valores serão sempre e exclusivamente pagáveis nos Terminais de Caixa do Correspondente Bancário e nas agências do Bradesco;
- c) em seguida, tais valores serão segregados automaticamente e transferidos ao FUNDO, pelo Bradesco; e



199167



d) as Lojas Quero-Quero atuarão como fiéis depositárias de valores eventualmente pagos pelos Clientes diretamente às Lojas Quero-Quero ou pelo recebimento de qualquer valor devido em função do pagamento de indenização decorrente do evento coberto pela apólice de seguro, devendo transferir tais valores ao FUNDO na mesma data do recebimento, observado o disposto no Contrato de Cessão.

Artigo 25 - De acordo com o previsto no Contrato de Cobrança, as Lojas Quero-Quero e a Verde Administradora adotarão, em nome do FUNDO, as medidas de cobrança necessárias em relação aos Clientes Inadimplentes, conforme procedimento resumido abaixo.

Parágrafo Primeiro - Para a cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios dos Clientes Inadimplentes, os seguintes procedimentos deverão ser adotados:

a) em caso de atraso e não pagamento dos Direitos Creditórios, o Sistema de Crédito bloqueará o limite de crédito e o Cliente Inadimplente não poderá efetuar novas compras de mercadorias;

b) a Verde Administradora efetuará a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos por meio de aviso de atraso enviado pelo correio, solicitando regularização imediata do débito. O primeiro aviso de atraso é enviado entre o 7º (sétimo) e o 15º (décimo quinto) dia após o vencimento, observando-se os parâmetros por cidade/região, bem como o histórico de atrasos do Cliente Inadimplente;

c) alternativa ou conjuntamente aos procedimentos indicados na alínea (b) acima, as Lojas Quero-Quero e/ou a Verde Administradora, efetuarão cobrança por telefone entre o 6º (sexto) e o 14º (décimo quarto) dia após o vencimento e não pagamento dos Direitos Creditórios;

d) caso os procedimentos indicados nas alíneas (b) e (c), acima, não produzam resultados, a partir do 20º (vigésimo) dia após o vencimento e não pagamento dos Direitos Creditórios, o Custodiante solicitará ou instruirá a Verde Administradora para que realize a emissão e o envio do segundo aviso de atraso, pelo correio, comunicando a inclusão do Cliente Inadimplente no SPC;

e) caso os procedimentos indicados nas alíneas (b), (c) e (d), acima, não produzam resultados, a partir do 25º (vigésimo quinto) dia do vencimento e não pagamento dos Direitos Creditórios, representantes das Lojas Quero-Quero e/ou da Verde Administradora passarão a fazer visitas no domicílio do Cliente Inadimplente para efetuar a cobrança do Direito Creditório inadimplido;

f) caso os procedimentos indicados nas alíneas (b), (c), (d) e (e) acima não produzam resultados até o 32º (trigésimo segundo) dia após o vencimento e não pagamento dos Direitos Creditórios, o Custodiante efetuará ou instruirá a Verde Administradora para que efetue os apontamentos necessários no SPC, conforme seja possível apontamentos feitos por procuração ou conforme estabelecido no Contrato de Cobrança;



199167



g) caso os procedimentos indicados nas alíneas (b), (c), (d), (e) e (f) acima não produzam resultados até o 65º (sexagésimo quinto) dia após o vencimento e não pagamento dos Direitos Creditórios, o Custodiante instruirá a Verde Administradora para que emita novo aviso ao Cliente Inadimplente informando-o quanto à possibilidade de cobrança judicial do Direito Creditório inadimplido;

h) a partir do 70º (septuagésimo) dia do vencimento e não pagamento dos Direitos Creditórios, o Custodiante efetuará ou instruirá a Verde Administradora para que efetue os apontamentos necessários no SERASA, conforme seja possível apontamentos feitos por procuração ou conforme estabelecido no Contrato de Cobrança; e

i) no 90º (nonagésimo) dia do vencimento e não pagamento dos Direitos Creditórios, o Custodiante instruirá a Verde Administradora para que encaminhe os títulos representativos de tais Direitos Creditórios a protesto.

Parágrafo Segundo - A cobrança judicial dos Direitos Creditórios dos Clientes Inadimplentes só será efetuada caso o valor do débito em atraso seja igual ou superior a R\$500,00 (quinhentos reais), mediante propositura de ações cautelares de busca e apreensão, bem como de ações de execução, monitória ou de cobrança. Para fins da cobrança judicial de Direitos Creditórios, o FUNDO, por meio do seu representante legal, deverá atuar no pólo ativo das respectivas ações.

Parágrafo Terceiro - Todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos Creditórios dos Clientes Inadimplentes objetivando a salvaguarda e cobrança dos direitos e prerrogativas decorrentes dos Direitos Creditórios, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios, verbas de sucumbência e quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos de cobrança a que se refere este Artigo, serão suportadas pelas Lojas Quero-Quero e pela Verde Administradora.

Artigo 26 - O Custodiante poderá a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios ou a cobrança extrajudicial dos Clientes Inadimplentes, bem como contratar outra empresa e/ou instituição para realizar tal serviço. Nesse caso, porém, as eventuais despesas serão suportadas pelo FUNDO.

CAPÍTULO XIV - DAS CLASSES DE COTAS

Artigo 27 - As Cotas, nominativa-escriturais, correspondem a frações ideais do patrimônio, sendo divididas em 2 (duas) classes: (i) 1 (uma) classe de Cotas Seniores e (ii) 1 (uma) classe de Cotas Subordinadas. Observadas as diferenças indicadas nos Parágrafos Primeiro e Segundo abaixo, assim como do Artigo 4º, Parágrafo Primeiro, razão pela qual as Cotas Subordinadas poderão apresentar valores diferentes das Cotas Seniores, as demais características, direitos e obrigações das Cotas Seniores e Subordinadas serão idênticos.

Parágrafo Primeiro - Somente ocorrerá a amortização e/ou resgate das Cotas Subordinadas após a amortização e/ou resgate das Cotas Seniores, ressalvado o disposto no Artigo 36.



199167



Parágrafo Segundo - Os efeitos decorrentes do inadimplemento no pagamento de quaisquer dos Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO, assim como de quaisquer outras perdas experimentadas pelo FUNDO, serão atribuídos às Cotas Subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedida a somatória acima, o efeito da inadimplência repercutirá nas Cotas Seniores.

Parágrafo Terceiro - As Cotas Subordinadas somente poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas pela Cedente, observados os termos do Contrato de Subscrição e Integralização.

CAPÍTULO XV - DA EMISSÃO, DA INTEGRALIZAÇÃO, DA NEGOCIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DE COTAS

Artigo 28 - As Cotas representativas do patrimônio inicial do FUNDO deverão ser subscritas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início de distribuição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do protocolo dos documentos do FUNDO na CVM.

Parágrafo Primeiro - As Cotas Seniores serão publicamente distribuídas, observadas as condições de subscrição e pagamento constantes do anúncio de início de distribuição, ao passo que as Cotas Subordinadas serão subscritas pela Cedente, nos termos do Contrato de Subscrição e Integralização.

Parágrafo Segundo - Serão emitidas até 60.000 (sessenta mil) Cotas, com um valor inicial, na data de Início das Atividades, de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada, sendo até (i) 51.000 (cinquenta e uma mil) Cotas Seniores; e (ii) até 9.000 (nove mil) Cotas Subordinadas.

Parágrafo Terceiro - No ato de subscrição das Cotas, o Cotista assinará o termo de adesão a ser disponibilizado pelo Administrador.

Parágrafo Quarto - As Cotas Seniores serão registradas para negociação no mercado secundário junto ao BOVESPAFIX e SOMAFIX, da Bovespa e junto à CETIP.

Artigo 29 - O valor mínimo de aplicação inicial por Cotista no FUNDO será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Artigo 30 - A emissão, a subscrição e a integralização de Cotas devem observar as seguintes condições:

- a) as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas terão valor unitário idêntico no Início das Atividades;
- b) todas as Cotas serão integralizadas à vista, sendo utilizado o valor da Cota de abertura do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Administrador;
- c) as Cotas Seniores serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED;



d) as Cotas Subordinadas serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED, ou em Direitos Creditórios, que serão precificados conforme disposto no Contrato de Cessão.

Artigo 31 - Será admitida, a critério do Administrador, a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de diversificação dos detentores das Cotas do FUNDO.

Artigo 32 - A confirmação dos investimentos feitos pelos Cotistas no FUNDO ficará condicionada à efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos Cotistas ao Administrador.

Artigo 33 - Não haverá resgate de Cotas, a não ser pelo término do prazo de duração ou pela liquidação antecipada do FUNDO, ressalvado o disposto no Artigo 51 do Regulamento.

Artigo 34 - Decorridos 18 (dezoito) meses do Início das Atividades, as Cotas Seniores serão amortizadas em 18 (dezoito) parcelas mensais e sucessivas (Amortizações Programadas das Cotas Seniores) conforme a estrutura de cálculo abaixo.

Parágrafo Primeiro - O cálculo do valor a ser distribuído a cada Cota Sênior a título de amortização em cada Período de Capitalização, e desde que o patrimônio do FUNDO permita, obedecerá à seguinte fórmula:

$$A_i = \frac{PLS_i}{i}$$

$$PLS_i = \sum_{k=1}^m n_{k,i} \times q_i$$

$$q_i = q_a \times (1 + S)^{\frac{b-a}{252}} \times \prod_{t=a+1}^b (1 + cdi_t)^{\frac{1}{252}}$$

Onde:

- $a+1$ = data de início de determinado Período de Capitalização i ;
 b = data de término de determinado Período de Capitalização i ;
 i = 18, 17, 16, ..., 1 - Períodos de Capitalização até o encerramento previsto do FUNDO;
 k = 1, 2, 3, ..., m - número de detentores de Cotas Seniores;
 $n_{k,i}$ = número de Cotas Seniores detidas pelo Cotista k na data final do Período de Capitalização i ;
 q_i = valor da Cota Sênior na data final do Período de Capitalização i ;
 S = Sobretaxa em formato decimal expressa ao ano de 252 dias úteis;
 cdi_t = Taxa CDI;
 PLS_i = patrimônio líquido dos detentores de Cotas Seniores na data final do Período de Capitalização i ; e
 A_i = valor da amortização de todas as Cotas Seniores na data final do Período de Capitalização i .

Parágrafo Segundo - Define-se como Período de Capitalização o intervalo de tempo, medido em dias úteis, compreendido entre o primeiro dia útil imediatamente subsequente a uma dada amortização (inclusive) e a data de amortização imediatamente subsequente (inclusive). Para o primeiro Período de Capitalização considerar-se-á como data de início de tal período, o Início das Atividades do FUNDO.

199167



199167



Parágrafo Terceiro - A Taxa CDI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Parágrafo Quarto - No caso de indisponibilidade temporária da Taxa CDI quando da distribuição de resultados prevista neste Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a Taxa SELIC, se disponível, ou, se inexistente, a mesma taxa diária equivalente à última Taxa CDI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do FUNDO como pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa CDI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

Parágrafo Quinto - No caso de extinção ou de indisponibilidade permanente da Taxa CDI, por imposição legal ou judicial, o Administrador, mediante aviso aos Cotistas, substituirá a Taxa CDI pela Taxa SELIC. No caso de não ser possível a substituição da Taxa CDI pela Taxa SELIC, o Administrador deverá convocar Assembléia Geral de Cotistas para definir o parâmetro substitutivo a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de resultados previstas no Regulamento, a mesma taxa diária equivalente à última Taxa CDI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização.

Parágrafo Sexto - Todas as Cotas Seniores serão amortizadas à vista, com base no valor da Cota Sênior do dia útil imediatamente anterior ao dia do pagamento.

Parágrafo Sétimo- As Amortizações Programadas das Cotas Seniores serão convertidas durante o período de amortização, conforme disposto no presente Artigo 34, com base no valor da Cota Sênior do dia útil imediatamente anterior ao dia do pagamento.

Artigo 35 - O Administrador deverá constituir Reserva de Liquidez, de acordo com a estrutura abaixo descrita, destinando os recursos recebidos das liquidações dos Direitos Creditórios da carteira para os ativos elencados no Parágrafo Terceiro do Artigo 4º deste Regulamento.

I. 42 (quarenta e dois) dias úteis antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Liquidez ativos em valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado da Amortização Programada de Cotas Seniores; e

II. 21 (vinte e um) dias úteis antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Liquidez ativos em valor equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado da Amortização Programada de Cotas Seniores.

Parágrafo Único - Caso o Administrador verifique aumento no padrão de inadimplência da carteira, deverá acelerar a formação da Reserva de Liquidez pelo menos na mesma proporção da piora observada.

Artigo 36 - As Amortizações de Cotas Subordinadas ocorrerão sempre que o valor das Cotas Subordinadas exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do FUNDO, ficando ressalvado que tais amortizações somente poderão ser realizadas em intervalos mínimos mensais e desde que observadas as condições abaixo.



199167



Parágrafo Primeiro - As Amortizações das Cotas Seniores e Subordinadas ocorrerão somente a partir do 19º (décimo nono) mês, inclusive, do Início das Atividades, observado que as Amortizações de Cotas Subordinadas só poderão ser realizadas caso a Reserva de Liquidez seja suficiente para atender ao disposto no Artigo 35.

Parágrafo Segundo - O valor de cada Amortização de Cotas Subordinadas equivalerá ao montante necessário para que a proporção entre o valor das Cotas Subordinadas e o patrimônio líquido do FUNDO seja restabelecida ao patamar de 15% (quinze por cento).

Parágrafo Terceiro - As amortizações constantes no presente Artigo poderão ser pagas em Direitos Creditórios pelo valor contabilizado na carteira do FUNDO, desde que tal fato não infrinja a política de investimento do FUNDO.

Parágrafo Quarto - A verificação do valor do excesso das Cotas Subordinadas conforme estabelecido neste Artigo será feita no 1º (primeiro) dia útil imediatamente subsequente à data do pagamento das Amortizações Programadas das Cotas Seniores, conforme disposto no Parágrafo Sétimo do Artigo 34.

Artigo 37 - Na hipótese de o dia da efetivação da amortização ou resgate de Cotas coincidir alternativamente, com feriado na sede do Administrador, os valores correspondentes serão pagos ao(s) Cotista(s) no primeiro dia útil seguinte, não havendo direito, por parte dos Cotistas, a qualquer acréscimo.

Parágrafo Único - Nos feriados de âmbito Nacional, Estadual ou Municipal na praça do domicílio do Cotista as amortizações e os resgates solicitados serão disponibilizados no primeiro dia útil subsequente em que houver expediente bancário normal.

Artigo 38 - Para realizar as amortizações periódicas ou o resgate das Cotas ao término do prazo do FUNDO, será admitido que o Administrador deixe de observar o limite mínimo previsto no Parágrafo Segundo do Artigo 4º deste Regulamento, sem que isso enseje a liquidação antecipada do FUNDO, nem tampouco represente descumprimento pelo Administrador das obrigações a ele cabíveis nos termos deste Regulamento.

Artigo 39 - A transferência de Direitos Creditórios e a dação em pagamento dos haveres dos Cotistas com Direitos Creditórios, nos termos deste Regulamento e da regulamentação aplicável à espécie, somente poderão ser realizadas à vista, em caráter definitivo e sem direito de regresso ou co-obrigação do FUNDO.

CAPÍTULO XVI - PATRIMÔNIO INICIAL

Artigo 40 - O patrimônio líquido inicial do FUNDO será de até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de Reais).

Artigo 41 - Caso a totalidade das Cotas representativas do patrimônio do FUNDO não seja subscrita e integralizada dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do protocolo dos documentos do FUNDO na CVM, e terminado o prazo para a distribuição pública das cotas, o saldo restante será cancelado, reajustando-se, automaticamente, nesta hipótese, o valor do patrimônio inicial do FUNDO bem como a quantidade de Cotas que o representa.



199167

Parágrafo Único - Não haverá quantidade mínima de Cotas a serem distribuídas, observado o disposto na regulamentação em vigor.

CAPÍTULO XVII - DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS COTAS E DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 42 - As Cotas do FUNDO terão seu valor calculado todo dia útil, a partir da data do Início das Atividades.

Artigo 43 - Os ativos do FUNDO terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização de metodologia de apuração do seu valor de mercado, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparada por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados às características da correspondente operação, observadas as regras e procedimentos definidos pelo Administrador em conformidade com o exigido pelo Banco Central do Brasil e pela CVM aos fundos de investimento em direitos creditórios.

CAPÍTULO XVIII - DA VALORIZAÇÃO DAS COTAS E DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 44 - Os ativos da carteira do FUNDO serão valorizados conforme segue:

- a) nos casos em que não houver mercado secundário para negociação dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do FUNDO, esses serão contabilizados diariamente, descontando-se, para tanto, o valor do CDI Futuro projetado para a data de vencimento do Direito Creditório, devidamente acrescido do *spread* médio, estabelecido na correspondente cessão de tal Direito Creditório, conforme indicado no respectivo termo de cessão. Para as cessões em que não haja vencimento correspondente, a taxa de desconto será encontrada por interpolação e ou extrapolação;
- b) a valorização dos demais ativos que compõem a carteira do FUNDO será efetuada com base nas cotações obtidas junto à Bolsa de Valores de São Paulo, à BM&F, ao SISBACEN, à ANDIMA, às publicações de instituições administradoras (no caso de os ativos consistirem em cotas de fundos de investimento financeiro ou de fundo de investimento em cotas de fundos de investimento nos quais o FUNDO aplique o remanescente de seu patrimônio líquido) ou a outros mercados organizados onde os ativos forem negociados, observadas as regras aplicáveis do Banco Central do Brasil e da CVM.

Parágrafo Único - A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios descrita no Capítulo XVII levou em consideração os seguintes aspectos:

- a) inexistência de mercado secundário organizado e ativo para os Direitos Creditórios; e
- b) as características dos Direitos Creditórios descritas nos Capítulos IV e XI.



Artigo 45 - O valor das Cotas do FUNDO, independentemente da classe, será calculado todo dia útil conforme atribuição de resultados da sua carteira abaixo descrita. A primeira atribuição de resultados ocorrerá no dia útil seguinte à data de Início das Atividades, e a última na data de liquidação do FUNDO. Na atribuição de resultados da carteira do FUNDO será adotado o seguinte procedimento:

- a) pagamento das despesas e encargos do FUNDO utilizando sucessivamente e nesta ordem o resultado do FUNDO, as Cotas Subordinadas e, em última instância, as Cotas Seniores;
- b) incorporação às Cotas Seniores, limitado ao resultado do FUNDO, líquido dos descontos previstos na alínea (a) acima, de até a variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa CDI acrescida da Sobretaxa; e
- c) incorporação às Cotas Subordinadas de qualquer resultado remanescente.

199167



Parágrafo Primeiro - O cálculo do valor a ser atribuído às Cotas Seniores, desde que o patrimônio do FUNDO o permita, se dará conforme descrito no Artigo 34, Parágrafo Primeiro, deste Regulamento.

Parágrafo Segundo - O disposto no "caput" deste Artigo não constitui promessa de rendimentos, nem confere direitos aos Cotistas. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se o resultado da carteira do FUNDO assim permitir e, caso isso não ocorra, não poderá ser imputada ao Administrador ou à Gestora quaisquer responsabilidades por esse fato. Da mesma forma, a rentabilidade verificada em períodos anteriores não representará garantia de rentabilidade no futuro.

Parágrafo Terceiro - O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- a) o resultado da divisão do patrimônio líquido do FUNDO, apurado conforme o "caput" deste Artigo, pelo número de Cotas Seniores; ou
- b) o valor unitário das Cotas Seniores no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período, conforme estabelecido no presente Artigo.

Parágrafo Quarto - O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do FUNDO, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, pelo número total de Cotas Subordinadas.

Artigo 46 - Os critérios de provisionamento a serem seguidos pelo Administrador, em nome do FUNDO, por dia de atraso de pagamento dos Direitos Creditórios pelos Clientes serão, no mínimo, aqueles previstos na Resolução 2.682, conforme alterada ou substituída de tempos em tempos, devendo o Administrador, em nome do FUNDO, a partir do 180º (centésimo octogésimo) dia de atraso, provisionar integralmente a operação inadimplente.

Parágrafo Primeiro - Exceto se o Administrador, em nome do FUNDO, determinar o provisionamento em montantes e prazos inferiores ao estabelecido na Resolução 2.682, será considerado como perda todo e qualquer Direito Creditório em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Administrador deverá contabilizar a integralidade dos valores devidos e não pagos ao FUNDO como perda.



199167



Parágrafo Segundo - Caso os Direitos Creditórios inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referidos, os valores assim recuperados serão destinados exclusiva e integralmente ao FUNDO, e o Custodiante deverá então (i) reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso e (ii) reabilitar ou outorgar poderes à Cedente para que providencie a reabilitação do Cliente Inadimplente junto ao SERASA e SPC.

Parágrafo Terceiro - As perdas e provisões do FUNDO serão reconhecidas no resultado do período.

Artigo 47 - A Razão de Garantia deverá ser observada e, apurada diariamente pelo Administrador, e não poderá ser inferior a 15% (quinze por cento).

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer das datas de verificação, a Cedente será imediatamente informada de tal fato pelo Administrador, por meio do Aviso de Desenquadramento. A Cedente deverá responder o Aviso de Desenquadramento ao Administrador, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 2º (segundo) dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando sua decisão com relação a uma das providências descritas no Parágrafo Segundo seguinte.

Parágrafo Segundo - A Cedente poderá, a seu exclusivo critério, integralizar novas Cotas Subordinadas, exclusivamente para o reestabelecimento da Razão de Garantia de acordo com os termos e condições do Contrato de Subscrição e Integralização, desde que não seja superior a 20% (vinte por cento) do total das Cotas do FUNDO, com pagamento em moeda corrente nacional, dentro de um dos prazos previstos abaixo, conforme o caso:

- a) caso a integralização de novas Cotas Subordinadas seja necessária em decorrência da inadimplência de Direitos Creditórios da carteira, a integralização referida no presente Parágrafo deverá ser realizada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento; e
- b) caso a integralização de novas Cotas Subordinadas seja necessária em decorrência de outro motivo que não a inadimplência de Direitos de Creditórios da carteira, a integralização referida no inciso I do presente Parágrafo deverá ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese descrita nos Parágrafos Primeiro e Segundo do presente Artigo, poderá haver emissão de novas Cotas Subordinadas, sem necessidade de autorização da Assembléia Geral de Cotistas do FUNDO, mediante deliberação do Administrador para emissão de novas Cotas Subordinadas e publicação de tal deliberação no periódico de divulgação do FUNDO.

Parágrafo Quarto - Na hipótese de a Cedente não informar o Administrador sobre qual medida pretende tomar nos termos e prazo descritos no Parágrafo Primeiro do Artigo 47 acima, o Administrador aplicará, automaticamente, o disposto no Capítulo XXIII.



[Handwritten signature]

CAPÍTULO XIX - DO PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 48 - O prazo de duração do FUNDO é de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da primeira integralização de cotas, devendo ser encerrado após o pagamento de todos os Cotistas e cumprimento de todas as obrigações assumidas. O FUNDO poderá ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas, observado o disposto no Capítulo XXI.

CAPÍTULO XX - EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Artigo 49 - São Eventos de Avaliação:

I. a redução da Razão de Garantia para nível inferior a 15%, desconsideradas as provisões para devedores duvidosos;

II. a elevação da inadimplência da carteira em índice superior a 22% (vinte e dois por cento), calculado sobre o total de Direitos Creditórios em atraso entre 6 (seis) e 30 (trinta) dias após os seus respectivos vencimentos em relação a todos os Direitos Creditórios que tenham vencido no correspondente período de 30 (trinta) dias anterior, considerada, ainda, a média móvel de 3 (três) meses consecutivos;

III. a elevação da inadimplência da carteira em índice superior a 7% (sete por cento), calculado sobre o total de Direitos Creditórios em atraso entre 31 e 90 dias após os seus respectivos vencimentos em relação a todos os Direitos Creditórios que tenham se vencido nesse mesmo período, considerada, ainda, a média móvel de 3 (três) meses consecutivos;

IV. a elevação da inadimplência da carteira em índice superior a 5% (cinco por cento), calculado sobre o total de Direitos Creditórios em atraso entre 91 (noventa e um) e 180 (cento e oitenta) dias após os seus respectivos vencimentos em relação a todos os Direitos Creditórios que tenham se vencido nesse mesmo período, considerada, ainda, a média móvel de 3 (três) meses consecutivos; e

V. a elevação da inadimplência da carteira em índice superior a 3% (três por cento), calculado sobre o total de Direitos Creditórios em atraso superior a 180 (cento e oitenta) dias e não liquidado após os seus respectivos vencimentos em relação a todos os Direitos Creditórios que tenham se vencido nesse mesmo período, considerada, ainda, a média móvel de 3 (três) meses consecutivos.

Parágrafo Primeiro - A verificação dos percentuais relativos aos Eventos de Avaliação tratados nos incisos II a V acima será feita pelo menos no último dia útil de cada mês.

Parágrafo Segundo - Nos casos da ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação descritos acima, o Administrador suspenderá a aquisição de novos Direitos Creditórios até que sejam restabelecidos os índices mínimos de adimplência.

Parágrafo Terceiro - Especificamente, quando da ocorrência do Evento de Avaliação descrito no inciso I do presente Artigo, e tal evento não seja sanado ou não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento definidos no Artigo 47, o Administrador interromperá a aquisição de novos Direitos Creditórios e convocará Assembléia Geral até o 5º (quinto) dia



199167



útil seguinte à ocorrência do Evento de Avaliação, para deliberar acerca da liquidação antecipada do FUNDO, nos termos do Artigo 50, inciso VI.

Parágrafo Quarto - Observada a cessação dos Eventos de Avaliação, desde que dentro do prazo indicado no Parágrafo anterior, o Administrador deverá, no dia útil imediatamente subsequente a esta observação, retomar a aquisição de novos Direitos Creditórios pelo FUNDO.



CAPÍTULO XXI - DA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO

Artigo 50 - São eventos que ensejam a liquidação antecipada do FUNDO, a ser deliberada em Assembléia Geral:

I. o ajuizamento do pedido de autofalência, de recuperação judicial, ou de qualquer processo assemelhado, pela Cedente, pela Verde Administradora ou pelas Lojas Quero-Quero, ou a propositura, pela Cedente, pela Verde Administradora ou pelas Lojas Quero-Quero, de plano de recuperação extrajudicial, ou, ainda, caso a Cedente, a Verde Administradora ou as Lojas Quero-Quero tenham sua falência requerida, sem que haja apresentação de defesa no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da respectiva citação;

II. a ocorrência de eventos que prejudiquem ou impossibilitem as atividades do FUNDO, assim entendidos aqueles que afetem substancialmente a originação e/ou a cessão de Direitos Creditórios em montante suficiente para assegurar os níveis mínimos de composição e diversificação da carteira do FUNDO, inclusive, mas não se limitando, ao descumprimento pela Cedente da obrigação de ceder ao FUNDO Direitos Creditórios livres e desembaraçados, que representem a todo momento, a partir do 90º (nonagésimo) dia do Início das Atividades, exceto na hipótese de autorização de prorrogação desse prazo pela CVM, conforme disposto no Artigo 40 da Instrução CVM nº 356, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do FUNDO;

III. a resolução, por qualquer motivo, do Contrato de Cessão;

IV. na hipótese de não pagamento do valor integral das Amortizações Programadas das Cotas Seniores no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contadas das datas previstas neste Regulamento;

V. rebaixamento superior a dois níveis da classificação de risco inicialmente conferida às Cotas Seniores por agência de classificação de risco em operação no país;

VI. caso a Razão de Garantia seja reduzida abaixo do patamar referido no Artigo 47, descontadas as provisões para devedores duvidosos, e tal evento não seja sanado ou não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento em até 5 (cinco) dias úteis;

VII. na hipótese de resolução, por qualquer motivo, do Contrato de Correspondente Bancário ou do Contrato de Vinculação; e

VIII. a ocorrência de quaisquer Eventos de Avaliação, conforme descritos no Artigo 49, incisos II a V, nas seguintes hipóteses:



a) o índice de inadimplência tratado no inciso II do Artigo 49 for observado em dois meses consecutivos ou exceder a 25% (vinte e cinco por cento) em uma única ocasião;

b) o índice de inadimplência tratado no inciso III do Artigo 49 for observado em dois meses consecutivos ou exceder a 10% (dez por cento) em uma única ocasião;

c) o índice de inadimplência tratado no inciso IV do Artigo 49 for observado em dois meses consecutivos ou exceder a 7% (sete por cento) em uma única ocasião; ou

d) o índice de inadimplência tratado no inciso V do Artigo 49 for observado em dois meses consecutivos ou exceder a 5% (cinco por cento) em uma única ocasião.

Parágrafo Primeiro - O FUNDO também será liquidado antecipadamente se, na hipótese da extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação de quaisquer dos índices ou parâmetros estabelecidos neste Regulamento para o cálculo do valor das Cotas Seniores, por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis consecutivos ou a 10 (dez) dias úteis alternados, durante um período de 21 (vinte e um) dias imediatamente anterior à última data em que ocorrer o evento, os Cotistas reunidos em Assembléia Geral por duas vezes consecutivas, não chegarem a um consenso para definir um novo índice ou parâmetro.

Parágrafo Segundo - O administrador deverá, caso ocorram quaisquer dos eventos de liquidação antecipada do FUNDO: (i) divulgar tal fato aos Cotistas, (ii) suspender, de imediato, o pagamento das Amortizações das Cotas Subordinadas; (iii) suspender, de imediato, a aquisição de novos Direitos Creditórios; e (iv) se assim dispuser a Assembléia Geral, iniciar os procedimentos para a liquidação antecipada do FUNDO, conforme disposições constantes deste Regulamento e da regulamentação vigente.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese de liquidação antecipada do FUNDO, as Cotas Seniores serão resgatadas, concomitantemente e em igualdade de condições, observado ainda o seguinte:

a) até o pagamento integral das Cotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos Creditórios, ficará suspenso o resgate das Cotas Subordinadas;

b) na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Cotas Seniores, o Administrador poderá proceder ao resgate dessas Cotas por meio da dação em pagamento de Direitos Creditórios, nos termos e condições constantes da regulamentação em vigor; e

c) os procedimentos acima estabelecidos somente poderão ser suspensos após o resgate integral das Cotas Seniores.

Artigo 51 - Na hipótese de a Assembléia Geral convocada para deliberar sobre a liquidação antecipada do FUNDO em razão da ocorrência de um ou mais dos eventos descritos neste Capítulo, e caso a Assembléia Geral decida pela não liquidação do FUNDO, aos Cotistas dissidentes da decisão de não liquidação do FUNDO, desde que tal manifestação seja devidamente formalizada até o encerramento da respectiva Assembléia Geral, será assegurado o direito de resgate antecipado de suas Cotas, pelo valor delas, à época do resgate, observadas as condições de resgate estabelecidas no Capítulo XV deste Regulamento.



199167



Artigo 52 - Na hipótese de existência de Direitos Creditórios pendentes de vencimento, a Assembleia Geral poderá determinar que o Administrador adote quaisquer dos seguintes procedimentos:

- a) aguardar os vencimentos dos Direitos Creditórios e o pagamento dos mesmos pelos Clientes para que os valores sejam rateados entre os Cotistas;
- b) ceder/vender os Direitos Creditórios a terceiros para utilização dos recursos da cessão/venda; e/ou
- c) entregar os Direitos Creditórios aos Cotistas para o pagamento dos seus haveres.

199167



CAPÍTULO XXII - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Artigos 53 - Constituem encargos do FUNDO, além da taxa de administração prevista no Capítulo VIII, as seguintes despesas, que poderão ser debitadas pelo Administrador do patrimônio do FUNDO:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos Cotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do FUNDO, da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do FUNDO;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido, exceto as despesas relacionadas à cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios pertencentes à carteira do FUNDO que estejam vencidos e não pagos, que serão arcadas exclusivamente pelas Lojas Quero-Quero ou pela Verde Administradora, conforme o caso;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do FUNDO ou à realização de Assembleia Geral de Cotistas;
- h) taxas de custódia de ativos do FUNDO;
- i) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o FUNDO tenha suas Cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das Cotas nesses mercados;



- j) despesas com a contratação de agência classificadora de risco; e
- k) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, na forma do inciso I, do Artigo 31, da Instrução CVM nº 356.

Parágrafo Primeiro - As despesas não previstas neste Regulamento como encargos do FUNDO devem correr por conta do Administrador.

Parágrafo Segundo - O Administrador pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo FUNDO aos prestadores de serviço contratados, desde que a somatória dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração.

Parágrafo Terceiro - Não poderão ser cobradas dos Cotistas do FUNDO quaisquer outras taxas, tais como de ingresso, saída ou performance.

199167



CAPÍTULO XXIII - ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 54 - É da competência privativa da Assembleia Geral de Cotistas:

- I. tomar anualmente, no prazo máximo de quatro meses após o encerramento do exercício social, as contas do FUNDO e deliberar sobre as demonstrações financeiras deste;
- II. deliberar sobre amortizações de Cotas não previstas neste Regulamento, bem como sobre a emissão de novas Cotas Seniores ou de novas séries de Cotas Seniores além das previstas neste Regulamento;
- III. alterar este Regulamento, inclusive para prorrogar o prazo de duração do FUNDO;
- IV. deliberar acerca da substituição do Administrador e/ou da Gestora;
- V. deliberar sobre o restabelecimento da taxa de administração que tenha sido objeto de redução;
- VI. deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do FUNDO;
- VII. deliberar sobre a liquidação antecipada do FUNDO, na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos no Artigo 50;
- VIII. deliberar sobre a substituição do índice ou parâmetro de que trata o Parágrafo Primeiro do Artigo 50, na hipótese de extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação;
- IX. deliberar sobre a alteração dos termos e condições do Contrato de Cessão;
- X. deliberar sobre a alteração da remuneração alvo das Cotas Seniores, conforme definido no Artigo 4º; e
- XI. alterar os quoruns de deliberação das Assembleias Gerais de Cotistas, conforme previsto neste Capítulo.



199167

Parágrafo Único - O presente Regulamento pode ser alterado independentemente de realização de Assembléia Geral, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, hipótese em que deve ser providenciada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a divulgação do fato aos Cotistas no periódico de publicação do FUNDO, conforme definido neste Regulamento.

Artigo 55 - A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do FUNDO, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

Parágrafo Primeiro - Somente pode exercer as funções de representante dos Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- a) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- b) não exercer cargo ou função no Administrador, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- c) não exercer cargo em empresa Cedente de Direitos Creditórios integrantes da carteira do FUNDO.

Parágrafo Segundo - Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral pode reunir-se por convocação do Administrador ou de Cotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Terceiro - Somente podem votar na Assembléia Geral os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Artigo 56 - As Cotas conferem aos seus titulares o direito de votar nas Assembléias Gerais com referência a toda e qualquer matéria objeto de deliberação, sendo que cada Cota legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.

Artigo 57 - Os Cotistas titulares de Cotas Seniores terão direito a voto em todas as matérias previstas no Artigo 54 deste Regulamento. Enquanto houver Cotas Seniores em circulação, os Cotistas titulares de Cotas Subordinadas somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas no Artigo 54, incisos I, V e VI, deste Regulamento.

Parágrafo Primeiro - As deliberações sobre as matérias indicadas no Artigo 54, incisos II, III, IV, VIII, IX, X e XI dependerão de aprovação, em Assembléia Geral, de Cotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) da Cotas emitidas com direito a voto nos termos deste Artigo 57.

Parágrafo Segundo - As deliberações relativas às matérias previstas no Artigo 54, incisos I, V, VI e VII, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas presentes.



[Handwritten signature]

Artigo 58 - As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.

Artigo 59 - A convocação da Assembléia Geral deverá ser feita mediante anúncio publicado no periódico de publicação do FUNDO ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista ou ainda por meio eletrônico, dos quais constarão o dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Parágrafo Primeiro - A convocação da Assembléia Geral deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, observado o disposto no presente Regulamento.

Parágrafo Segundo - Não se realizando a Assembléia Geral, deverá ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Terceiro - Para os fins do disposto no Parágrafo Segundo deste Artigo, fica estabelecido que a segunda convocação da Assembléia Geral poderá ser providenciada juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.

Parágrafo Quarto - Fica desde já estabelecido que, independentemente das formalidades previstas nos Parágrafos Primeiro a Terceiro deste Artigo, considerar-se-á regular a Assembléia Geral na qual comparecerem todos os Cotistas.

199167



CAPÍTULO XXIV - DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 60 - O Administrador é obrigado a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao FUNDO, de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Artigo 61 - O Administrador deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do FUNDO, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do FUNDO, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do patrimônio líquido do FUNDO e o valor das Cotas Seniores. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no Artigo 34, inciso IV da Instrução CVM nº 356.

Artigo 62 - O Administrador deve colocar as demonstrações financeiras do FUNDO à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos: (i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.



Artigo 63 - As demonstrações financeiras do FUNDO estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM. O FUNDO levantará o balancete no fim de cada mês e balanço anual em 31 de janeiro de cada ano.

Artigo 64 - Ao Administrador cabe divulgar, trimestralmente: (i) o valor do patrimônio líquido do FUNDO; (ii) o valor da Cota; (iii) a relação entre o patrimônio líquido e o valor das Cotas Seniores; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) os relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo FUNDO; sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Capítulo e da regulamentação vigente.

Parágrafo Único - A divulgação das informações previstas neste Regulamento deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO - Jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, ou por meio de correio eletrônico. Qualquer mudança, com relação ao periódico, deverá ser precedida de aviso aos Cotistas.

CAPÍTULO XXV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 65 - O FUNDO terá escrituração própria.

Artigo 66 - Após o resgate da totalidade das Cotas Seniores e o pagamento de todos os encargos e obrigações assumidas pelo FUNDO as Cotas Subordinadas deverão ser resgatadas, considerando-se encerradas as atividades do FUNDO.

Parágrafo Único - Caso, quando da liquidação do FUNDO (antecipada ou por decurso de seu prazo), houver Direitos Creditórios que ainda estejam em processo de cobrança, os Cotistas Seniores e Subordinados se sub-rogarão nos direitos aos frutos da referida cobrança, proporcionalmente às perdas que suas respectivas Cotas tenham absorvido em função do respectivo provisionamento ou contabilização de perdas pelo FUNDO, devendo o Administrador e o Custodiante praticar todos os atos necessários para que sejam assegurados os direitos dos Cotistas Seniores e Subordinados. Para os fins deste Parágrafo, será considerada perda absorvida pelas Cotas Seniores a eventual diferença positiva entre (i) o valor das Cotas Seniores, caso tenham apresentado rentabilidade equivalente ao *benchmark* definido neste Regulamento e (ii) o valor efetivo das Cotas Seniores quando da liquidação do FUNDO.

Artigo 67 - O exercício social do FUNDO tem duração de um ano, iniciando-se em 1º (primeiro) de fevereiro e encerrando-se em 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano.

Artigo 68 - Para fins tributários, e de acordo com a composição de sua carteira, o FUNDO será classificado como “fundo de investimento de longo prazo” conforme Artigo 1º, Parágrafo 1º, inciso I, da Instrução nº 487, de 30 de dezembro de 2004, da Receita Federal.

Artigo 69 - Fica eleito o foro da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.



199167



(Página do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Quero-Quero Financeiro)

Osasco, 09 de janeiro de 2006.



BEM – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Administrador



199167

ANEXO I



TERMO DE ADESÃO AO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS QUERO-QUERO FINANCEIRO E RECIBO DO PROSPECTO

199167

Pelo presente termo de adesão e para todos os fins de direito, o investidor abaixo assinado, em atendimento ao disposto no Artigo 23, Parágrafo Único da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução 393, de 22 de julho de 2003 ("Instrução CVM 356/01"), ambas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") adere, expressamente, aos termos do regulamento ("Regulamento") e do Prospecto ("Prospecto") do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Quero-Quero Financeiro ("Fundo"), cujos conteúdos declara conhecer e aceitar integralmente.

Exceto se definido de outra forma no presente termo de adesão, os termos e expressões neste empregados têm os mesmos sentidos respectivamente designados a eles no Regulamento.

O investidor também declara:

- (i) ser investidor qualificado, nos termos da regulamentação vigente;
- (ii) concordar com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimentos;
- (iii) ter recebido uma cópia do Prospecto e do Regulamento do Fundo, bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, nesse ato, às suas disposições;
- (iv) ter total ciência da política de investimento do Fundo e do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto no Regulamento, e que poderá ocorrer perda do capital investido no Fundo;
- (v) ter ciência de que o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;
- (vi) ter ciência de que as operações do Fundo não contam com a garantia do Administrador, da Gestora, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC);
- (vii) ter ciência de que, no exercício de suas atividades, o Administrador e a Gestora têm poderes para praticar todos os atos necessários à administração e à gestão da carteira do Fundo, observando o disposto no Regulamento, no Prospecto e na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades legais e de mercado;
- (viii) que tomou ciência da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares, ou de determinação da CVM, independentemente de realização de Assembleia Geral, nos termos do Artigo 26, Parágrafo Único, da Instrução CVM 356/01;
- (ix) que as informações do Fundo serão divulgadas no periódico "Gazeta Mercantil" de circulação nacional; e



(x) que conforme disposto no Artigo 60 da Instrução CVM 356/01, admite-se a utilização de meio eletrônico como forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador e os Cotistas do Fundo.

[local], [•] de [•] de [•]

Denominação social/Nome do Investidor:

[nomes e cargos dos representantes legais]

CNPJ/MF:



A handwritten signature in dark ink, consisting of a stylized 'C' followed by several loops.



199167

ANEXO II

AVISO DE DESENQUADRAMENTO

Osasco, [•].

À

Quero-Quero Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.
Rua Tenente Jung, 272, 2º andar, sala 4, Centro
Santo Cristo, RS
CEP 98.960.000



Ref.: Desenquadramento da Razão de Garantia

199167

Prezados Senhores,

Na qualidade de Administrador do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Quero-Quero Financeiro, nos termos do artigo 47 do Regulamento, servimo-nos da presente para informar-lhes sobre o desenquadramento da Razão de Garantia estabelecida no Regulamento. Em razão disto, requer-se, de V.Sas., as providências necessárias para que seja sanada a situação conforme facultado em tal Regulamento.

Não havendo resposta a este aviso de desenquadramento da Razão de Garantia, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do seu recebimento, sobre qual medida que essa empresa pretende nos termos e prazos do artigo 47 do Regulamento, será observado, pelo Administrador, o disposto no Capítulo XXIII do Regulamento.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

BEM – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Administrador



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 2
RELATÓRIO DE *RATING*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 3
RELATÓRIO DE AUDITORIA



Quero-Quero S.A.

Relatório de revisão especial da carteira de recebíveis

Este relatório foi elaborado a partir da base de dados e das demais informações fornecidas pela Quero-Quero S.A. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de Direitos Creditórios não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este relatório não constitui garantia por parte da KPMG quanto a solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira de Direitos Creditórios. Nenhuma decisão de adquirir as quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios deverá ser tomada somente com base nas informações contidas neste relatório. O conteúdo deste instrumento deve ser cuidadosamente analisado, levando-se em consideração todas as informações contidas neste prospecto.



**KPMG Auditores Independentes
Financial Services**

R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel	55 (11) 3067-3000
Fax National	55 (11) 3079-3752
International	55 (11) 3079-2916
Internet	www.kpmg.com.br

À
Quero-Quero S.A.
São Cristó - RS

10 de fevereiro de 2005

Atenção: Sr. Daniel José Artus

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta de prestação de serviços, datada de 21 de outubro de 2004, apresentamos nosso relatório de revisão especial da carteira de recebíveis da Quero-Quero S.A.

Nossa revisão, conforme descrito neste documento, foi pautada na execução de determinados procedimentos pré-acordados junto à Quero-Quero S.A. e seus parceiros estratégicos, encarregados da estruturação de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

Agradecemos o apoio da gerência e dos funcionários da Quero-Quero S.A. no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Ricardo Anhesini Souza
Financial Services
Sócio



Pedro Vitor Zago
Financial Services
Gerente Sênior

Conteúdo

- 1 Introdução
- 2 Objetivo e alcance do trabalho
- 3 Apresentação do perfil da carteira de recebíveis
- 4 Descrição dos procedimentos de revisão
- 5 Descrição do processo de crédito e cobrança
- 6 Descrição do ambiente de tecnologia

Anexos

1 Introdução

As Lojas Quero-Quero S.A. (“Quero-Quero” ou “Cedente”) em conjunto com a Integral Trust Serviços Financeiros, coletivamente definidos “Grupo Estruturador”, estão desenvolvendo uma operação de securitização de direitos creditórios, gerados exclusivamente por operações de financiamento por meio do Cartão VERDECARD de produtos comercializados pela Quero-Quero a clientes.

Esses recebíveis serão cedidos a um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), mediante o atendimento de certos critérios de elegibilidade a serem definidos em conjunto com o Grupo Estruturador.

Nesse contexto, fomos contratados para assessorar o Grupo Estruturador com os seguintes principais objetivos:

- Prover elementos para a análise da carteira de recebíveis, quanto a suas características demográficas e performance de crédito, para um período histórico determinado em conjunto com o Grupo Estruturador;
- Proceder ao levantamento dos fluxos operacionais de origem e cobrança desses recebíveis, e verificar sua aderência às políticas estabelecidas internamente por meio de testes por amostragem; e
- Efetuar uma revisão do sistema de controle da carteira de recebíveis, por meio de aplicação de procedimentos de auditoria de processos automatizados, com objetivo de avaliar a funcionalidade do sistema e os aspectos relacionados à segurança física e lógica, recuperação de dados.

Foram objetos de nossas análises, os dados das operações de financiamento, para um período de 35 meses compreendido entre 1º de janeiro de 2002 e 30 de novembro de 2004 (data-base dos trabalhos), bem como os controles de emissão e cobrança de cartões VERDECARD, e do sistema de controle da carteira de recebíveis vigentes durante a execução de nossos trabalhos.

2 Objetivo e alcance do trabalho

Objetivo dos trabalhos

Conforme nossa proposta de prestação de serviços, nosso trabalho consiste em executar procedimentos pré-acordados com o Grupo Estruturador, para permitir a obtenção de um melhor entendimento das características da carteira de recebíveis originados pela venda de produtos Quero-Quero por meio do cartão VERDECARD, particularmente quanto à *performance* de crédito dos seus clientes, com o objetivo de suprir informações para a constituição do FIDC.

Escopo de nossos trabalhos

Os seguintes procedimentos pré-acordados formaram o escopo de nosso trabalho e foram executados por meio da leitura da base de dados fornecida pela Área de Tecnologia da Quero-Quero, que contempla o histórico de faturamentos para a totalidade de vendas na modalidade VERDECARD, em um período de 35 meses:

- Apresentação da distribuição de volumes mensais de contratos originados, *performance* de pagamentos por parte dos clientes, e outras características dessas operações de empréstimos, para o período sob análise, bem como outras compilações de dados estatísticos;
- Entendimento do sistema de controles internos relacionados à concessão de empréstimos e dos controles inerentes ao sistema de cobrança (fluxo financeiro de recebimento); e
- Revisão dos controles de interfaces com os outros módulos/subsistemas com os quais os principais sistemas ligados à vendas se relacionam (inputs e outputs), sua funcionalidade, bem como revisão dos controles de segurança relacionados ao acesso físico e lógico do sistema.

Outras informações

Enfatizamos ainda que nosso trabalho não representa uma auditoria, executada conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e portanto não deve ser interpretado como tal.

Nossos trabalhos foram executados no período de 23 de dezembro de 2004 a 15 de fevereiro de 2005 e tomaram por base o histórico de faturamento até aquela data, bem como a estrutura das áreas de crédito e cobrança e tecnologia vigentes naquele período. Conforme acordado com V.Sas., não é requerida a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório.

3 Apresentação do perfil da carteira de recebíveis

3.1 Faturamento Líquido sujeito à Securitização (FLS)

O somatório dos arquivos gerados pela Cedente, indica que esta gerou, no período de 35 meses, um volume de aproximadamente 2.218 mil contratos com um valor total de R\$ 677.562 mil.

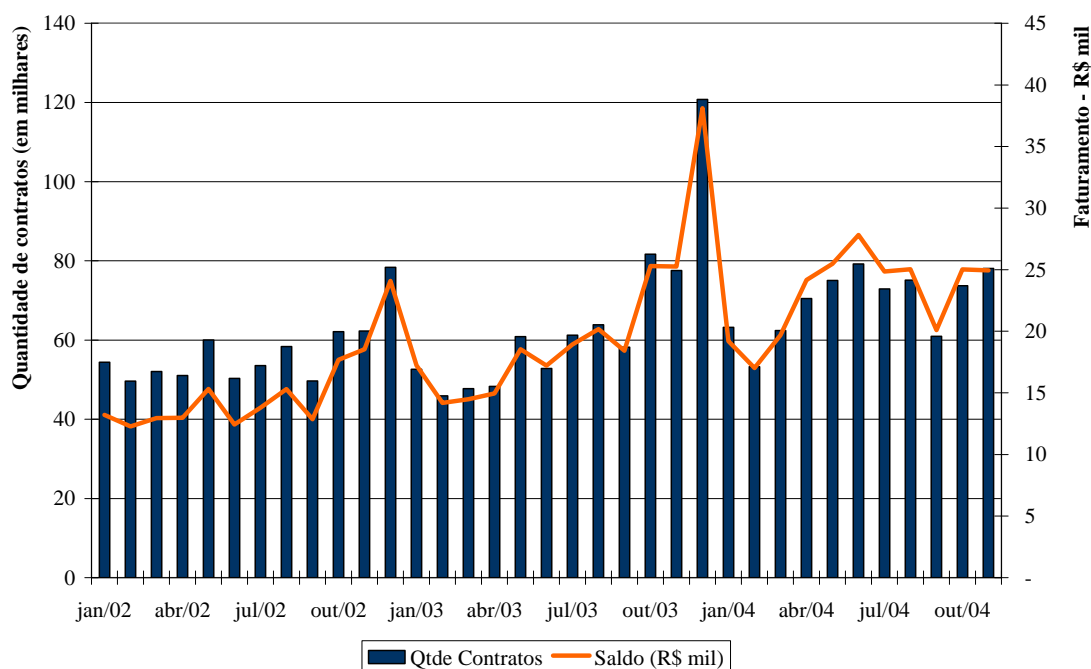
Uma consideração importante em uma operação de securitização de recebíveis *revolving* é a capacidade de originação continuada, ou seja, a Cedente necessita ter capacidade de originar recebíveis em uma base constante, a fim de absorver a liquidez gerada com o recebimento, pelo FIDC, das operações vencidas e liquidadas.

Assim, compilamos, para o período total de 35 meses sob análise, informações mensais referentes ao faturamento por meio do cartão VERDECARD, apresentadas no gráfico 3.1 a seguir:

Tabela 3.1 - Produção mensal referente ao valor total e quantidade de contratos

Mês de origem	R\$ mil	%	Quantidade de contratos	%
jan/02	13.203,33	1,95%	54.421	2,45%
fev/02	12.271,45	1,81%	49.624	2,24%
mar/02	12.944,96	1,91%	52.042	2,35%
abr/02	12.987,43	1,92%	51.030	2,30%
mai/02	15.309,69	2,26%	60.044	2,71%
jun/02	12.441,60	1,84%	50.309	2,27%
jul/02	13.798,92	2,04%	53.565	2,41%
ago/02	15.295,81	2,26%	58.368	2,63%
set/02	12.856,59	1,90%	49.691	2,24%
out/02	17.682,63	2,61%	62.124	2,80%
nov/02	18.539,06	2,74%	62.290	2,81%
dez/02	24.083,25	3,55%	78.357	3,53%
jan/03	17.227,38	2,54%	52.645	2,37%
fev/03	14.179,26	2,09%	45.915	2,07%
mar/03	14.484,21	2,14%	47.750	2,15%
abr/03	14.956,24	2,21%	48.290	2,18%
mai/03	18.546,16	2,74%	60.859	2,74%
jun/03	17.211,09	2,54%	52.789	2,38%
jul/03	18.939,54	2,80%	61.272	2,76%
ago/03	20.172,44	2,98%	63.881	2,88%
set/03	18.421,20	2,72%	58.194	2,62%
out/03	25.289,43	3,73%	81.710	3,68%
nov/03	25.253,20	3,73%	77.561	3,50%
dez/03	38.117,13	5,63%	120.791	5,45%
jan/04	19.205,86	2,83%	63.223	2,85%
fev/04	17.018,67	2,51%	53.297	2,40%
mar/04	19.688,42	2,91%	62.432	2,81%
abr/04	24.162,80	3,57%	70.508	3,18%
mai/04	25.483,55	3,76%	75.026	3,38%
jun/04	27.815,46	4,11%	79.221	3,57%
jul/04	24.854,53	3,67%	72.930	3,29%
ago/04	25.044,39	3,70%	75.158	3,39%
set/04	20.096,27	2,97%	60.978	2,75%
out/04	25.024,51	3,69%	73.708	3,32%
nov/04	<u>24.955,43</u>	<u>3,68%</u>	<u>78.111</u>	<u>3,52%</u>
Total	<u>677.561,91</u>	<u>100,00%</u>	<u>2.218.114</u>	<u>100,00%</u>

Gráfico 3.1 - Produção mensal (R\$ mil)



De acordo com informações recebidas da gerência da Cedente, e em consonância com o gráfico acima, os maiores períodos de vendas ocorrem nos meses de Maio e Dezembro de cada ano, em virtude das datas festivas.

3.2 Distribuição por prazo médio das operações

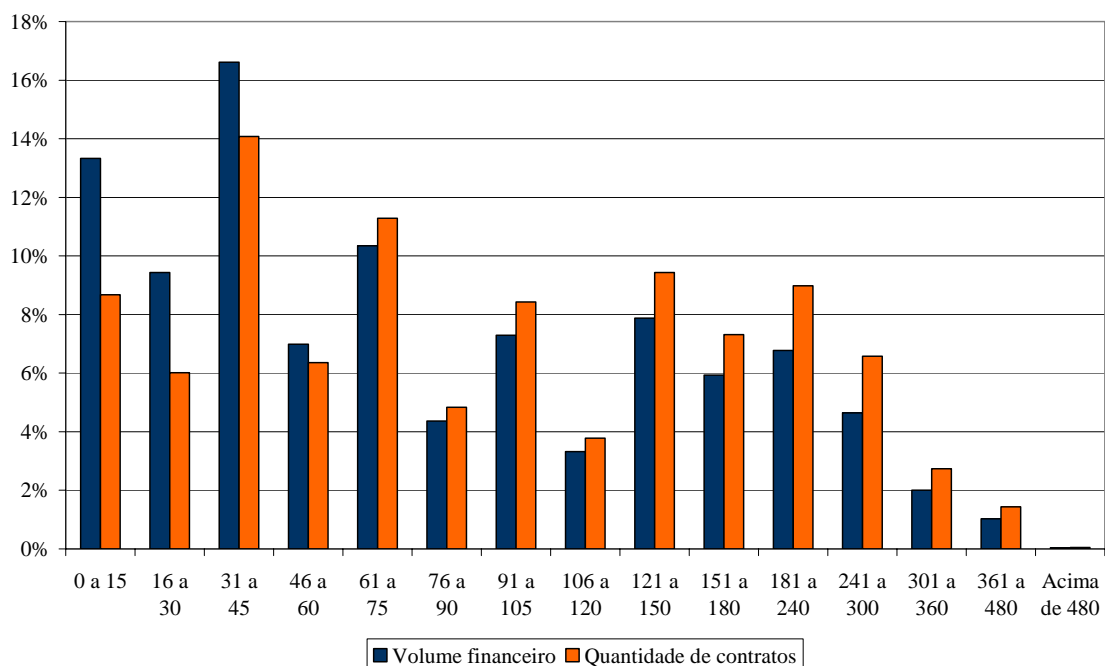
Para fins de estabelecimento do prazo médio das operações, distribuimos o volume total de parcelas originadas no período de 35 meses sob análise por faixas vencimento. Constatamos um prazo médio ponderado pelo valor das vendas de 91 dias, conforme apresentado na tabela e gráfico 3.2 a seguir:

Tabela 3.2 - Distribuição das parcelas por faixas de prazos de vencimento - Período de 35 meses:

Prazo de Vencimento (em dias)	Valor das parcelas			Quantidade de parcelas		
	R\$ mil	%	% Acum.	#	%	% Acum.
À vista	61.482,73	9,1%	9,1%	634.100	7,2%	7,2%
De 1 a 7	8.429,58	1,2%	10,3%	35.604	0,4%	7,6%
De 8 a 15	20.392,05	3,0%	13,3%	95.923	1,1%	8,7%
De 16 a 30	63.943,97	9,4%	22,8%	530.388	6,0%	14,7%
De 31 a 45	112.547,41	16,6%	39,4%	1.241.668	14,1%	28,8%
De 46 a 60	47.310,27	7,0%	46,4%	560.778	6,4%	35,1%
De 61 a 75	70.144,70	10,4%	56,7%	995.522	11,3%	46,4%
De 76 a 90	29.606,65	4,4%	61,1%	426.531	4,8%	51,2%
De 91 a 105	49.427,94	7,3%	68,4%	743.419	8,4%	59,7%

Prazo de Vencimento (em dias)	Valor das parcelas			Quantidade de parcelas		
	R\$ mil	%	% Acum.	#	%	% Acum.
De 106 a 120	22.524,11	3,3%	71,7%	333.474	3,8%	63,5%
De 121 a 150	53.365,34	7,9%	79,6%	832.569	9,4%	72,9%
De 151 a 180	40.180,71	5,9%	85,5%	645.260	7,3%	80,2%
De 181 a 240	45.922,00	6,8%	92,3%	792.350	9,0%	89,2%
De 241 a 300	31.491,33	4,6%	96,9%	580.410	6,6%	95,8%
De 301 a 360	13.577,75	2,0%	98,9%	241.652	2,7%	98,5%
De 361 a 480	6.946,68	1,0%	100,0%	126.762	1,4%	99,9%
Acima de 480	268,69	0,0%	100,0%	4.593	0,1%	100,0%
Total	677.561,91	100,0%		8.821.003	100,0%	

Gráfico 3.2 - Distribuição dos prazos de vencimento das parcelas por volume financeiro e quantidade de contratos (em dias)



3.3 Saldo médio dos contratos de vendas a prazo

Na tabela 3.3 a seguir, apresentamos o saldo médio mensal dos faturamentos sob análise para o período de 35 meses.

Tabela 3.3 - Saldo médio mensal e consolidado

Mês de origem	Valor médio dos contratos (R\$)	Mês de origem	Valor médio dos contratos (R\$)
jan/02	242,61	ago/03	315,78
fev/02	247,29	set/03	316,55
mar/02	248,74	out/03	309,50
abr/02	254,51	nov/03	325,59
mai/02	254,97	dez/03	315,56
jun/02	247,30	jan/04	303,78
jul/02	257,61	fev/04	319,32
ago/02	262,06	mar/04	315,36
set/02	258,73	abr/04	342,70
out/02	284,63	mai/04	339,66
nov/02	297,63	jun/04	351,11
dez/02	307,35	jul/04	340,80
jan/03	327,24	ago/04	333,22
fev/03	308,82	set/04	329,57
mar/03	303,33	out/04	339,51
abr/03	309,72	nov/04	319,49
mai/03	304,74		
jun/03	326,04	Valor médio das operações (R\$)	305,47
jul/03	309,11		

3.4 Distribuição das operações do cartão VERDECARD por faixas de valor

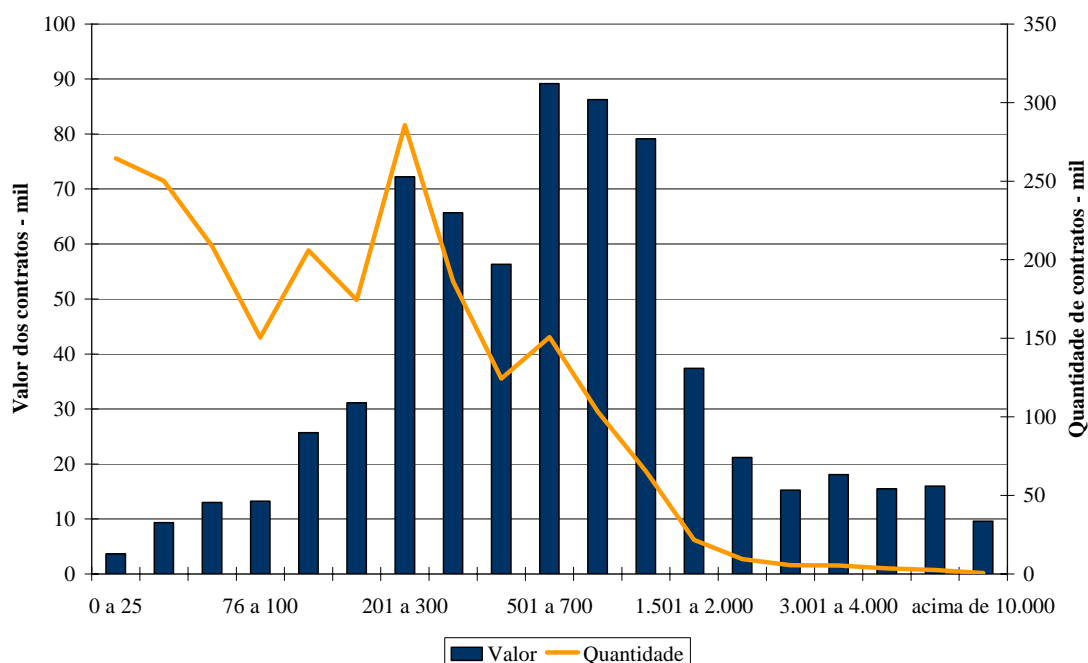
A base de dados de contratos para o período sob análise apresenta um total de 2.218.114 contratos ao longo dos 35 meses. A tabela e o gráfico 3.4 abaixo demonstram a distribuição dos faturamentos por faixa de valor considerando o valor e a quantidade de contratos.

Tabela 3.4 - Distribuição das operações por faixa de valor

Valor do contrato (R\$)	Valor dos contratos			Quantidade dos contratos		
	R\$ mil	%	% Acum.	#	%	% Acum.
Até 50	12.920,41	1,9%	1,9%	514.652	23,2%	23,2%
51 a 100	26.269,11	3,9%	5,8%	359.116	9,4%	39,4%
101 a 150	25.686,83	3,8%	9,6%	205.912	9,3%	48,7%
151 a 200	31.087,79	4,6%	14,2%	174.317	7,9%	56,5%
201 a 300	72.192,64	10,7%	24,8%	285.746	12,9%	69,4%
301 a 400	65.680,29	9,7%	34,5%	186.329	8,4%	77,8%
401 a 500	56.293,86	8,3%	42,8%	124.302	5,6%	83,4%
501 a 700	89.164,01	13,2%	56,0%	150.666	6,8%	90,2%
701 a 1.000	86.253,81	12,7%	68,7%	103.271	4,7%	94,9%
1.001 a 1.500	79.125,68	11,7%	80,4%	65.235	2,9%	97,8%
1.501 a 2.000	37.380,97	5,5%	85,9%	21.681	1,0%	98,8%
2.001 a 2.500	21.192,16	3,1%	89,0%	9.499	0,4%	99,2%
2.501 a 3.000	15.235,41	2,2%	91,3%	5.573	0,3%	99,5%
3.001 a 4.000	18.061,44	2,7%	93,9%	5.306	0,2%	99,7%

Valor do contrato (R\$)	Valor dos contratos			Quantidade dos contratos		
	R\$ mil	%	% Acum.	#	%	% Acum.
4.001 a 5.000	15.461,33	2,3%	96,2%	3.510	0,2%	99,9%
5.001 a 10.000	15.968,40	2,4%	98,6%	2.436	0,1%	100,0%
Acima de 10.000	<u>9.587,77</u>	<u>1,4%</u>	100,0%	<u>563</u>	<u>0,0%</u>	100,0%
Total	<u>677.561,91</u>	<u>100,0%</u>		<u>2.218.114</u>	<u>100,0%</u>	

Gráfico 3.4 - Distribuição do volume dos contratos por faixas de valor (em R\$)



O Anexo I deste relatório apresenta a relação dos 200 maiores faturamentos realizados no período de 35 meses sob análise.

3.5 Indicadores de desempenho

Para fins de mensuração da performance dos recebíveis submetidos à análise, foram definidos em conjunto com o Grupo Estruturador, critérios para a apuração dos percentuais de pontualidade e adimplência das faturas, que representariam indicativos de desempenho.

Elaboramos um *aging-list* em faixas de prazos, conforme apresentado na tabela 3.6 a seguir, demonstrando os volumes de operações vencidas liquidadas antecipadamente, em dia e em atraso, bem como os volumes das operações vencidas e não liquidadas, durante o período de 35 meses sob análise.

Tabela 3.6 - Distribuição dos prazos de liquidações dos faturamentos

	R\$ mil	%	% Acumulado
Operações vencidas e liquidadas			
Antecipadamente	244.323	41,1%	41,1%
No vencimento	106.369	17,9%	59,0%
Com atraso			
1 a 60 dias	229.157	38,6%	97,6%
Acima de 60 dias	9.257	1,6%	99,2%
Subtotal	589.096	99,2%	
Operações vencidas e não liquidadas			
1 a 30 dias	1.815	0,3%	0,3%
31 a 60 dias	533	0,1%	0,4%
61 a 180 dias	804	0,1%	0,5%
Acima de 180 dias	1.667	0,3%	0,8%
Subtotal	<u>4.819</u>	0,8%	0,8%
Total das operações vencidas	<u>593.915</u>	100,0%	100,0%
Operações a vencer	<u>83.647</u>		
Total da base de dados	<u>677.562</u>		

Na tabela 3.7 a seguir, apresentamos a distribuição de prazos dos pagamentos antecipados e realizados com atraso.

Tabela 3.7 - Distribuição das operações liquidadas antecipadamente e em atraso

Faixas de prazo (em dias)	Antecipações			Atrasos		
	Valor (R\$ mil)	%	% Acum.	Valor (R\$ mil)	%	% Acum.
1 - 5	105.991	43,4%	43,4%	106.519	44,7%	44,7%
6 - 10	39.683	16,2%	59,6%	39.985	16,8%	61,5%
11 - 15	17.626	7,2%	66,8%	24.530	10,3%	71,7%
16 - 30	26.714	10,9%	77,8%	42.248	17,7%	89,5%
31 - 60	27.471	11,2%	89,0%	15.875	6,7%	96,1%
61 - 90	10.391	4,3%	93,3%	4.739	2,0%	98,1%
91 - 120	5.747	2,4%	95,6%	1.905	0,8%	98,9%
121 - 150	3.642	1,5%	97,1%	894	0,4%	99,3%
151 - 180	2.35	1,0%	98,1%	502	0,2%	99,5%
Acima de 180	<u>4.702</u>	<u>1,9%</u>	100,0%	<u>1.207</u>	<u>0,5%</u>	100,0%
Total	<u>244.323</u>	<u>100,0%</u>		<u>238.404</u>	<u>100,0%</u>	

3.6 Eventos de liquidação de parcelas

A base de dados do período de 35 meses sob análise, apresenta entre outras informações, as formas de baixa das parcelas no Sistema de controle do cartão VERDECARD. Desta forma, pela leitura do campo “Tipo de baixa”, identificamos quais os eventos que geraram baixa das parcelas no Sistema. Os principais eventos estão apresentados na tabela 3.8 abaixo:

Tabela 3.8 - Formas de baixa de parcelas

Mês	Pagamento		Devolução de mercadorias		Renegociação		Total
jan/02	2.460	80,80%	584	19,20%	1	0,00%	3.045
fev/02	4.655	84,80%	832	15,20%	4	0,10%	5.491
mar/02	7.131	87,80%	973	12,00%	15	0,20%	8.120
abr/02	8.634	89,80%	958	10,00%	22	0,20%	9.614
mai/02	9.988	90,70%	949	8,60%	78	0,70%	11.015
jun/02	10.596	93,50%	692	6,10%	40	0,40%	11.328
jul/02	11.884	92,80%	852	6,70%	66	0,50%	12.802
ago/02	12.383	92,20%	970	7,20%	77	0,60%	13.429
set/02	12.057	93,00%	853	6,60%	52	0,40%	12.962
out/02	13.961	92,60%	1.053	7,00%	67	0,40%	15.080
nov/02	14.617	91,90%	1.220	7,70%	70	0,40%	15.907
dez/02	16.313	80,80%	3.816	18,90%	68	0,30%	20.197
jan/03	14.876	91,10%	1.349	8,30%	97	0,60%	16.321
fev/03	18.382	94,50%	965	5,00%	109	0,60%	19.456
mar/03	16.305	93,80%	988	5,70%	96	0,60%	17.388
abr/03	13.875	92,10%	1.059	7,00%	138	0,90%	15.072
mai/03	14.845	91,00%	1.319	8,10%	151	0,90%	16.314
jun/03	14.391	91,20%	1.256	8,00%	125	0,80%	15.773
jul/03	15.607	91,30%	1.399	8,20%	95	0,60%	17.101
ago/03	15.683	90,60%	1.546	8,90%	90	0,50%	17.318
set/03	16.102	91,60%	1.408	8,00%	77	0,40%	17.588
out/03	16.917	90,50%	1.692	9,10%	88	0,50%	18.697
nov/03	16.645	90,10%	1.751	9,50%	76	0,40%	18.472
dez/03	22.061	90,20%	2.322	9,50%	63	0,30%	24.446
jan/04	19.542	91,70%	1.663	7,80%	112	0,50%	21.318
fev/04	19.024	92,80%	1.386	6,80%	99	0,50%	20.508
mar/04	21.192	92,10%	1.657	7,20%	155	0,70%	23.005
abr/04	21.321	91,50%	1.755	7,50%	218	0,90%	23.294
mai/04	21.964	89,40%	1.944	7,90%	663	2,70%	24.571
jun/04	20.514	89,80%	1.886	8,30%	442	1,90%	22.842
jul/04	20.773	90,80%	1.845	8,10%	260	1,10%	22.878
ago/04	22.894	91,20%	1.987	7,90%	217	0,90%	25.098
set/04	21.864	93,00%	1.501	6,40%	142	0,60%	23.507
out/04	22.519	92,50%	1.822	7,50%	12	0,00%	24.353
nov/04	<u>21.133</u>	<u>91,80%</u>	<u>1.866</u>	<u>8,10%</u>	<u>13</u>	<u>0,10%</u>	<u>23.012</u>
(a) Total	<u>553.110</u>	<u>91,10%</u>	<u>50.119</u>	<u>8,30%</u>	<u>4.095</u>	<u>0,70%</u>	<u>607.324</u>
(b) Total das operações vencidas e liquidadas							<u>589.096</u>
Diferença (a - b) ¹							<u>18.228</u>

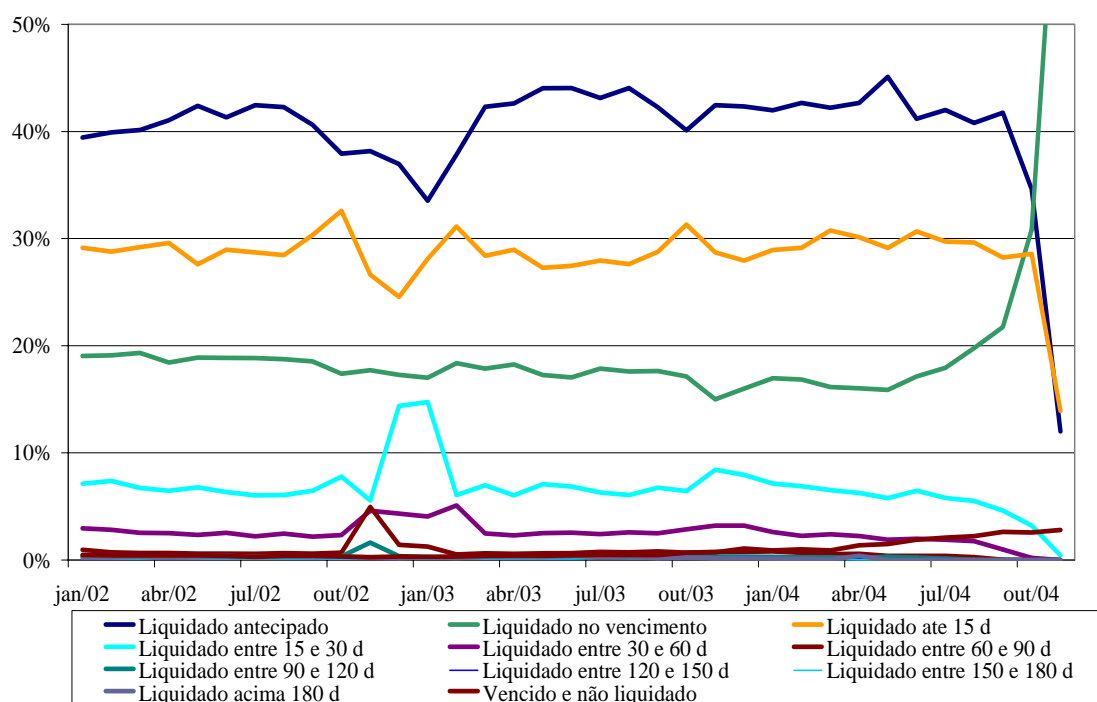
¹ A base de dados disponibilizada pela gerência da área de tecnologia da Quero-Quero S.A. fornece informações referentes aos saldos financeiros liquidados das operações (incluindo multas e encargos). Entretanto, para efeitos de análise da performance da carteira, desconsideramos os encargos e as multas, utilizando apenas os saldos originais das operações.

3.7 Pool estático

Adicionalmente, como parte das informações a serem fornecidas ao Grupo Estruturador a fim de validar as constatações obtidas conforme definido no item 3.5 deste Relatório, foi gerado um “pool estático” de pagamentos, demonstrando o *aging* dos valores a receber referentes a vendas realizadas por meio do VERDECARD, em ciclos trimestrais (trimestre cível), para cada um dos 35 meses de origem sob análise. Esta informação objetiva identificar o comportamento de uma safra de contratos em longo de sua maturação.

Apresentamos no gráfico 3.5 abaixo, uma representação gráfica deste “pool estático” considerando os prazos de liquidação das operações por safra de origem, tendo como data base o mês de novembro de 2004:

Gráfico 3.5 - Representação gráfica do pool estático em novembro de 2004:



Nota-se consistência nos prazos de liquidação das operações durante o período sob análise, exceto para as safras de contratos originadas no período compreendido entre novembro de 2002 e janeiro de 2003. Os clientes destas safras apresentam uma redução nos percentuais de pagamentos antecipados e pagamentos realizados com até 15 dias de atraso, e um incremento nos pagamentos realizados entre 15 e 30 dias de atraso e liquidados entre 60 e 90 dias, em relação aos clientes dos demais períodos de originação sob análise.

No Anexo II são apresentados os dados analíticos do Pool estático para cada uma das safras originadas no período de 35 meses sob análise, considerando os percentuais de pagamento em cada trimestre cível.

4 Descrição dos procedimentos de revisão aplicados

4.1 Base de dados sujeita à análise

A base de dados sujeita à análise nos foi fornecida pela Área de Tecnologia, contemplando todo o faturamento correspondente ao período de 35 meses compreendido entre 1º de janeiro de 2002 e 30 de novembro de 2004, analítico por parcela de contrato.

4.2 Conciliação da base de dados

Com intuito de estabelecer uma base de confiança nas informações analisadas neste relatório, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos dos arquivos fornecidos, com os respectivos saldos contábeis da Cedente.

Apresentamos abaixo o resultado da aplicação desses procedimentos, incluindo as representações fornecidas pela gerência da Quero-Quero, que foram submetidas a procedimentos de verificação da documentação suporte com o propósito de averiguar sua razoabilidade.

Para fins deste exercício, confrontamos o faturamento de determinados meses, selecionados aleatoriamente entre os 35 meses sob análise, a fim de proceder à conciliação do montante total de faturamento conforme a base de dados *versus* o saldo contábil de faturamento:

Tabela 4.1 - Conciliação do faturamento mensal

Período de referência	R\$				Diferença %
	Valor das parcelas	Valor presente do contrato	Saldo contábil	Diferença	
Out/2002	17.682.632	16.500.352	16.448.342	52.010	0,3%
Nov/2002	18.539.062	17.312.925	17.355.858	42.933	0,2%
Ago/2003	20.172.438	18.749.325	18.693.198	56.127	0,3%
Set/2003	18.421.196	17.087.108	17.059.987	27.121	0,2%
Out/2004	25.024.511	22.893.752	22.650.486	243.266	1,1%
Nov/2004	24.955.426	23.163.035	22.858.606	304.429	1,3%

O valor das parcelas corresponde ao somatório do valor de face das mesmas, incluídos os juros de financiamento. O valor presente do contrato corresponde ao valor presente do financiamento.

A diferença apresentada, de acordo com informações fornecidas pela gerência da Cedente, corresponde a operações de “Venda programada”, que refere-se a vendas parceladas a clientes, em que estes pagam mensalmente determinado valor pré-estabelecido. Quando o total dos pagamentos atinge um percentual significativo sobre o valor total da venda, a Quero-Quero entrega o produto e contabiliza efetivamente a venda.

4.3 Conclusão

A aplicação dos procedimentos descritos nessa seção objetivou estabelecer uma base de confiança na qualidade das informações processadas. O resultado desses procedimentos indicou a existência de certas divergências, que foram consideradas imateriais na avaliação do Grupo Estruturador, no contexto da avaliação do perfil da carteira e seu desempenho no período sob análise.

5 Descrição do processo de crédito e cobrança

5.1 Processo de crédito e cobrança

Para atingir o objetivo descrito no item 2 deste relatório, no que se refere à avaliação dos controles que envolvem a estrutura de crédito e cobrança da Lojas Quero-Quero S.A., executamos uma revisão da estrutura de concessão e monitoramento de créditos. Tais informações foram obtidas por indagação à Gerência da Quero-Quero e conforme informações contidas nos manuais de crédito e cobrança da Cedente, sendo testadas quanto à sua eficácia por meio de procedimentos de avaliações com base em amostragem.

5.2 Estrutura de crédito

A estrutura de crédito e cobrança da Quero-Quero atua a partir descentralizada na rede de lojas, composta por um Gerente responsável, Vendedores, Estoquista e um Coordenador Administrativo com as atribuições de realizar os processos de crédito e cobrança.

5.3 Cadastramento de clientes

Para cadastramento da proposta de adesão ao cartão VERDECARD é solicitada apresentação da seguinte documentação:

- Documentos de Identificação, como CPF, Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, Carteira do Conselho de Classe;
- Comprovantes de residência e confirmações: escritura quanto à propriedade de imóvel, Contrato de Locação, Carnê de Pagamento do Financiamento, Conta de Água, Luz, carnê do IPTU, IPTR, Telefone, CPV (Certificado de Propriedade de Veículo), correspondências postadas por lojas conhecidas; e
- Dados Econômicos: Comprovantes: CTPS (carteira de trabalho), Contra-Cheque, Carteira do Conselho de Classe, Carnê e Cartão de Benefícios (especial atenção aos de benefícios, pois alguns são apenas transitórios), Declaração do Imposto de Renda, Bloco de Produtor Rural, Recibo de Pagamento a Autônomos, Conhecimento de Frete, entre outros.

Para confirmação dos dados, é contatada a empregadora, solicitando o tempo de serviço, salário, cargo e estabilidade, quando isso não for possível através da CTPS.

Para Profissional Liberal é solicitada Declaração do Imposto de Renda com carimbo de protocolo do recebimento ou notificação via correio, contracheque (quando assalariado) ou recibo de pró-labore.

De acordo com a política de crédito, todas as rendas consideradas na análise de crédito devem sempre ser comprovadas, (através de contracheque ou confirmação junto à empresa). Adicionalmente outros itens da ficha cadastral também são conferidos:

- Telefone próprio: conferidos dados no guia telefônico.
- Pessoas Conhecidas: informações de pessoas (parente e amigo) confiáveis (com telefone e endereço completo).
- Patrimônio:
 - Consórcios - Veículos, Imóveis e eletrodomésticos. Consórcios não contemplados são considerados como poupança do cliente; contemplados/alienados em consórcio, são considerados como dívida.
 - Veículos - Carro ou Motocicleta.
 - Imóveis - Casa e Terreno.
 - Seguros - Vida e Residencial.
 - Cartão de Crédito - indica que o cliente foi avaliado positivamente e teve crédito concedido por outras lojas ou instituições financeiras.

Cliente Novo

Em todos os cadastros novos, a loja fará a consulta de Crédito ao SPC, bem como de Cheques sem Fundo ao SERASA, registrando o resultado das pesquisas na Tela de Observações. Os Analistas da Central de Análise efetuam a consulta SERASA completa (CCF, Protestos, Pendências Financeiras, Participação em Falências) em todos os clientes cujo limite total for superior a R\$ 800,00 ou que representem maior risco, sendo que este último item depende da avaliação do Analista da Central de Crédito.

Uma vez definido o limite do cliente, este poderá efetuar compras sem a necessidade de pagar entrada, seguindo o conceito de Cartão de Crédito.

5.4 Limite de crédito

Após a análise final e a aprovação de crédito do cliente, efetuadas através de pesquisas e confirmações junto ao mesmo, o limite é determinado a partir de uma parametrização da Verdecard por loja. Neste processo, é informado o “fator multiplicação”, pelo qual a pontuação Credit Score é multiplicada (fator máximo é igual a 15). Este fator é ajustado de acordo com o risco da praça, conforme seu histórico de inadimplência. O cálculo do limite é feito automaticamente pelo sistema.

O sistema trava a venda quando o valor da mesma é superior ao limite do cliente ou quando o mesmo tiver alguma restrição ou impedimento. Nestes casos, o sistema permite a liberação somente com a Senha do Coordenador Administrativo ou Gerente da própria loja.

De acordo com informações da gerência das Lojas Quero-Quero, só o gerente da loja ou o coordenador administrativo podem autorizar a venda fora do limite, em um percentual que varia entre 10 e 30% superior ao limite estabelecido pelo Sistema, dependendo de uma parametrização da Verdecard por loja, que varia conforme o risco da praça. O limite máximo gerado pelo Sistema é de R\$ 7,5 mil.

O limite pode ser Provisório ou Definitivo. O Limite Provisório é gerado pela LOJA para clientes novos ou onde tenha ocorrido a atualização dos dados cadastrais, sendo que o limite anterior era provisório.

O Limite Definitivo é gerado pela Central de Análise de Serviços Financeiros, após a confirmação dos dados cadastrais e aprovação final do Cartão. O Limite Definitivo somente é reajustado em caso de alteração da renda equivalente a 50%.

A partir de uma média de 90 a 120 dias, o sistema solicita automaticamente a atualização das informações cadastrais do cliente.

Rotina de entrega do cartão VERDECARD

A Central de Análise de Serviços Financeiros definirá o limite para o cliente e a empresa INTELCAV, terceirizada, se encarregará de confeccionar o cartão e enviá-lo para o cliente. Cada cliente receberá seu cartão com a informação do seu limite total, e após o recebimento, o cliente precisa contatar a loja conveniada Quero-Quero ou a Administradora do cartão, via 0800, para efetuar o desbloqueio do cartão.

De acordo com informações da gerência de crédito e cobrança, aproximadamente 20% das propostas de adesão são recusadas, e cerca de 10 a 12 mil novos cartões são emitidos por mês.

Documentação retida referente a análise de crédito

Para fins de suporte sobre os procedimentos de concessão de limites e originação do crédito, são retidas as seguintes documentações:

- Impressão da Tela do Sistema;
- Contrato de adesão assinado;
- Nota fiscal de venda;
- Comprovante de entrega de mercadoria. No caso de entrega em domicílio, a assinatura do canhoto de venda pode ser efetuada por terceiros.

Cada loja possui arquivo próprio com os contratos originados pelas mesmas.

5.5 Procedimentos de cobrança de créditos em atraso

A estrutura de cobrança da Quero-Quero utiliza-se essencialmente da estrutura das lojas através do Coordenador Administrativo, que mediante identificação de atraso no pagamento de parcelas utilizada as seguintes atividades de cobrança:

Período	Atividade
<ul style="list-style-type: none">• 5 a 15 dias• 7 dias	Bloqueio para novas compras Notificação de atraso por carta emitida por terceiro (EBTC)
<ul style="list-style-type: none">• 9 a 10 dias• 20 a 22 dias	Cobrança via telefone Emissão de carta com notificação de inclusão no SPC
<ul style="list-style-type: none">• 25 a 30 dias• 30 a 32 dias	Visita na residência do cliente para discutir a renegociação ou devolução de mercadorias Inclusão no SPC

Período

- 65 a 70 dias
processo de cobrança judicial
- 70 a 75 dias
 - 90 dias

Atividade

- Emissão de carta com notificação de
- Registro no SERASA
- Protesto do cliente

Os prazos apresentados acima, podem variar em função do histórico de performance de cada filial, sendo esta definição de prazos a serem utilizados por cada filial centralizado na Administração da Quero-Quero. Somente o processo de emissão de correspondência é feito por terceiros, sendo a relação de clientes a serem notificados, extraída através de parâmetros estabelecidos no Sistema.

Caso o cliente permaneça em atraso por prazo superior a 45 dias, uma nova avaliação de crédito é feita, na qual o sistema bloqueia a venda para que o Coordenador Administrativo verifique os motivos do atraso do cliente, podendo ser determinado um novo limite de crédito.

Para as operações em atraso, o sistema corrige o valor da parcela a uma taxa de 8% ao mês, a partir do terceiro dia de atraso, no entanto, a loja possui autonomia para negociar desconto sobre o valor dos juros com o cliente, até a não cobrança do mesmo (em cada loja é efetuada uma parametrização por nível de função, sendo que somente o Gerente tem autonomia total de negociação). A partir de 60 dias de atraso, o acréscimo de juros de mora de 9% ao mês para vencimentos superiores a 60 dias.

Para pagamentos antecipados que ocorrerem até 2 dias antes do vencimento, é calculado em desconto de 2% ao mês, ou 0,07% ao dia.

Nos casos onde não existe mais a possibilidade de acerto amigável com o cliente inadimplente, e avaliando o valor do saldo devedor do mesmo, a loja pode optar pela Cobrança Judicial, através de processo de busca e apreensão. Este procedimento é adotado basicamente para venda de eletro-eletrônicos, pois possuem valor de revenda.

6 Descrição do ambiente de tecnologia

Realizamos a revisão dos controles do ambiente de informática e interface das informações do sistema que suportam as operações do Cartão VERDECARD, com os seguintes principais objetivos:

- Verificação dos controles de desenvolvimento/manutenção de sistemas e aplicativos relacionados aos módulos de clientes e cobrança;
- Descrição dos controles de acesso lógico aos aplicativos e ao ambiente de TI;
- Verificação de controles relacionados à segregação de ambientes de desenvolvimento e produção;
- Monitoração das operações computacionais que suportam os sistemas;
- Identificação dos procedimentos adotados quanto à continuidade dos negócios;
- Instalações físicas dos equipamentos que suportam os sistemas; e
- Interfaces das operações “Cartão Quero-Quero”.

A seguir, apresentamos o resultado de nossas análises:

6.1 Descrição do ambiente de tecnologia

A Quero-Quero possui uma estrutura de TI composta aproximadamente por 28 funcionários organizado em um departamento de tecnologia, subordinado ao Gerente de TI e ao Gerente Administrativo/Financeiro;

A Empresa possui três servidores para processamento das informações de Cartão VERDECARD. Nas lojas o ambiente é composto basicamente por um servidor.

O sistema gerencial principal da Empresa, em Lojas, é desenvolvido internamente em FlagShip/xHarbour, utilizando o Gerenciador de Banco de Dados DB2. Na Matriz o desenvolvimento é feito usando-se VisualAge. Os principais módulos/aplicativos são:

- Cadastro de clientes: Lojas, Web e conveniadas, geração de limite e concessão de Crédito (CreditScore) e fila de análise;
- Integração sistema legado com o TotalBanco;
- Compras de mercadorias;
- Venda;
- Promoções de Venda; e.
- Entre outros.

O acesso aos aplicativos é controlado pelo Sistema de Segurança, do próprio aplicativo.

6.2 Metodologia e padrão de desenvolvimento de sistemas

A área de desenvolvimento de sistemas da Quero-Quero conta com aproximadamente 8 analistas sob responsabilidade da gerência de TI.

Os analistas são responsáveis por atuar como analistas de negócio, definindo os processos com os usuários.

A Empresa desenvolveu uma metodologia denominada “Metodologia de Modelagem e Documentação de Sistemas Lojas Quero-Quero S.A.”que prevê:

1. Estudo Preliminar do projeto

- 1.1 Definir as considerações iniciais do projeto, conforme modelo de documento de apresentação e nomear a equipe;
 - 1.1.1 Gestor do Projeto;
 - 1.1.2 Equipe usuária;
 - 1.1.3 Coordenador do projeto;
- 1.2 Detalhar requisitos funcionais;
 - 1.2.1 Definir os objetivos do projeto;
 - 1.2.2 Definir os requisitos funcionais;
- 1.3 Relatar a expectativa dos prazos;
- 1.4 Organizar informações;
- 1.5 Validar o estudo preliminar

2. Projeto lógico;

- 2.1 Revisar cronograma de atividades e Mapeamento Mental com o uso do software MindManager;
- 2.2 Elaborar dicionário de dados;
- 2.3 Elaborar Diagramas;

3. Projeto Físico;

- 3.1 Revisar cronograma de atividades e mapeamento mental;
- 3.2 Descrever a lógica dos processos;
- 3.3 Esboçar documentos de entrada e saída;
- 3.4 Elaborar o modelo de dados;
- 3.5 Definir arquivos físicos e métodos de acesso;

4. Projeto de implantação;

- 4.1 Revisar cronograma de atividades e mapeamento mental;
- 4.2 Testar integralmente o sistema;
- 4.3 Disponibilizar sistema para o usuário.

6.3 Gerência de mudanças - Desenvolvimento e manutenção de sistemas

A Empresa implementou uma metodologia de desenvolvimento, onde abrange também gerência de mudança, sendo adotado um procedimento formal de gerência de mudanças.

As solicitações são encaminhadas pelos usuários aos analistas de sistemas/negócio, por meio do formulário de Solicitação a TI que deve conter:

- Tipo da Solicitação;
- Expectativa de conclusão;
- Detalhamento da solicitação;
- Benefícios /retorno da requisição; e
- Usuário Solicitante e Gerência da Célula.

Além de ter a aprovação do usuário solicitante no final do projeto e do gerente da célula em todas as solicitações, no caso de pequenos ajustes, a mesma fica registrada também em um formulário denominado “Requisição de manutenção de Software (RMS)” para encaminhamento ao desenvolvimento. Este formulário contém os seguintes campos:

- Data da Requisição;
- Célula Proponente;
- Nome do Projeto;
- Prioridade do Proponente;
- Descrição detalhada da Requisição;
- Benefício/Retorno obtido com a Requisição; e
- Problemas hoje enfrentados.

Após o desenvolvimento dos programas, os analistas realizam os testes de validação, havendo necessariamente o envolvimento do usuário para homologação e aceite das novas versões.

6.4 Segurança da informação

Política de segurança da informação

A Empresa não possui uma política de segurança formal documentada e distribuída para todos os funcionários.

Acesso à rede e aplicações

O acesso dos usuários a rede é liberado por meio de solicitação feita pelo administrativo para área de TI.

O acesso à rede é controlado pelo sistema operacional Linux onde não estão configuradas as políticas de senha, mas estão configuradas algumas políticas de auditoria do sistema, como por exemplo Logon e Logoff. O acesso aos aplicativos é controlado pelo Sistema de Segurança do aplicativo onde é definido o perfil de acesso.

Controles de acesso à Internet

A empresa possui uma política de não liberar o acesso à internet para todos os seus funcionários. Para os funcionários que possuem acesso a internet é bloqueado o acesso a todos os sites, sendo apenas liberado acesso a sites definidos como sites de conteúdo profissional e avaliado pela área de TI.

6.5 Continuidade dos negócios

Plano de contingência

A Empresa não possui um plano de Continuidade dos negócios formal que documente centralizadamente os procedimentos a serem adotados para o restabelecimento do ambiente de Tecnologia da Informação e dos processos de negócio da Empresa na ocorrência de um sinistro que paralise as operações, mas possui um site de contingência onde é replicada todas as informações de clientes e de faturamentos das lojas.

Testes de recuperação dos backups

A Empresa adota um procedimento periódico de testes de recuperação dos backups.

Instalações do site de contingência

E empresa possui um site de contingência localizado no prédio da VERDECARD, onde são replicadas todas as informações sobre cliente e faturamento das lojas.

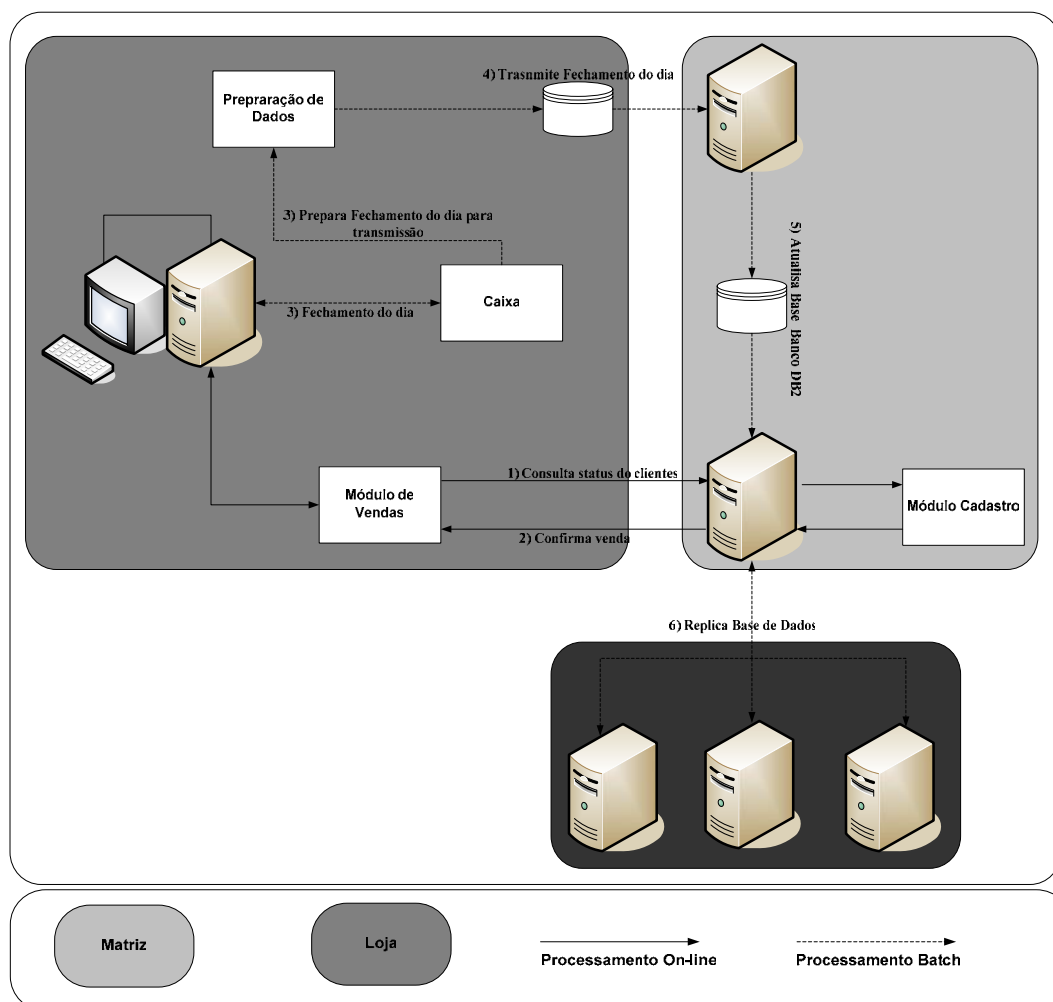
Verificamos que nas instalações do site de contingência possuem os seguintes equipamentos:

- Câmera para monitoramento de entrada e saída;
- 2 ares-condicionados;
- Controle de temperatura;
- Detector de fumaça; e
- Controle de presença.

6.6 Interface das operações

Todas as 104 lojas da rede são integradas quanto ao cadastramento e utilização do sistema de controle de cartões VERDECARD.

Cartão Quero-Quero



Descrição dos procedimentos

1. O vendedor registra a venda no caixa da loja, e automaticamente é feita uma consulta do status do cliente na matriz (Inadimplência, Limite);
2. Feita à consulta do cliente na matriz é enviado a resposta de confirmação da venda para a loja;
3. Ao final do dia é feito o fechamento do caixa e preparado à base de dados contendo todo o movimento da loja, para transmissão para matriz, por meio de um arquivo.txt;
4. Feito o fechamento, no período da noite é feita por meio de processamento batch pelos operadores da matriz a importação da base de dados contendo as movimentações da loja;
5. Importado a base de dados, é feita a atualização da base na matriz, cadastro de clientes; e
6. Todas as informações são replicadas para um ambiente de contingência.



Quero-Quero S.A.
*Relatório de revisão especial
da carteira de recebíveis*

Anexos

Anexo I

Relação do volume dos 200 maiores contratos - Período de 35 meses

#	Código do Contrato	Código do Cliente	Valor do Contrato (R\$)
1	1903000069	1900677230	122.826,00
2	5303000165	1901002946	101.573,70
3	304000344	1900039879	88.837,20
4	204000006	1901109000	88.552,60
5	4004000095	1900591506	86.362,00
6	204000002	1901105479	74.442,26
7	2204208464	1900708473	69.805,00
8	302000036	1900731641	68.887,20
9	1004201076	1900368682	68.024,42
10	104000154	1901021230	51.922,00
11	2503206031	1901019094	50.321,30
12	4903205840	1900843673	46.000,00
13	2503207289	1900643235	45.787,80
14	2804200790	1901058053	44.521,13
15	4004000098	1900591506	44.071,00
16	803000014	1900882324	42.710,00
17	8003000017	1900422684	39.154,10
18	8803000539	1900826984	35.971,80
19	3904000265	1901143608	34.100,00
20	2003000036	1900882923	34.038,20
21	2003000552	1900197175	33.592,90
22	302001508	1900378910	32.983,75
23	2503203101	1900421908	32.918,00
24	8804000073	1900714369	31.992,00
25	2504206250	1901133977	31.875,70
26	2303000823	1900313566	31.745,80
27	4904000113	1901083084	31.597,00
28	7304000159	1900937588	31.000,00
29	2303000804	1900313566	30.685,80
30	302000028	1900731641	30.647,80
31	2303212425	1901007652	30.356,00
32	7504205265	1900470111	29.972,80
33	104000066	1900437517	29.830,00
34	3803208699	1901025151	29.808,60
35	2504205706	1901130641	29.446,56
36	102000020	1900734272	27.915,80
37	2204204524	1901094038	27.886,05
38	5303000167	1901002944	27.655,00
39	904203898	1900584864	27.503,81
40	204000005	1901105009	27.240,00
41	2003201296	1900892860	27.110,40
42	402000221	1900835156	27.046,60
43	302000189	1900710734	26.936,00
44	302000190	1900710734	26.936,00
45	8803000106	1900823405	26.854,50
46	1003201727	1900367357	26.586,40
47	102000146	1900437517	26.522,00
48	302000077	1900731641	26.514,10
49	7504203618	1900863347	26.455,97
50	5004204906	1900814085	26.192,00
51	504201769	1900511982	26.150,44
52	1803202222	1900286066	26.150,00
53	602000928	1900565802	26.040,00
54	202001351	1900322874	25.960,00
55	7504204710	1901144702	25.478,69
56	2103001996	1900021524	25.300,00
57	402000205	1900835156	25.110,60

Anexo I

Relação do volume dos 200 maiores contratos - Período de 35 meses

#	Código do Contrato	Código do Cliente	Valor do Contrato (R\$)
58	802000221	1900714369	24.852,00
59	3104200233	1900197149	24.834,00
60	1604000557	1900395402	24.447,30
61	1403000076	1900284421	24.400,00
62	202208312	1900325184	24.165,03
63	4904000043	1900796695	24.140,00
64	902000317	1900293295	24.100,80
65	5304206916	1901146994	23.972,00
66	9204000211	1900610453	23.957,62
67	402000640	1900367029	23.950,00
68	2304001033	1900316539	23.800,00
69	8804000005	1900721065	23.794,92
70	102000490	1900827215	23.106,99
71	4004000097	1900591506	23.095,00
72	704204484	1900403696	23.063,67
73	3704202760	1900180957	23.028,00
74	502000731	1900677410	23.009,57
75	8503000063	1900677410	23.009,50
76	2503201318	1900282376	23.000,00
77	2103001815	1900793836	22.964,90
78	4004000096	1900591506	22.831,00
79	302000048	1900731641	22.714,40
80	2003000383	1900599257	22.665,00
81	7203000826	1900541324	22.654,00
82	8804000097	1900826984	22.617,00
83	602000403	1900736933	22.589,90
84	8603204467	1900928531	22.450,00
85	2504200425	1900643235	22.291,00
86	4403000868	1901009954	22.194,00
87	102000141	1900314045	22.090,13
88	4903202311	1900937546	22.000,00
89	602000038	1900397349	22.000,00
90	602000088	1900397349	22.000,00
91	2304000668	1900316581	21.945,00
92	8804000034	1900721065	21.914,96
93	8503000342	1900677410	21.653,90
94	104000143	1901115708	21.402,64
95	904202039	1900712860	21.400,00
96	2504201177	1900643235	21.400,00
97	102000028	1900738776	21.002,50
98	102000029	1900740290	21.002,50
99	302000032	1900731641	21.002,50
100	302000033	1900731641	21.002,50
101	1704000346	1900741227	20.715,00
102	104000272	1900952644	20.486,56
103	2304207296	1900318473	20.454,52
104	7703208194	1900527872	20.280,90
105	103000016	1900437517	20.240,00
106	4904000084	1901083084	20.199,98
107	1403000133	1900498207	20.197,80
108	1103000614	1901002874	20.185,60
109	2404000411	1900174444	20.185,00
110	302001501	1900313602	19.995,50
111	8903200966	1900912597	19.989,00
112	1504203827	1900533106	19.900,00
113	3704205930	1900538972	19.754,95
114	7203211596	1900280165	19.732,10

Anexo I

Relação do volume dos 200 maiores contratos - Período de 35 meses

#	Código do Contrato	Código do Cliente	Valor do Contrato (R\$)
115	502000207	1900676258	19.600,00
116	502000222	1900676258	19.600,00
117	7503000316	1900473083	19.578,00
118	4204202197	1900562160	19.510,00
119	402201499	1900741909	19.481,03
120	2103001925	1900793836	19.457,00
121	502000002	1900661098	19.450,00
122	303000300	1900563342	19.387,90
123	303000406	1900563342	19.387,80
124	7503000107	1900473083	19.250,00
125	5303000166	1901002945	19.193,80
126	7504000023	1900473083	19.190,00
127	2504202638	1900643235	19.000,00
128	4903205993	1901022168	19.000,00
129	502200793	1900735279	18.975,00
130	4404000577	1900087801	18.891,00
131	2404000183	1900174444	18.861,73
132	3903000212	1900308038	18.860,40
133	3904000093	1900583563	18.850,00
134	3904000107	1900583563	18.850,00
135	5604000268	1900626771	18.850,00
136	3903000198	1900504794	18.824,80
137	9203000290	1900101289	18.820,20
138	8803000008	1900721065	18.816,10
139	2503206026	1901019094	18.798,70
140	802000822	1900842226	18.767,16
141	2304201659	1900314965	18.700,00
142	803000123	1900882324	18.660,00
143	7204213999	1900332477	18.650,00
144	2003000173	1900882923	18.620,60
145	2704000093	1901094769	18.372,00
146	8403000179	1900673951	18.351,40
147	2904201034	1900167643	18.350,00
148	5004200319	1900659770	18.272,15
149	702201713	1900741859	18.230,96
150	902000156	1900482400	18.153,28
151	9804200392	1901056981	18.023,93
152	802000815	1900477598	18.019,27
153	502202555	1900630401	18.000,00
154	1003201728	1900367357	17.998,50
155	7204207936	1901094650	17.965,70
156	2504206286	1900279020	17.959,00
157	204000004	1900735738	17.952,00
158	1303214348	1900296256	17.899,90
159	1504202859	1900360115	17.809,00
160	204000003	1900735738	17.730,50
161	4804000033	1900218837	17.704,50
162	402211327	1900123138	17.694,00
163	102000160	1900437517	17.654,00
164	2503204999	1900277052	17.492,80
165	2503205005	1900277052	17.492,80
166	5604202884	1900344718	17.470,00
167	4804000045	1900218837	17.434,50
168	2104202133	1900030430	17.430,93
169	102000165	1900314045	17.413,13
170	2304201792	1900046695	17.314,00
171	5103000272	1900087801	17.309,50

Anexo I

Relação do volume dos 200 maiores contratos - Período de 35 meses

#	Código do Contrato	Código do Cliente	Valor do Contrato (R\$)
172	3903000178	1900308038	17.307,00
173	1003000056	1900481424	17.279,00
174	7204211331	1901122595	17.229,00
175	7303000087	1900937588	17.202,80
176	2504000139	1900283501	17.141,70
177	702207113	1900374507	17.130,80
178	6204200459	1901055989	17.090,50
179	7303000086	1900937588	17.064,20
180	602000607	1900284421	17.010,70
181	802000804	1900351645	17.006,34
182	5603205309	1900583319	17.000,00
183	2303217763	1900315038	16.990,70
184	2103000036	1900523569	16.937,60
185	302000036	1900638211	16.926,00
186	402000008	1900197833	16.920,00
187	1104000007	1901143732	16.900,09
188	502205223	1900470030	16.752,10
189	502203198	1900283728	16.650,00
190	8504000211	1900676258	16.609,70
191	5604202994	1901107422	16.422,50
192	304000667	1900039879	16.366,00
193	402202191	1900735214	16.330,00
194	1503213267	1900358192	16.275,00
195	8803000098	1900721065	16.265,00
196	1603207965	1900398667	16.245,70
197	7504201948	1900764984	16.203,31
198	002201507	1900543254	16.200,40
199	304000691	1900391828	16.000,00
200	304000692	1900391828	16.000,00
Total dos 200 maiores contratos			<u>5.092.571,03</u>
Total dos demais contratos			<u>672.469.338,23</u>
Total da carteira sob análise			<u>677.561.909,26</u>



Quero-Quero S.A.

Relatório de revisão especial
da carteira de recebíveis
em 30 de novembro de 2004

Anexo II

Performance das Safras - Período de 35 meses

Safra Jan/02

	abr/02	jul/02	out/02	jan/03	abr/03	jul/03	out/03	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,08%	0,06%	0,03%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 31 a 60 dias	0,07%	0,07%	0,04%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 61 a 180 dias	0,03%	0,21%	0,22%	0,14%	0,06%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,13%	0,31%	0,41%	0,47%	0,48%	0,48%	0,48%	0,48%	0,48%	0,48%
Liquidado em atraso	38,43%	40,59%	40,92%	41,06%	41,08%	41,08%	41,07%	41,06%	41,06%	41,06%	41,06%	41,06%
Liquidado no vencimento	23,81%	20,51%	19,53%	19,13%	19,06%	19,05%	19,05%	19,04%	19,04%	19,04%	19,04%	19,04%
Liquidado antecipado	37,59%	38,56%	39,12%	39,34%	39,39%	39,39%	39,40%	39,42%	39,42%	39,42%	39,42%	39,42%
Liquidado total	99,83%	99,66%	99,57%	99,53%	99,52%	99,52%	99,52%	99,52%	99,52%	99,52%	99,52%	99,52%

Safra Fev/02

	abr/02	jul/02	out/02	jan/03	abr/03	jul/03	out/03	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,10%	0,06%	0,03%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 31 a 60 dias	0,05%	0,06%	0,04%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%	0,16%	0,21%	0,15%	0,08%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,09%	0,25%	0,36%	0,42%	0,44%	0,44%	0,44%	0,44%	0,44%	0,44%
Liquidado em atraso	36,05%	39,55%	40,26%	40,49%	40,52%	40,52%	40,53%	40,53%	40,53%	40,53%	40,53%	40,53%
Liquidado no vencimento	26,68%	20,98%	19,77%	19,23%	19,12%	19,12%	19,11%	19,11%	19,11%	19,11%	19,11%	19,11%
Liquidado antecipado	37,13%	39,19%	39,59%	39,85%	39,92%	39,92%	39,92%	39,92%	39,92%	39,92%	39,92%	39,92%
Liquidado total	99,86%	99,72%	99,62%	99,57%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%

Safra Mar/02

	abr/02	jul/02	out/02	jan/03	abr/03	jul/03	out/03	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,06%	0,07%	0,04%	0,03%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 31 a 60 dias	0,00%	0,06%	0,05%	0,03%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%	0,08%	0,20%	0,17%	0,11%	0,04%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,03%	0,17%	0,30%	0,39%	0,42%	0,43%	0,43%	0,43%	0,43%	0,43%
Liquidado em atraso	32,36%	38,78%	39,70%	40,07%	40,11%	40,12%	40,12%	40,11%	40,11%	40,11%	40,11%	40,11%
Liquidado no vencimento	35,37%	22,15%	20,28%	19,47%	19,33%	19,32%	19,32%	19,32%	19,32%	19,32%	19,32%	19,32%
Liquidado antecipado	32,21%	38,86%	39,70%	40,07%	40,14%	40,13%	40,14%	40,14%	40,14%	40,14%	40,14%	40,14%
Liquidado total	99,94%	99,79%	99,68%	99,61%	99,58%	99,57%	99,57%	99,57%	99,57%	99,57%	99,57%	99,57%

Safra Abr/02

	jul/02	out/02	jan/03	abr/03	jul/03	out/03	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,07%	0,05%	0,04%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 31 a 60 dias	0,06%	0,05%	0,04%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 61 a 180 dias	0,04%	0,19%	0,18%	0,14%	0,05%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,13%	0,26%	0,38%	0,43%	0,43%	0,43%	0,43%	0,43%	0,43%
Liquidado em atraso	37,68%	39,39%	39,92%	40,07%	40,08%	40,09%	40,09%	40,09%	40,09%	40,09%	40,09%
Liquidado no vencimento	22,87%	19,85%	18,79%	18,51%	18,43%	18,43%	18,43%	18,43%	18,43%	18,43%	18,43%
Liquidado antecipado	39,27%	40,47%	40,90%	41,05%	41,05%	41,05%	41,05%	41,05%	41,05%	41,05%	41,05%
Liquidado total	99,82%	99,71%	99,61%	99,57%	99,57%	99,57%	99,57%	99,57%	99,57%	99,57%	99,57%

Safra Mai/02

	jul/02	out/02	jan/03	abr/03	jul/03	out/03	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,08%	0,06%	0,04%	0,02%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 31 a 60 dias	0,05%	0,06%	0,03%	0,02%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%	0,14%	0,20%	0,15%	0,09%	0,04%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,08%	0,22%	0,33%	0,40%	0,44%	0,45%	0,45%	0,45%	0,45%
Liquidado em atraso	34,93%	37,33%	38,09%	38,33%	38,27%	38,25%	38,25%	38,25%	38,25%	38,25%	38,25%
Liquidado no vencimento	26,73%	21,18%	19,76%	19,22%	18,99%	18,91%	18,91%	18,91%	18,91%	18,91%	18,91%
Liquidado antecipado	38,21%	41,24%	41,80%	42,04%	42,30%	42,39%	42,40%	42,40%	42,40%	42,40%	42,40%
Liquidado total	99,88%	99,75%	99,65%	99,59%	99,56%	99,55%	99,55%	99,55%	99,55%	99,55%	99,55%

Safra Jun/02

	jul/02	out/02	jan/03	abr/03	jul/03	out/03	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,03%	0,05%	0,03%	0,02%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 31 a 60 dias	0,00%	0,05%	0,03%	0,02%	0,08%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%	0,06%	0,16%	0,12%	0,07%	0,10%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,02%	0,12%	0,22%	0,27%	0,37%	0,38%	0,38%	0,38%	0,38%
Liquidado em atraso	31,37%	37,39%	38,90%	39,38%	39,42%	39,43%	39,43%	39,43%	39,43%	39,43%	39,43%
Liquidado no vencimento	33,35%	21,71%	19,74%	19,15%	18,94%	18,87%	18,87%	18,87%	18,87%	18,87%	18,87%
Liquidado antecipado	35,25%	40,75%	41,13%	41,19%	41,27%	41,31%	41,32%	41,32%	41,32%	41,32%	41,32%
Liquidado total	99,97%	99,85%	99,77%	99,72%	99,63%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%



Quero-Quero S.A.

Relatório de revisão especial
da carteira de recebíveis
em 30 de novembro de 2004

Anexo II

Performance das Safras - Período de 35 meses

Safra Jul/02

	out/02	jan/03	abr/03	jul/03	out/03	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,05%	0,04%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 31 a 60 dias	0,04%	0,04%	0,03%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 61 a 180 dias	0,02%	0,13%	0,14%	0,09%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,01%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,08%	0,19%	0,26%	0,28%	0,28%	0,28%	0,28%	0,28%
Liquidado em atraso	34,81%	37,42%	38,24%	38,39%	38,40%	38,40%	38,41%	38,41%	38,41%	38,41%
Liquidado no vencimento	23,09%	20,00%	19,12%	18,89%	18,85%	18,85%	18,84%	18,84%	18,84%	18,84%
Liquidado antecipado	41,99%	42,37%	42,38%	42,45%	42,47%	42,47%	42,47%	42,46%	42,46%	42,46%
Liquidado total	99,89%	99,80%	99,73%	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%	99,71%	99,70%	99,70%

Safra Ago/02

	out/02	jan/03	abr/03	jul/03	out/03	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,04%	0,06%	0,03%	0,01%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 31 a 60 dias	0,02%	0,05%	0,04%	0,02%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%	0,09%	0,19%	0,14%	0,08%	0,04%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,04%	0,17%	0,28%	0,34%	0,38%	0,38%	0,38%	0,38%
Liquidado em atraso	33,90%	37,46%	38,43%	38,63%	38,62%	38,61%	38,60%	38,60%	38,60%	38,60%
Liquidado no vencimento	26,16%	20,58%	19,43%	18,94%	18,76%	18,73%	18,73%	18,73%	18,73%	18,73%
Liquidado antecipado	39,89%	41,76%	41,84%	42,09%	42,25%	42,28%	42,28%	42,28%	42,28%	42,28%
Liquidado total	99,94%	99,80%	99,71%	99,65%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%

Safra Set/02

	out/02	jan/03	abr/03	jul/03	out/03	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,05%	0,06%	0,04%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 31 a 60 dias	0,00%	0,06%	0,05%	0,03%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%	0,08%	0,21%	0,17%	0,09%	0,03%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,02%	0,16%	0,30%	0,38%	0,41%	0,41%	0,41%	0,41%
Liquidado em atraso	33,49%	38,72%	40,15%	40,41%	40,45%	40,44%	40,44%	40,44%	40,44%	40,44%
Liquidado no vencimento	31,70%	20,84%	19,28%	18,72%	18,55%	18,54%	18,54%	18,54%	18,54%	18,54%
Liquidado antecipado	34,77%	40,25%	40,25%	40,48%	40,59%	40,61%	40,61%	40,61%	40,61%	40,61%
Liquidado total	99,95%	99,80%	99,68%	99,61%	99,59%	99,59%	99,59%	99,59%	99,59%	99,59%

Safra Out/02

	jan/03	abr/03	jul/03	out/03	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,07%	0,04%	0,02%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 31 a 60 dias	0,05%	0,05%	0,02%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 61 a 180 dias	0,03%	0,17%	0,16%	0,08%	0,03%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,11%	0,24%	0,30%	0,33%	0,33%	0,33%	0,33%
Liquidado em atraso	43,14%	44,16%	44,37%	44,36%	44,34%	44,34%	44,34%	44,34%	44,34%
Liquidado no vencimento	20,43%	18,37%	17,70%	17,43%	17,39%	17,39%	17,39%	17,39%	17,39%
Liquidado antecipado	36,29%	37,21%	37,62%	37,88%	37,94%	37,94%	37,94%	37,94%	37,94%
Liquidado total	99,85%	99,74%	99,69%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%

Safra Nov/02

	jan/03	abr/03	jul/03	out/03	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,05%	0,05%	0,02%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 31 a 60 dias	0,02%	0,04%	0,02%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%	0,09%	0,15%	0,09%	0,04%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,05%	0,17%	0,23%	0,27%	0,28%	0,28%	0,28%
Liquidado em atraso	42,66%	43,55%	43,88%	43,86%	43,84%	43,83%	43,83%	43,83%	43,83%
Liquidado no vencimento	20,27%	18,87%	18,11%	17,80%	17,72%	17,72%	17,72%	17,72%	17,72%
Liquidado antecipado	37,00%	37,40%	37,77%	38,07%	38,16%	38,17%	38,17%	38,17%	38,17%
Liquidado total	99,93%	99,82%	99,76%	99,73%	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%

Safra Dez/02

	jan/03	abr/03	jul/03	out/03	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,05%	0,06%	0,02%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 31 a 60 dias	0,00%	0,05%	0,03%	0,02%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%	0,06%	0,18%	0,11%	0,06%	0,02%	0,01%	0,00%	0,00%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,02%	0,15%	0,24%	0,29%	0,31%	0,32%	0,32%
Liquidado em atraso	31,27%	45,26%	45,61%	45,58%	45,50%	45,47%	45,47%	45,47%	45,47%
Liquidado no vencimento	34,94%	19,09%	17,91%	17,44%	17,31%	17,27%	17,27%	17,27%	17,27%
Liquidado antecipado	33,74%	35,48%	36,22%	36,68%	36,87%	36,94%	36,94%	36,94%	36,94%
Liquidado total	99,95%	99,83%	99,75%	99,70%	99,69%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%



Quero-Quero S.A.

Relatório de revisão especial
da carteira de recebíveis
em 30 de novembro de 2004

Anexo II

Performance das Safras - Período de 35 meses

Safra Jan/03

	abr/03	jul/03	out/03	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,05%	0,04%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 31 a 60 dias	0,04%	0,05%	0,02%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 61 a 180 dias	0,02%	0,14%	0,14%	0,07%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,09%	0,21%	0,27%	0,29%	0,29%	0,29%
Liquidado em atraso	50,31%	49,57%	49,31%	49,19%	49,17%	49,17%	49,17%	49,17%
Liquidado no vencimento	19,46%	17,75%	17,19%	17,02%	17,00%	17,00%	17,00%	17,00%
Liquidado antecipado	30,12%	32,45%	33,23%	33,51%	33,53%	33,54%	33,54%	33,54%
Liquidado total	99,89%	99,77%	99,73%	99,71%	99,71%	99,71%	99,71%	99,71%

Safra Fev/03

	abr/03	jul/03	out/03	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,07%	0,05%	0,02%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 31 a 60 dias	0,03%	0,06%	0,03%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%	0,12%	0,17%	0,09%	0,05%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,07%	0,21%	0,28%	0,33%	0,33%	0,33%
Liquidado em atraso	42,44%	43,35%	43,51%	43,49%	43,46%	43,46%	43,46%	43,46%
Liquidado no vencimento	23,43%	19,58%	18,72%	18,42%	18,37%	18,37%	18,37%	18,37%
Liquidado antecipado	34,02%	36,84%	37,48%	37,77%	37,83%	37,84%	37,84%	37,84%
Liquidado total	99,90%	99,77%	99,71%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%

Safra Mar/03

	abr/03	jul/03	out/03	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,06%	0,06%	0,03%	0,02%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 31 a 60 dias	0,00%	0,05%	0,04%	0,02%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%	0,07%	0,19%	0,14%	0,08%	0,03%	0,01%	0,00%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,02%	0,16%	0,27%	0,34%	0,37%	0,37%
Liquidado em atraso	30,83%	38,16%	39,16%	39,48%	39,47%	39,45%	39,45%	39,45%
Liquidado no vencimento	32,41%	20,18%	18,57%	18,03%	17,90%	17,87%	17,87%	17,87%
Liquidado antecipado	36,69%	41,47%	41,99%	42,15%	42,27%	42,31%	42,31%	42,31%
Liquidado total	99,94%	99,81%	99,72%	99,66%	99,63%	99,63%	99,63%	99,63%

Safra Abr/03

	jul/03	out/03	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,07%	0,05%	0,02%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 31 a 60 dias	0,06%	0,06%	0,03%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencido de 61 a 180 dias	0,03%	0,18%	0,19%	0,11%	0,06%	0,01%	0,00%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,12%	0,27%	0,35%	0,40%	0,41%
Liquidado em atraso	36,85%	38,50%	38,79%	38,78%	38,73%	38,72%	38,72%
Liquidado no vencimento	22,45%	19,35%	18,58%	18,32%	18,25%	18,24%	18,24%
Liquidado antecipado	40,54%	41,86%	42,27%	42,49%	42,61%	42,62%	42,62%
Liquidado total	99,84%	99,70%	99,64%	99,60%	99,59%	99,59%	99,59%

Safra Mai/03

	jul/03	out/03	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,06%	0,06%	0,04%	0,01%	0,01%	0,00%	0,00%
Vencido de 31 a 60 dias	0,03%	0,06%	0,03%	0,02%	0,01%	0,00%	0,00%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%	0,10%	0,21%	0,14%	0,07%	0,03%	0,01%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,05%	0,20%	0,32%	0,38%	0,39%
Liquidado em atraso	34,40%	37,35%	38,16%	38,31%	38,30%	38,29%	38,29%
Liquidado no vencimento	24,00%	19,02%	17,86%	17,38%	17,28%	17,27%	17,27%
Liquidado antecipado	41,52%	43,40%	43,65%	43,92%	44,02%	44,03%	44,03%
Liquidado total	99,92%	99,77%	99,67%	99,62%	99,60%	99,60%	99,60%

Safra Jun/03

	jul/03	out/03	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,09%	0,06%	0,04%	0,03%	0,01%	0,00%	0,00%
Vencido de 31 a 60 dias	0,00%	0,06%	0,05%	0,04%	0,02%	0,00%	0,00%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%	0,10%	0,20%	0,17%	0,11%	0,04%	0,03%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,04%	0,17%	0,30%	0,40%	0,42%
Liquidado em atraso	30,26%	36,65%	37,99%	38,37%	38,44%	38,44%	38,44%
Liquidado no vencimento	30,39%	19,67%	17,98%	17,29%	17,08%	17,05%	17,05%
Liquidado antecipado	39,26%	43,47%	43,70%	43,93%	44,04%	44,07%	44,07%
Liquidado total	99,91%	99,79%	99,67%	99,59%	99,56%	99,56%	99,55%



Quero-Quero S.A.

Relatório de revisão especial
da carteira de recebíveis
em 30 de novembro de 2004

Anexo II

Performance das Safras - Período de 35 meses

Safra Jul/03

	out/03	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,08%	0,05%	0,03%	0,01%	0,00%	0,00%
Vencido de 31 a 60 dias	0,06%	0,06%	0,04%	0,02%	0,01%	0,00%
Vencido de 61 a 180 dias	0,03%	0,21%	0,21%	0,13%	0,06%	0,04%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,13%	0,29%	0,40%	0,42%
Liquidado em atraso	35,91%	37,91%	38,40%	38,52%	38,53%	38,53%
Liquidado no vencimento	22,05%	19,23%	18,31%	17,94%	17,87%	17,87%
Liquidado antecipado	41,86%	42,54%	42,89%	43,08%	43,13%	43,14%
Liquidado total	99,82%	99,68%	99,59%	99,54%	99,53%	99,53%

Safra Ago/03

	out/03	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,08%	0,06%	0,04%	0,01%	0,02%	0,02%
Vencido de 31 a 60 dias	0,04%	0,05%	0,04%	0,03%	0,01%	0,02%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%	0,13%	0,19%	0,15%	0,09%	0,07%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,07%	0,21%	0,32%	0,35%
Liquidado em atraso	33,41%	36,91%	37,76%	37,94%	37,92%	37,91%
Liquidado no vencimento	24,78%	19,70%	18,30%	17,74%	17,60%	17,58%
Liquidado antecipado	41,70%	43,15%	43,60%	43,93%	44,04%	44,06%
Liquidado total	99,89%	99,76%	99,66%	99,61%	99,56%	99,55%

Safra Set/03

	out/03	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,05%	0,06%	0,04%	0,03%	0,01%	0,02%
Vencido de 31 a 60 dias	0,00%	0,06%	0,05%	0,04%	0,01%	0,01%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%	0,07%	0,20%	0,17%	0,12%	0,10%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,03%	0,16%	0,29%	0,32%
Liquidado em atraso	33,53%	38,54%	39,52%	39,71%	39,67%	39,65%
Liquidado no vencimento	30,66%	20,47%	18,65%	17,88%	17,66%	17,65%
Liquidado antecipado	35,76%	40,80%	41,52%	42,01%	42,22%	42,25%
Liquidado total	99,95%	99,80%	99,69%	99,60%	99,56%	99,54%

Safra Out/03

	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,10%	0,09%	0,06%	0,03%	0,07%
Vencido de 31 a 60 dias	0,07%	0,09%	0,05%	0,04%	0,03%
Vencido de 61 a 180 dias	0,03%	0,22%	0,29%	0,20%	0,19%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,13%	0,35%	0,40%
Liquidado em atraso	38,38%	41,26%	41,91%	42,10%	42,06%
Liquidado no vencimento	21,85%	18,66%	17,68%	17,19%	17,14%
Liquidado antecipado	39,56%	39,68%	39,88%	40,08%	40,10%
Liquidado total	99,80%	99,60%	99,47%	99,37%	99,30%

Safra Nov/03

	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,10%	0,11%	0,06%	0,05%	0,09%
Vencido de 31 a 60 dias	0,03%	0,09%	0,06%	0,05%	0,05%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%	0,17%	0,30%	0,25%	0,22%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,07%	0,28%	0,36%
Liquidado em atraso	36,56%	39,58%	41,97%	41,92%	41,84%
Liquidado no vencimento	22,99%	18,21%	15,51%	15,04%	14,99%
Liquidado antecipado	40,32%	41,85%	42,03%	42,41%	42,46%
Liquidado total	99,87%	99,63%	99,51%	99,37%	99,29%

Safra Dez/03

	jan/04	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,08%	0,13%	0,10%	0,14%	0,19%
Vencido de 31 a 60 dias	0,00%	0,11%	0,11%	0,13%	0,14%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%	0,11%	0,35%	0,38%	0,41%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,03%	0,24%	0,33%
Liquidado em atraso	30,47%	38,05%	40,40%	40,72%	40,60%
Liquidado no vencimento	35,70%	20,80%	17,34%	16,12%	16,00%
Liquidado antecipado	33,76%	40,81%	41,68%	42,27%	42,33%
Liquidado total	99,92%	99,65%	99,42%	99,11%	98,93%



Quero-Quero S.A.

Relatório de revisão especial
da carteira de recebíveis
em 30 de novembro de 2004

Anexo II

Performance das Safras - Período de 35 meses

Safra Jan/04

	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,10%	0,08%	0,12%	0,22%
Vencido de 31 a 60 dias	0,09%	0,09%	0,08%	0,12%
Vencido de 61 a 180 dias	0,05%	0,28%	0,30%	0,30%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,18%	0,26%
Liquidado em atraso	37,96%	40,24%	40,32%	40,15%
Liquidado no vencimento	21,59%	17,97%	17,12%	16,98%
Liquidado antecipado	40,21%	41,34%	41,87%	41,97%
Liquidado total	99,75%	99,55%	99,31%	99,10%

Safra Fev/04

	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,10%	0,11%	0,14%	0,32%
Vencido de 31 a 60 dias	0,06%	0,10%	0,09%	0,14%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%	0,20%	0,36%	0,36%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,10%	0,18%
Liquidado em atraso	37,02%	39,18%	39,69%	39,51%
Liquidado no vencimento	23,13%	18,16%	17,06%	16,84%
Liquidado antecipado	39,69%	42,24%	42,55%	42,65%
Liquidado total	99,83%	99,58%	99,30%	98,99%

Safra Mar/04

	abr/04	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,08%	0,09%	0,13%	0,35%
Vencido de 31 a 60 dias	0,00%	0,08%	0,10%	0,13%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%	0,11%	0,29%	0,32%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,04%	0,10%
Liquidado em atraso	36,35%	40,62%	41,00%	40,74%
Liquidado no vencimento	28,20%	17,99%	16,38%	16,14%
Liquidado antecipado	35,37%	41,11%	42,06%	42,22%
Liquidado total	99,92%	99,72%	99,44%	99,10%

Safra Abr/04

	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,14%	0,27%	0,61%
Vencido de 31 a 60 dias	0,11%	0,18%	0,26%
Vencido de 61 a 180 dias	0,03%	0,33%	0,47%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,02%
Liquidado em atraso	37,68%	39,91%	39,97%
Liquidado no vencimento	21,14%	16,79%	16,02%
Liquidado antecipado	40,90%	42,51%	42,65%
Liquidado total	99,72%	99,21%	98,64%

Safra Mai/04

	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,12%	0,33%	0,82%
Vencido de 31 a 60 dias	0,05%	0,18%	0,30%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%	0,21%	0,36%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,00%
Liquidado em atraso	34,79%	37,81%	37,54%
Liquidado no vencimento	21,86%	16,46%	15,87%
Liquidado antecipado	43,19%	45,01%	45,09%
Liquidado total	99,84%	99,28%	98,51%

Safra Jun/04

	jul/04	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,11%	0,45%	1,17%
Vencido de 31 a 60 dias	0,00%	0,22%	0,39%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%	0,16%	0,34%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%	0,00%
Liquidado em atraso	33,24%	39,81%	39,78%
Liquidado no vencimento	30,87%	18,37%	17,14%
Liquidado antecipado	35,78%	41,00%	41,17%
Liquidado total	99,89%	99,17%	98,10%



Quero-Quero S.A.

*Relatório de revisão especial
da carteira de recebíveis
em 30 de novembro de 2004*

Anexo II

Performance das Safras - Período de 35 meses

Safra Jul/04

	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,48%	1,36%
Vencido de 31 a 60 dias	0,27%	0,42%
Vencido de 61 a 180 dias	0,09%	0,32%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%
Liquidado em atraso	38,41%	37,97%
Liquidado no vencimento	19,32%	17,94%
Liquidado antecipado	41,43%	42,00%
Liquidado total	99,16%	97,90%

Safra Ago/04

	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,53%	1,68%
Vencido de 31 a 60 dias	0,15%	0,42%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%	0,12%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%
Liquidado em atraso	37,79%	37,20%
Liquidado no vencimento	22,27%	19,78%
Liquidado antecipado	39,26%	40,79%
Liquidado total	99,32%	97,78%

Safra Set/04

	out/04	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	0,53%	2,29%
Vencido de 31 a 60 dias	0,00%	0,34%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%	0,00%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%	0,00%
Liquidado em atraso	32,34%	33,88%
Liquidado no vencimento	27,78%	21,75%
Liquidado antecipado	39,35%	41,74%
Liquidado total	99,47%	97,37%

Safra Out/04

	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	2,52%
Vencido de 31 a 60 dias	0,05%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%
Liquidado em atraso	31,99%
Liquidado no vencimento	30,82%
Liquidado antecipado	34,61%
Liquidado total	97,42%

Safra Nov/04

	nov/04
Vencido de 0 a 30 dias	2,81%
Vencido de 31 a 60 dias	0,00%
Vencido de 61 a 180 dias	0,00%
Vencido a mais de 180 dias	0,00%
Liquidado em atraso	14,37%
Liquidado no vencimento	70,82%
Liquidado antecipado	12,00%
Liquidado total	97,19%

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CEDENTE

QUERO-QUERO FINANCIADORA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ: 09.102.316/0001-40

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, as Origens e Aplicações de Recursos e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido relativos a 31 de dezembro de 2004. São Paulo, 20 de janeiro de 2005.

Wilmir Hamerschmitt - Diretor Superintendente

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO - R\$ MIL

ATIVO	2004	2003	PASSIVO	2004	2003
CIRCULANTE	10.793	10.830	CIRCULANTE	12.242	26.284
Disponibilidades	6	5	Recursos de Ações Cambiais (Nota 7)	10.933	25.985
Depósitos Bancários	5	5	Outras Obrigações	1.309	319
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	200	1.491	Cobrança e Arrecadação da Trib. e Assent.	4	1
Outras	292	1.491	Socios e Estatutárias	83	40
Operações de Crédito (Nota 5)	10.310	75.384	Fornecedores e Prestadores de Serviços	118	270
Empréstimos	3.643	118	Provisão para Impostos e Contribuições	5.419	5.144
(1) Prov. Crédito Liquidação Duvidosa	118	118	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.000	5.000
Financiamentos	12.344	29.521	Reservas de Lucros	46	20
(1) Prov. Crédito Liquidação Duvidosa	52	1147	Lucros em Prejuízo Acumulados	364	115
Outros Créditos	1	1			
Outras	1	1			
Outros Valores e Bens (Nota 6)	498	498			
Despesas Antecipadas	498	498			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	857	380			
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	230	230			
Outras	232	232			
Operações de Crédito (Nota 5)	61	142			
Empréstimos	50	50			
Financiamentos	11	142			
(1) Prov. Crédito Liquidação Duvidosa	11	11			
Outros Valores e Bens (Nota 6)	746	746			
Despesas Antecipadas	746	746			
PERMANENTE	110	165			
Investimento de Longo Prazo	110	165			
Imóvel, Móvel e Equipamentos de Uso	61	61			
Outros	135	135			
(1) Depreciação Acumulada	157	128			
TOTAL DO ATIVO	17.552	31.423	TOTAL DO PASSIVO	17.552	31.423

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - R\$ MIL

	2º Semestre 2004	2º Semestre 2003	Exercício 2004	Exercício 2003
Receitas da Intermediação Financeira	6.472	13.685	13.685	13.685
Operações de Crédito	6.443	13.634	13.634	13.634
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	24	51	51	51
Despesas da Intermediação Financeira	(1.729)	(4.019)	(4.019)	(4.019)
Operações de Crédito	(1.815)	(4.057)	(4.057)	(4.057)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	86	38	38	38
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	4.747	3.699	3.699	3.699
Outras Despesas Operacionais	(4.239)	(3.209)	(3.209)	(3.209)
Recursos de Prestação de Serviços	63	66	66	66
Despesas de Pessoal	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)
Outras Despesas Administrativas	(3.055)	(2.545)	(2.545)	(2.545)
Despesas Tributárias	(240)	(491)	(491)	(491)
Outras Despesas Operacionais	(15)	(23)	(23)	(23)
Resultado Operacional	508	487	487	487
Resultado Não Operacional	-	-	-	(7)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	508	487	487	480
Imposto de Renda	(73)	(73)	(73)	(73)
Contribuição Social sobre o Lucro	(352)	(352)	(352)	(352)
Lucro Líquido	400	349	349	349
Ajustes do Lucro Líquido	-	-	-	145
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	145
Elutros Tributários	-	-	-	(74)
Lucro Líquido Ajustado	400	349	349	249
Lucro Líquido por Ação - R\$	4.00	3.49	3.49	2.49

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM R\$ MIL

Mutações	Capital Realizado	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Exercício 2004	Exercício 2003
Saldo no Início do Exercício	5.000	29	115	5.144	5.003
Lucro Líquido do Exercício	-	-	349	349	315
Lucro Líquido Ajustado	-	-	349	349	241
Efeitos Tributários Juros Capital Próprio	-	-	(100)	(83)	(264)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(210)
Reserva Legal	-	17	(17)	-	-
Dividendos Creditados	-	-	(83)	(83)	(45)
Saldo no Fim do Exercício	5.000	46	364	5.410	5.144
Saldo no Início do Exercício	5.000	29	115	5.144	5.003
Lucro Líquido do Exercício	-	-	349	349	315
Lucro Líquido Ajustado	-	-	349	349	241
Efeitos Tributários Juros Capital Próprio	-	-	(100)	(83)	(264)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(210)
Reserva Legal	-	17	(17)	-	-
Dividendos Creditados	-	-	(83)	(83)	(45)
Saldo em 31 de Dezembro	5.000	46	364	5.410	5.144
Mutações do Período	-	17	309	317	514

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003 - R\$ MIL

1) CONTEXTO OPERACIONAL				
A Quero-Quero Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento recebeu autorização para o funcionamento através de despacho de 05/03/2002 do Banco Central do Brasil, publicado no Diário Oficial da União de 10/07/2002, retificado no de 15/07/2002. As atividades operacionais tem por objetivo o financiamento das operações de compra e prazo efetuado pelos clientes do Banco Central do Brasil e Instituições do Banco Central do Brasil e opção apresentada em observância da Lei nº 2.495/01, que extinguiu a correção monetária do balanço, prevista nos princípios fundamentais da contabilidade.				
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS				
As Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2004 e de 2003 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.402/76 e das Normas e Instruções do Banco Central do Brasil e opção apresentada em observância da Lei nº 2.495/01, que extinguiu a correção monetária do balanço, prevista nos princípios fundamentais da contabilidade.				
3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS				
a) Apreciação do Resultado - As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. b) Títulos e Valores Mobiliários - Os títulos e valores mobiliários são classificados como títulos para negociação encontrando-se registrados pelo valor de mercado, conforme as determinações da Circular 3068 do Banco Central do Brasil. c) Operações de Crédito - As operações prestadas são demonstradas pelo valor de realização, deduzidas das correspondentes rendas a apurar. As que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência. d) Provisão para Perdas em Operações de Crédito - A provisão para perdas em operações de crédito foi constituída com base nos critérios definidos nas Resoluções nº 262 e 267 do Banco Central do Brasil, a qual montou em valor considerável suficiente para cobrir o risco de realização destes ativos. e) Despesas Antecipadas - O diferimento de despesas foi efetuado, pois as mesmas estão relacionadas com receitas que serão auferidas em períodos futuros. A apropriação ao resultado destas despesas está vinculada com a realização das respectivas receitas. f) Imobilização - Esta demonstração foi elaborada de acordo com as disposições contábeis em vigor. g) Depreciação - As depreciações acumuladas foram calculadas pelo método linear, às taxas estabelecidas na legislação tributária, as quais são: instalações, móveis e equipamentos de uso - 10% a.a. Outros (Sist. de Comunicação e Sist. de Processamento de Dados) - 20% a.a. h) Recursos de Ações Cambiais - As letras de câmbio emitidas demonstradas por seu valor de mercado acrescido das rendas pro rata de até a data de 31/12/2004. i) Outras Obrigações - Estas contas estão demonstradas por seus valores contábeis, incluindo-se as encargos e variações monetárias, quando aplicáveis. j) Patrimônio Líquido - Os saldos das contas do Patrimônio Líquido estão registrados pelos valores nominais até 31/12/2004.				
4) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS				
A Circular 3068 do Banco Central do Brasil define os critérios para o registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2004 a Quero-Quero, possui títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação e não possui instrumentos financeiros derivativos.				
Títulos para Negociação				
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Vencimento	Rendimento no Período
2004				
CDS	36	34	26/04/2005	8
CDS	33	42	18/02/2005	8
CDS	55	59	04/02/2007	8
Quanto Excessiva	-	-	-	-
Total	167	155	-	26
2003				
CDS	167	188	13/02/2004	29
CDS	50	57	18/04/2005	7
CDS	195	175	18/05/2005	31
Quanto Excessiva	848	1.203	-	355
Total	1.310	1.723	-	222
Os Valores de mercado foram obtidos através de informações fornecidas pelas instituições financeiras.				
5) OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
As operações de crédito estão classificadas em sua totalidade no nível de risco "A" previsto na Resolução 269/2002 do Banco Central do Brasil, em função das características de garantia e valores individuais envolvidos.				
A VENCER				
31.12.2004				
	Em até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Total
Operações de Crédito	10.310	5.000	1.309	16.619
Provisão	-	-	-	-
31.12.2003				
	Em até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Total
Operações de Crédito	10.310	5.000	1.309	16.619
Provisão	-	-	-	-
6) DESPESAS ANTECIPADAS				
A rubrica de Despesas Antecipadas inclui o valor de R\$ 1.215 mil referente a pagamentos efetuados em contrapartida de valores provisionados relativos a despesas com o encargo de financiamento, prestação de serviços de custódia, controladoria, gestão e elaboração de notas de fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC. Estas despesas foram diferidas devido a ventura com receitas a serem realizadas em um período de até 36 meses a partir do início das operações do fundo de investimento. A apropriação destas despesas ao resultado das operações de crédito é realizada de acordo com o prazo de maturação das mesmas. O saldo restante de Despesas Antecipadas registrado no ativo circulante no valor de R\$ 25 mil é relativo a despesas de publicidade.				
7) RECURSOS DE AÇÕES CAMBIAIS				
São recursos captados através do acatamento de letras de câmbio por ficadas com base no CDI e pré-fixadas, remuneradas a uma taxa de juros anual de até 15,5% fixa com vencimentos de até 362 dias a partir de 31/12/2004.				
8) OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS				
Esta rubrica apresenta a seguinte composição:				
	31/12/2004	31/12/2003		
Outros Socos e Trabalhadores	13	13		
Outros com Prestadores de Serviços	1.204	1.204		
Outros com FIDC	17	17		
Outros com Prestadores de Serviços	1.171	1.171		
Total	1.305	1.305		
9) CAPITAL SOCIAL E DIVIDENDOS				
O Capital Social subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País e de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias nominativas, com valor nominal unitário de R\$ 50,00 (cinquenta reais). As ações do Capital Social e integralização estão sujeitas a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, que deverá ser calculado no encerramento do exercício. O dividendo proposto foi calculado conforme segue:				
	31/12/2004	31/12/2003		
Lucro Líquido do Exercício	349	241		
Reserva Legal - 5%	17	12		
Lucro Líquido Ajustado	332	229		
Dividendos - 25%	83	57		
Dividendos Creditados	83	45		
Juros sobre Capital Próprio atribuídos a dividendos	-	-		
Dividendos por ação	R\$ 0,83	R\$ 0,45		
10) LIMITE OPERACIONAL				
Em 31/12/2004 a Quero-Quero Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento encontra-se em conformidade com as determinações do Banco Central do Brasil, no que se refere ao patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos.				
WILMAR HAMMERSCHMITT DIRETOR SUPERINTENDENTE FERNANDO ALBERTO SCHOLZE DIRETOR DE OPERAÇÕES JOÃO JOSÉ BALZ CONTADOR - CRCRS 29.710				

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS - R\$ MIL

	2º Semestre 2004	2º Semestre 2003	Exercício 2004	Exercício 2003
ORIGENS DOS RECURSOS	19.526	16.361	16.361	14.169
Lucro Líquido Ajustado	416	382	274	241
Lucro Líquido	400	349	349	241
Despesa	10	33	33	53
Aumento dos Subgrupos do Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	1.616	996	10.432	10.432
Recursos de Ações Cambiais	-	-	-	-
Outras Obrigações	1.616	996	996	996
Diminuição dos Subgrupos do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	18.294	14.989	3.463	3.463
Títulos e Valores Mobiliários	91	1.420	1.420	1.420
Operações de Crédito	18.003	13.569	13.569	13.569
Reserva de Bens e Investimentos	-	-	-	61
Outros Créditos	-	-	-	1
APLICAÇÕES DOS RECURSOS	18.335	16.363	14.237	14.237
Dividendos e Bonificações Propostos	83	83	83	45
Juros sobre Capital Próprio Líquido Efeitos Tributários	-	-	-	145
Impostos em...	-	-	-	187
Impostos de Lucro	-	-	-	167
Aumento dos Subgrupos do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.197	1.245	13.406	13.406
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	13.406
Outros Valores e Bens	1.196	1.244	1.244	1.244
Realização dos Subgrupos do Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	18.255	15.037	294	294
Recursos de Ações Cambiais	18.255	15.037	15.037	15.037
Outras Obrigações	-	-	-	204
DIMINUIÇÃO/ACRÉSCIMO NAS DISPONIBILIDADES	(8)	(1)	(68)	(68)
Modificações nas Posições Financeiras	55	55	73	73
Disponibilidades	55	55	73	73
Fundo de Reserva	8	8	8	8
Operações/Aumento	(8)	(8)	(68)	(68)

PARER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmo. Sr.
Diretor da
QUERO-QUERO FINANCIADORA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
São Paulo - SP

1) Examinamos os balanços patrimoniais da QUERO-QUERO FINANCIADORA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, levantados em 31 de dezembro de 2004 e 2003, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao segundo semestre de 2004, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2) Nossa opinião foi formulada de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendem: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos dados, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, lidas em conjunto com as notas explicativas, representam, adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da QUERO-QUERO FINANCIADORA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, em 31 de dezembro de 2004 e 2003, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao segundo semestre de 2004, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4) Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a empresa diferiu despesas no valor de R\$ 1.215 mil referentes a despesas com a estruturação financeira, prestação de serviços de custódia, controladoria, gestão e elaboração de notas de fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC, e serão apropriadas ao resultado em até 36 meses a partir do início das operações do fundo de investimento, previsto para o primeiro semestre de 2005.

Porto Alegre, 20 de janeiro de 2005.

CLAUDIO LUIS BERLEZE
Contador CRCRS Nº 53.784
MOG & BERLEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRCRS Nº 3.864



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 5
BALANCETE DE 30.09.2005



A handwritten signature, likely of the same person as the one in the stamp, written in ink.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM:

ATIVO		PASSIVO	
	30-set-05		30-set-05
CIRCULANTE	12.292.440,78	CIRCULANTE	5.860.993,69
Disponibilidades	8.086,98	Recursos de Aceites Cambiais	5.465.850,89
Caixa	92,25	Recursos de Aceites Cambiais	5.465.850,89
Depósitos Bancários	7.994,73		
Titulos e Valores Mobiliários	319.840,19	Outras Obrigações	395.142,80
Livros	319.840,19	Cobrança arrecad. Trib. Asseme	4.160,61
Titulos de Renda Fixa	166.425,98	Sociais e Estatutárias	0,00
Certificados de Depósitos Bancários	166.425,98	Fiscais e Previdenciárias	271.056,03
Cotas de Fundos de Apl. Financeiras	153.414,21		
Operações de Crédito	10.439.241,25	Diversas	119.937,26
Empréstimos	9.945.586,48	Prov. p/Pagamentos a Efetuar	119.891,88
(-) Rendas a Aprop. de Emp.	(1.990.817,73)	Despesas de Pessoal	20.967,60
Financiamentos	546.113,27	Outras Despesas Administrativas	14.874,23
(-) Rendas a Aprop. de Financ.	(44.874,53)	Outros Pagamentos	84.040,05
Prov. Crédito Liquidação Duvidosa	(52.458,50)	Credores Diversos País	55,38
(-) Provisão para Empréstimos	(49.727,93)		
(-) Provisão para Financiamentos	(2.730,57)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.544.256,61
Outros Créditos	0,00	Capital Social	5.000.000,00
Diversos	0,00	Reservas de Lucros	90.220,77
		Lucros ou Prejuízos Acumulados	990.681,02
Outros Valores e Bens	1.525.272,36	Resultado do período	483.354,82
Despesas Antecipadas	1.525.272,36		
PERMANENTE	112.809,52		
Imobilizado de Uso	112.809,52		
Instal. Móveis e Equip. de Uso	61.157,60		
(-) Depr. Acum. Mov. Equip. de Uso	(15.370,13)		
Outros	67.022,05		
Sistemas de Comunicação	11.256,00		
Depr. de Uso	11.256,00		
Sistema de Proc. de Dados	127.177,40		
Equip. de Processamento de Dados	127.177,40		
(-) Depreciação de Sist. de Comunicação	(4.954,62)		
(-) Depreciação de Equip. de Proc. De Dados	(66.456,73)		
TOTAL DO ATIVO	12.405.250,30	TOTAL DO PASSIVO	12.405.250,30

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ATÉ

30/09/2005

	2º Semestre 30/09/2005	Acumulado 2005
Receitas da Intermediação Financeira	1.871.004,83	5.881.534,73
Operações de Crédito	1.856.201,50	5.840.182,70
Resultado de Oper. C/Tit. e Vlr. Mob.	14.803,33	41.352,03
Despesas da Intermediação Financeira	(244.064,28)	(919.409,04)
Operações de Captação no Mercado	(251.076,79)	(947.206,96)
Provisão p/Créditos de Liq. Duvidosa	7.912,51	27.797,92
Resul. Bruto da Intermed. Financeira	1.626.940,55	4.962.125,69
Outras Despesas Operacionais	(938.059,32)	(3.047.074,00)
Receitas de Prestação de Serviços	166.665,94	501.441,59
Despesas de Pessoal	(64.418,65)	(187.638,47)
Outras Despesas Administrativas	(934.743,44)	(3.047.363,25)
Despesas Tributárias	(94.697,58)	(285.749,84)
Outras Despesas Operacionais	(10.865,59)	(27.766,03)
Resultado Operacional	688.881,23	1.915.051,69
Resultado Não Operacional	4,48	4,70
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e		
Participações	688.885,71	1.915.056,39
Imposto de Renda	(164.243,30)	(416.073,63)
Contribuição Social Sobre o Lucro	(61.287,59)	(156.266,51)
Lucro/Prejuízo Líquido	463.354,82	1.342.716,25
Lucro/Prejuízo Líquido por Ação	4,63	13,43

Wilmar Hammerschmitt
Diretor Superintendente

Fernando Alberto Scholze
Diretor de Operações

João Jorge Balz
Contador - CRC/RS 29.710

